

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
RODRIGO CAMPOS VIEIRA LIMA

Desenvolvimento e Contradições Sociais no Brasil contemporâneo. Um estudo do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj

ARARAQUARA-SP
2015

Rodrigo Campos Vieira Lima

Desenvolvimento e Contradições Sociais no Brasil contemporâneo. Um estudo do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciência e Letras da Universidade Estadual Paulista, sob orientação da Professora Doutora Maria Orlanda Pinassi.

Universidade Estadual Paulista – UNESP/FCLAR
Araraquara – 2015.

Em memória dos operários mortos no Comperj

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que tiveram a paciência necessária com a construção do presente trabalho, especialmente minha orientadora, Maria Orlanda, que soube ser, acima de tudo, minha camarada. Saiba que sou profundamente grato por ter acreditado em mim e aberto a possibilidade de um estudo mais profundo.

Agradeço à Silvia e ao Lalo pelo carinho e trabalho que realizaram sobre o meu primeiro texto e pelas infindas discussões sobre a história e seus (des)caminhos, alimento necessário para se manter vivo e firme diante das atrocidades que vivemos.

Agradeço meus pais que sempre fizeram o possível e o impossível para que eu pudesse assumir as rédeas de minha própria história, sempre se sentindo felizes por me saber feliz. Minhas irmãs, por serem minha guia e referência por todos os momentos de crise que passei. Meu irmão por sua curiosidade viva e sua paciência em discutir comigo os dilemas do sistema capitalista.

Aos meus camaradas. Saibam que todo os esforços feitos só valem a pena junto de vocês, que sempre me ajudaram a enfrentar a “vida e seu ofício”.

Agradeço especialmente à Josi. Sinto que a vida fica sempre mais fácil junto de ti.

“AOS QUE HESITAM

Você diz:

Nossa causa vai mal.

A escuridão aumenta. As forças diminuem.

Agora, depois que trabalhamos por tanto tempo

Estamos em situação pior que no início.

Mas o inimigo está aí, mais forte do que nunca.

Sua força parece ter crescido. Ficou com aparência de invencível.

Mas nós cometemos erros, não há como negar.

Nosso número se reduz. Nossas palavras de ordem

Estão em desordem. O inimigo

Distorceu muitas de nossas palavras

Até ficarem irreconhecíveis.

Daquilo que dissemos, o que é agora falso:

Tudo ou alguma coisa?

Com quem contamos ainda? Somos o que restou, lançados fora

Da corrente viva? Ficaremos para trás

Por ninguém compreendidos e a ninguém compreendendo?

Precisamos ter sorte?

*Isto você pergunta. Não espere
Nenhuma resposta senão a sua.”
Bertold Brecht.*

Desenvolvimento e contradições sociais no Brasil contemporâneo. Um estudo do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ.

Rodrigo Campos Vieira Lima

Resumo: A construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro foi apresentada, inicialmente, como solução para a maioria dos trabalhadores de uma das regiões mais pobres do estado do Rio de Janeiro. Ao contrário das expectativas destes, o empreendimento vêm ocasionando uma série de impactos destrutivos na região. O benefício para os trabalhadores é, essencialmente, trabalho, enquanto houver. Os verdadeiros beneficiários do Comperj são as empresas que historicamente dominam a indústria petrolífera e petroquímica brasileira: Petrobrás, Odebrecht, Braskem e Grupo Ultra, dentre outras, em uma operação articulada com o financiamento do BNDES. As lutas dos trabalhadores da construção civil são claras denúncias dessa contradição e do modo desigual que se conciliam os interesses dos trabalhadores e empresários na política desenvolvimentista.

Palavras-chave: capital-trabalho, desenvolvimento nacional, neo-desenvolvimentismo, indústria petroquímica, Petrobrás, Comperj.

Abstract: The construction of the Petrochemical Complex of Rio de Janeiro was initially presents as a solution to most of the workers of one of the poorest regions of the state of Rio de Janeiro . Unlike workers' expectations , the project come causing a series of impacts in the region . The benefits for workers are essentially work, while there is. The real beneficiaries of Comperj are companies that historically dominated the oil industry and the Brazilian petrochemical : Petrobras, Odebrecht, Braskem and Ultra Group in an articulated operation with BNDES financing. The struggles of the construction workers are clear denunciations of this contradiction and unevenly that reconcile the interests of workers and entrepreneurs in development policy.

Keywords: capital and labor, national development, neo-developmentalism , petrochemical industry, Petrobras, Comperj.

SUMÁRIO

Resumo	i
Abstract	ii
Introdução	1
1. Capítulo 1 – Desenvolvimento econômico como “camisa de força” para as organizações dos trabalhadores	4
1.1. As contradições do desenvolvimento econômico para as organizações dos trabalhadores.....	4
1.2. Capitalismo e contradição. A ênfase de Marx nas roturas do processo.....	7
1.3. Desenvolvimento capitalista de longo prazo. As vicissitudes históricas e a escolha da social-democracia pela <i>via parlamentar de reformas</i>	21
1.4 O Capital Monopolista, o Keynesianismo e a Social-democracia como fundamentos do Estado de Bem Estar Social e as suas consequências para as organizações dos trabalhadores.....	31
1.5. A rota do desenvolvimento capitalista brasileiro. Paralelos entre a formação do Partido dos Trabalhadores e a experiência histórica das organizações dos trabalhadores.....	37
2. CONSTRUINDO A TRAMA DO DESENVOLVIMENTO. O CASO DO COMPERJ.	49
2.1. A rota do desenvolvimento capitalista brasileiro. A incubação de grandes capitais nacionais.....	49
2.2. O que é o Comperj?	56
2.2.1. A Petrobras.....	58
2.2.2. A Odebrect.....	63
2.2.2.1. Alguns casos da Odebrecht em outros países.....	66
2.2.3. O BNDES.....	68
2.2.4. A Braskem.....	72
2.2.5. Grupo Ultra.....	73
3. AS LUTAS DO TRABALHADORES EM UM CICLO DE DESENVOLVIMENTO.	78
3.1. Comperj e as transformações na região.....	78
3.2. As lutas operárias	91
3.2.1. Causas e consequências da Operação Lava-Jato para as obras da Petrobras.....	93
3.2.2. As lutas dos operários da construção civil.....	102
3.2.2.1. As lutas pela direção das greves.....	104

4. CONCLUSÃO: uma antevisão de futuro? Ou sequer isso. O caso de Camaçari.	119
7. Referências Bibliográficas	122

INTRODUÇÃO.

*“Retocai o céu de anil
Bandeirolas no cordão
Grande festa em toda nação
Despertai com orações
Que o avanço industrial
Vem trazer nossa redenção”
Parque Industrial – Tom Zé.*

O presente texto é fruto de uma pesquisa que visou entender um pouco melhor as contradições entre capital e trabalho dentro dos projetos de desenvolvimento econômico dos governos recentes. Inicialmente senti a necessidade de compreender melhor certa tradição das organizações de esquerda em elaborar programas de desenvolvimento econômico que combinam interesses dos trabalhadores com o de grandes capitais. O argumento utilizado por essas organizações, em grande medida, advém da necessidade do desenvolvimento econômico – entenda-se desenvolvimento capitalista – como uma “camisa de força” para a realização de quaisquer interesses dos trabalhadores, tais como trabalho, moradia, saúde, educação, etc.

Para melhor compreender essa tradição, tentamos buscar as raízes desses projetos que hoje os governos de esquerda e representantes dos trabalhadores aplicam e que, *efetivamente* servem para o desenvolvimento de grandes capitais. A degeneração das perspectivas das organizações dos trabalhadores nos parece que deve ser contextualizada em um amplo espectro histórico, não a reduzindo a uma mera “traição” de lideranças ou mero fatalismo histórico. Há uma relação entre o projeto político apresentado pelas organizações e as necessidades da dialética entre capital e trabalho. Para compreender melhor essa dinâmica realizaremos um estudo de caso. A profunda transformação em curso com a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro nos parece um bom ponto de partida e chegada para entender a política do desenvolvimento.

De um lado a necessidade de justificar um investimento exorbitante realizado pela Petrobrás e financiado pelo BNDES como uma grande revolução na vida dos trabalhadores de uma das regiões mais pobres do estado do Rio de Janeiro. De outro lado, um bloco de empresários que historicamente dominam o desenvolvimento da indústria do petróleo e petroquímica nacionais. É exatamente da junção desses interesses contraditórios, ou da aparência de tal, que se erguem as propostas de desenvolvimento.

Na base do projeto trabalhadores da construção civil que saem de suas casas às 5

horas da manhã, chegam no canteiro antes do sol nascer e retornam depois dele posto. Trabalham mais de 40 horas semanais debaixo do nada amistoso sol fluminense. Moram geralmente em Itaboraí, uma cidade em que 2/3 de seus habitantes não possui saneamento ou esgoto, em que há apenas dois Hospitais para 230 mil pessoas e que não para de crescer. Estes não podem existir sem trabalhar. No topo, nas decisões, do projeto, os encontros em que são firmados os acordos para repartir o que cada empresa irá construir no complexo petroquímico. Reuniões em que são elaborados planos para se aproveitar desse novo empreendimento com suas próprias empresas. Empresários que geralmente não moram em Itaboraí. Estes não podem viver sem o trabalho alheio.

Nas rebarbas dessa tensão se estruturam as expectativas e as transformações de todos os trabalhadores da região. O vasto manguezal ao redor da construção abriga caranguejos e catadores e será profundamente atingido. Só a terraplanagem da obra precisou de quase “12 maracanãs lotados de terra”, como gosta de se vangloriar a Odebrecht, empresa que a realizou, modificando a estrutura úmida e pouco densa do solo. Os recursos hídricos da região serão quase integralmente utilizados pelos mais de 500 empreendimentos que se instalarão no local. Isto em uma cidade que, apesar de existir grande quantidade de água, poucos trabalhadores têm acesso à rede de esgoto. A região que já fora uma das principais produtoras de laranja, hoje quase não possui atividade agrícola e imensas porções de terra se concentram nas mãos de poucos proprietários. A valorização imobiliária causada pelo empreendimento é imensa, repercutindo em uma corrida entre os trabalhadores da cidade para construir casas e quartos para alugar. Muitos condomínios se preparam para abocanhar a chegada dos trabalhadores petroleiros. Fato que ainda não aconteceu.

As transformações que estão em operação são os reflexos diretos do investimento e da política econômica que o orienta. A trama se apresenta bem repartida entre aqueles que escolhem a música e os que dançam conforme a banda toca. O interesse das empresas em lucrar (e muito!) é algo claro e objetivo. Os interesses dos trabalhadores em tal empreendimento são efêmeros e frágeis. Duram enquanto durar um trabalho que o sustenta por apenas um mês. Porém, apesar de desigualmente repartido, esse projeto de conciliação move corações e mentes e contribui para qualificar a política de desenvolvimento econômico a qualquer custo.

Este é nosso ponto de partida. Porém, para realização da pesquisa dos impactos que a construção do Complexo Petroquímico trará para os trabalhadores da região, sentimos a necessidade de aprofundar o estudo sobre a forma do desenvolvimento

capitalista. Entender o porquê é fato corrente na história que organizações de luta dos trabalhadores se transformem em administradores da ordem e qual política econômica que essas organizações costumam realizar. Em nosso caso específico, buscamos entender um pouco mais as raízes da economia-política dos recentes governos.

O texto se divide em três capítulos. No primeiro discutimos a dialética do desenvolvimento capitalista fundamentalmente baseados nos textos de Marx sobre o tema. Buscamos nesse momento um aporte metodológico que nos possibilite compreender as contradições que a política econômica recente apresenta.

O segundo capítulo serve para apresentar o processo de gênese e desenvolvimento do capitalismo no Brasil focando no processo de formação das principais empresas relacionadas ao mega-investimento do Comperj. Neste capítulo também apresentamos o histórico de cada uma dessas empresas, como surgiram e como se consolidou um bloco de empresários que controlam estritamente o desenvolvimento da indústria petrolífera e petroquímica nacional.

Por fim, no terceiro capítulo apresentamos os principais conflitos envolvendo os trabalhadores da região e que sofrerão duras consequências com a implementação da refinaria. Pescadores da Baía de Guanabara, catadores de caranguejo, moradores de Itaboraí, etc. Também apresentaremos os principais conflitos envolvendo os trabalhadores da construção civil diretamente responsáveis pela obra. Esta última, especificamente, é uma história bastante rica, de greves com mais de 20 mil trabalhadores muitas vezes à revelia dos sindicatos e sua linha conciliatória.

CAPÍTULO 1 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COMO “CAMISA DE FORÇA” PARA AS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES

“as crises são sempre preparadas por um período no qual os salários em geral aumentam e a classe trabalhadora efetivamente recebe uma maior parte no produto anual

*1
destinado ao consumo ”*

(MARX, Capital, v. 2., p. 486-7)

1.1. As contradições do desenvolvimento econômico para as organizações dos trabalhadores.

O desenvolvimento econômico costuma se apresentar como um grande dilema para as organizações dos trabalhadores. Por um lado, como uma necessidade de desenvolver as forças produtivas e, com isso reduzir o tempo de trabalho necessário à reprodução de todo o gênero. Por outro lado, quão maior o desenvolvimento econômico, maior a subsunção/subordinação do trabalho ao capital.

Para elucidar este problema apresentaremos dois aspectos: um relacionado à análise de Marx sobre a transformação da manufatura em grande indústria e outro às tentativas revolucionárias do século XX.

O processo o desenvolvimento das máquinas, ao mesmo tempo em que aumentava a produtividade do trabalho, um aspecto necessário para uma emancipação da classe trabalhadora, expulsava os trabalhadores da produção, impedindo-os de terem acesso aos meios de subsistência. As inúmeras lutas que os trabalhadores efetivaram contra as máquinas, ainda que não resolvessem seus problemas imediatos, não eram mera irracionalidade. Por um lado, a manufatura ainda dependia em grande medida das qualidades subjetivas dos trabalhadores, permitindo-os alcançar um maior valor na venda de sua força de trabalho, por outro lado, essa própria dependência do trabalho (das

¹ “[...] that crises are always prepared by a period in which wages generally rise, and the working class actually does receive a greater share in the part of the annual product destined for consumption”

qualidades subjetivas dos trabalhadores) foi o fator que imprimiu a necessidade do capital desenvolver a aplicação da maquinaria na produção. Neste primeiro momento, a produção de máquinas era um claro ataque do capital sobre o trabalho². Marx sintetiza ambos aspectos do desenvolvimento do seguinte modo:

É incontestável que a maquinaria em si mesma não é responsável por serem os trabalhadores despojados dos meios de subsistência. Ela barateia e aumenta o produto no ramo de que se apodera e, de início, não modifica a quantidade de meios de subsistência produzidos em outros ramos. Depois de sua introdução, possui, portanto, a sociedade a mesma ou maior quantidade de meios de subsistência para os trabalhadores despedidos, não se levando em conta a enorme porção do produto anual dilapidada pelos que não são produtores. Este é o ponto nevrálgico da apologética econômica. [...] A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho, facilita o trabalho, é uma vitória do homem sobre as forças naturais, aumenta a riqueza dos que realmente produzem; **mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores** (MARX, 2002, p. 503 grifos nossos.)

A contradição do desenvolvimento econômico, como obstáculo e necessidade da emancipação dos trabalhadores, se repõe de modo ampliado na tradição revolucionária do século XX, e isto devido ao paradoxo das revoluções que pretendiam levar humanidade à era Comunista ocorrerem na periferia do sistema capitalista. Ou seja, nos países em que as revoluções se apresentavam como “ordem do dia”, as ditas “condições objetivas” pareciam não estar plenamente maduras. Mesmo os programas mais radicalizados e as tentativas revolucionárias mais bem sucedidas, como as Revoluções Russa e Chinesa, pareciam estar cronicamente dependentes da revolução nos pólos mais desenvolvidos do sistema. As perspectivas internacionalistas de Lênin apresentavam

2 Três passagens de Marx apresentam esse dilema e as razões da revolta dos trabalhadores contra a maquinaria. “A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, não mais imediatamente necessária à auto-expansão do capital, segue uma das pontas de um dilema inarredável: ou sucumbe na luta desigual dos velhos ofícios e das antigas manufaturas contra a produção mecanizada, ou inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho e fazendo a força de trabalho cair abaixo de seu valor”(MARX: 2002, p. 491). “A feição independente e estranha que o modo capitalista de produção imprime às condições e ao produto do trabalho em relação ao trabalhador se converte, com a maquinaria, em oposição completa. Daí a revolta brutal do trabalhador contra esse instrumento de trabalho, a maquinaria.”(idem, p. 492)“A máquina não é apenas o concorrente todo-poderoso, sempre pronto a tornar “supérfluo” o assalariado. O capital, aberta e tendenciosamente proclama-a o poder inimigo do trabalhador, manejando-a em função desse atributo. Ela se torna a arma mais poderosa para reprimir as revoltas periódicas e as greves dos trabalhadores contra a autocracia do capital”(idem, p. 497)

claramente essa dependência e não creditavam possibilidades autônomas da Rússia ingressar em um estágio socialista de produção³. A falência da revolução internacional e a necessidade de reconstruir uma plataforma produtiva, bem como a contra revolução que acometeu interna e externamente a República dos Sovietes realizaram uma perspectiva de reconstituição de um programa de desenvolvimento em que os produtores diretos novamente eram afastados dos centros de comando e controle da produção.

É de fato possível esmagar o Estado burguês pela conquista do poder político, pelo menos em uma extensão significativa. Contudo, é quase impossível “esmagar” a dependência estrutural herdada do trabalho em relação ao capital, já que esta dependência é assegurada materialmente pela divisão estrutural hierárquica do trabalho estabelecida. Pode ser alterada para melhor apenas pela reestruturação radical da totalidade do processo sociorreprodutivo, isto é, por meio da reconstrução progressiva do edifício herdado em sua totalidade. [...] *Enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente ocupadas e exercidas autonomamente pelos produtores associados, mas deixadas à autoridade de um pessoal de controle separado (ou seja um novo tipo de personificação do capital), o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo materialmente e dessa forma estendendo a*

3 Wendy Goldman nos ajuda a ter uma dimensão mais concreta do dilema econômico enfrentado pela União Soviética logo após a revolução: “Crianças sem lar vagavam pelas ruas das cidades Russas bem antes de 1917, mas as perdas humanas e as disjunções da primeira guerra mundial, a guerra civil, a fome de 1921 elevaram seus números a uma magnitude impressionante. Um historiador descreveu o período de 1914 a 1921 como um “terremoto demográfico”. 16 milhões morreram na guerra, na guerra civil, pela fome e por epidemias. [...] Homens e mulheres que nunca foram aos campos de batalha pereceram de fome, frio e doenças. Epidemias de tifo, cólera e febre escarlatina mataram milhões. [...] A taxa de mortalidade nas cidades triplicou. Famílias desmoronaram sobre a pressão da sobrevivência e centenas de milhares de crianças acabaram órfãs ou abandonadas. No inverno de 1916/17 os preços subiram pela metade, mas as rendas das famílias caíram vertiginosamente a medida em que mulheres e crianças substituíam os homens nas fábricas por uma fração de salário. [...] A tomada do poder pelos Bolcheviques não surtiu efeito imediato sobre a deterioração do abastecimento de comida, em 1918, as pessoas nas cidades estavam morrendo de fome. [...] A colheita de 1920 mal cobriu as necessidades básicas da população. As pessoas viviam a base de “folhas de tilha e legumes”. A medida que a fome ameaçava no inverno de 1921, milhares de novas crianças foram abandonadas. Um dos delegados do congresso sobre *besprizornost*, Abandono e Crime Contra a Criança, reunido em 1920, afirmou que a fome estava causando danos irreparáveis entre a população infantil e que prostitutas infantis perambulavam pelas ruas desesperadamente. A medida em que o sistema de transporte entrava em colapso, carregamentos de óleo e carvão não chegavam mais as cidades. As pessoas alimentavam fogões antigos com móveis mas finalmente toda a reserva de combustível se esgotou. Shklvsky, escreveu: “pessoas que vivem em casas com calefação central morrem aos rebanhos – apartamentos inteiros morrem de frio”. Fábricas fecharam e a comida desapareceu; habitantes das cidades voltaram para as suas antigas aldeias. Uma delegada do Congresso para a Proteção da Infância, em 1919, observou: “nossas cidades estão literalmente se extinguindo”. Ela reportou que Moscou havia perdido 1,2 milhão de habitantes entre maio e outubro de 1918, e que as crianças remanescentes estavam sofrendo terrivelmente. Em 1921, Moscou havia perdido metade de sua população; Petrogrado, 2/3. O fim da guerra civil trouxe a vitória para o poder soviético, mas o país estava em ruínas. Na primavera de 1921 uma seca severa atingiu a região do Volga, o sul da Ucrânia, a Criméia e o norte do Cáucaso. A fome resultante afetou 25 milhões de pessoas em 34 províncias. Fome e doenças aniquilaram de 90 a 95% das crianças com menos de 3 anos de idade e quase um terço das com mais de 3” (GOLDMAN: 2014, p. 98 “Mulher, Estado e Revolução” Ed. Boitempo.)

As principais organizações revolucionárias da classe trabalhadora no Brasil ao longo do século XX, claramente influenciadas pela perspectiva Comunista da terceira internacional – já orientada pela teoria da revolução em um só país –, reproduziram um programa em que a efetiva transição ao socialismo só poderia ser realizada após o cumprimento das “tarefas burguesas em atraso”, pela via revolucionária ou pelas lutas por reformas que ampliariam o desenvolvimento das forças produtivas construindo as condições objetivas para a tão esperada transição. A realidade de uma classe trabalhadora em sua maioria rural, uma economia cunhada em seus eixos de exportação primário e quase integralmente dependentes de manufaturas e tecnologias externas conformavam e comprimiam os horizontes revolucionários para uma série de medidas que deveriam “desatar” os nós da planta produtiva brasileira. Todas estas medidas se orientavam pelas formas produtivas mais avançadas do sistema capitalista e do sistema Soviético, ou seja, pelas experiências do desenvolvimento econômico norte-americano e europeu, buscando realizar, em um projeto *nacional*, medidas inspiradas em uma experiência de desenvolvimento econômico cujo o fundamento era o papel que estas nações cumpriam no mercado *internacional*, construindo assim trama e a tragédia dessas mesmas organizações. Como fazer para construir a independência econômica da estrutura produtiva brasileira em um momento em que o capitalismo mundial parecia simplesmente se desenvolver estrondosamente? Como alcançar o nível de produção internacional a partir de uma economia ainda presa em parâmetros de exploração da força de trabalho arcaicos? Ou, em outras palavras, como realizar a transição ao socialismo sem cair nas teias da dependência estrutural do mercado externo?

Pensamos que o momento histórico de pleno assenso da produção burguesa em uma vasta região do globo construiu consigo a perspectiva desenvolvimentista nas organizações revolucionárias da classe trabalhadora. A consolidação da produção burguesa em uma vasta região do globo é *condição determinante na construção do programa desenvolvimentista das organizações da classe trabalhadora.*

Para entender este programa, pensamos que é importante recuarmos um pouco e voltarmos para o momento histórico em que Marx delineava uma perspectiva revolucionária para emancipação da classe trabalhadora e como ele captou os momentos de roturas e integração entre o desenvolvimento capitalista e as lutas da classe

trabalhadora.

1.2. Capitalismo e contradição. A ênfase de Marx nas roturas do processo.

O momento histórico em que Marx realiza sua análise do sistema capitalista (1840-1880.) se caracteriza por um turbulento processo de revoluções contra o antigo regime e seus resquícios. Uma Europa profundamente cindida após as investidas de Napoleão e a constituição de uma nova base produtiva – especificamente burguesa – por todo o continente. Obviamente o caráter desigual e combinado desse processo pôs em movimento processos revolucionários dos mais variados matizes e composto por classes que, ou ainda estavam em seu alvorecer histórico tais como a classe operária, ou presas em velhas relações sociais de produção, como as classes médias⁴ dos países periféricos da Europa, ou ainda, antevendo as contradições sociais expostas nas sociedades em que a burguesia já havia realizado a tomada do poder político, burguesias relutantes de encabeçar uma revolução que poderia pôr, junto com outras, a própria cabeça à força.

O impacto que a revolução francesa de 1848 teve é determinante. Parecia soar o gongo das lutas abertas e inconciliáveis das modernas classes produtivas. As jornadas de fevereiro na França, com suas bandeiras republicanas, já não podiam ser facilmente contornadas com a dissolução da velha camarilha aristocrática. Os trabalhadores insistiram em jornadas que ainda empunhavam as necessárias conquistas republicanas para todos os franceses e foram literalmente dizimados pela burguesia que recém conquistava a direção política da França e logo se aliou aos antigos inimigos contra seus novos inimigos – os trabalhadores rebelados. Essa luta, obviamente, reorientou boa parte dos movimentos organizados dos trabalhadores europeus, especialmente sua fração, em nosso entendimento, mais esclarecida. Data deste período a transformação da Liga dos Justos em Liga dos Comunistas que se ancorava em uma análise dos fundamentos da nova sociedade que se instaurava:

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade dividi-se cada vez mais em

4 Neste momento histórico a classe média era composta em sua maioria pelo campesinato, por isso essa característica de estar presa nos parâmetros de um regime cujo eixo de organização era a propriedade da terra.

dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado (MARX, 1953, p. 22)

O desenvolvimento da sociedade burguesa, na análise de Marx, superava em grande escala todo o desenvolvimento da capacidade produtiva de todas as sociedades anteriores, acordando vastas forças produtivas “adormecidas no seio do trabalho social”. A subversão que o modo de produção especificamente capitalista realizou foi a supressão do elo que orientava a antiga produção feudal, a saber, as necessidades regionalmente circunscritas, pelo incessante impulso de valorizar o valor, gerando uma autonomia para o desenvolvimento da produção inimaginável até então. Marx aponta esse processo do seguinte modo:

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais[...] durante seu domínio de classe [...] criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas em conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo elétrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras da terra brotando como que por encanto (MARX, 1953, p. 25)

Esse turbulento processo, acometido serialmente por crises e revoluções, apresentava aos olhos dos comunistas em questão a perspectiva próxima de uma revolução cujo o eixo seria a emancipação dos trabalhadores do moderno jugo burguês.

Como vimos, para Marx era uma questão próxima – aparentemente de curto prazo – a polarização da sociedade como um todo entre burgueses e proletários. Isso significava naquele momento a supressão da imensa maioria da população classe média camponesa e a transformação destes em proletários do campo ou da cidade. Essa perspectiva, apesar dos anseios e da análise que apontava o incessante processo de acumulação e centralização dos meios de produção em poucas regiões – essencialmente urbanas –, não se realizou senão ao longo do século XX e, apenas em 2007 definitivamente a população urbana ultrapassa em absoluto a população rural mundial, realizando a supressão da classe média no campo, porém constituindo uma não pouco numerosa classe média urbana.

Efetivamente a burguesia seguiu ao longo desses dois séculos revolucionando as forças produtivas, acumulando e centralizando os meios de produção. Bem como subordinando uma classe trabalhadora cada vez mais extensa. Mas vejamos melhor como Marx caracterizava esse processo de desenvolvimento das forças produtivas e sua relação com a moderna classe trabalhadora envolvida:

A burguesia começa com um proletariado que, por seu turno, é um resto da classe trabalhadora dos tempos feudais. No curso do seu desenvolvimento histórico, a burguesia desenvolve necessariamente o seu caráter antagônico que, inicialmente, aparece mais ou menos disfarçado, existindo apenas em estado latente. À medida que a burguesia se desenvolve, desenvolve-se no seu interior um novo proletariado, um proletariado moderno: desenvolve-se uma luta entre a classe proletária e a classe burguesa, luta que, antes de ser confessada e proclamada abertamente, manifesta-se previamente por conflitos parciais e momentâneos, por episódios subversivos. Por outro lado, se todos os membros da burguesia moderna têm o mesmo interesse, enquanto formam uma classe frente a outra classe, eles têm interesses opostos, antagônicos, enquanto se defrontam entre si. Essa oposição de interesses decorre das condições econômicas da sua vida burguesa. *Dia após dia, torna-se assim mais claro que as relações de produção na quais a burguesia se move não têm um caráter uno, simples, mas um caráter dúplice; que, nas mesmas relações em que se produz a riqueza, também se produz a miséria; que, nas mesmas relações em que há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão; que essas relações só produzem a riqueza burguesa, ou seja: a riqueza da classe burguesa, destruindo continuamente a riqueza dos membros integrantes dessa classe e produzindo um proletariado sempre crescente* (MARX, 2009, p. 138 – grifos nossos)

O modo de produção burguês é então caracterizado essencialmente como um modo disruptivo, tendente a crises no seio da própria classe dominante devido aos interesses opostos dos burgueses quando se defrontam entre si; e que constrói uma classe proletária cada vez maior, cada vez mais miserável e, para se manter enquanto classe, precisa construir, junto com as forças produtivas, uma “força produtora de repressão” cada vez maior. As fortes lutas dos trabalhadores e a análise realizada por Engels em sua Situação da Classe Operária Inglesa, de 1844, corroboram para a análise da instabilidade do sistema burguês. As lutas crescentes entre as diversas frações burguesas e mesmo entre as burguesias de diversos países também demonstram a enorme crise no seio da classe dominante. No livro citado de Engels sobre a condição da

classe trabalhadora na Inglaterra, só encontramos paralelos entre a condição dos trabalhadores daquele momento, nas descrições realizadas por Mike Davis em seu Planeta Favela (DAVIS: 2013), porém, e essa é uma diferença substancial, a descrição de Engels é sobre o principal país capitalista daquele momento, enquanto que Davis apresenta a realidade da fração mais precarizada dos trabalhadores da periferia do sistema capitalista. Para qualquer analista que não estivesse comprometido com as classes dominantes daquele tempo, era razoavelmente fácil perceber que a dominação burguesa (mesmo em seu pólo privilegiado) se assentava sob pés de barro. As Revoluções de 1848 confirmaram a inerente instabilidade do sistema. A classe trabalhadora europeia caminhava naquele momento para via revolucionária com consciência cada vez maior de seus próprios interesses e de como esses interesses não podiam ser combinados com os interesses da classe dominante, fosse ela burguesa, ou a antiga aristocracia feudal.

O constante enriquecimento da classe burguesa encontrava seu claro par na miséria crescente da classe trabalhadora. Os movimentos de quebra de máquinas na Inglaterra; o movimento Cartista; as ações diretas que os trabalhadores sistematicamente realizavam contra as fábricas e contra os burgueses; o nascimento e desenvolvimento das associações de auxílio mútuo dos trabalhadores confirmavam a análise que a revolução dos trabalhadores era a ordem do dia. E não foram poucas as insurreições naquele momento. (ENGELS: 2008). O momento histórico parecia simplesmente justificar a análise que Marx havia feito sobre a lógica do desenvolvimento capitalista poucos anos antes, em seus Manuscritos Econômico-Filosóficos:

Mesmo a necessidade de ar livre deixa de ser no operário um carecimento; o homem retorna à caverna, envenenada agora pela pestilência mefítica da civilização, e ele a habita apenas *precariedade*, como um poder estranho, que pode escapar dele a cada dia, e da qual pode a cada dia ser expulso, se não pagar [...]. A luz, o ar, etc., a mais simples limpeza *animal*, deixa de ser uma necessidade para o homem. O *lixo*, esta corrupção e podridão do homem, a *cloaca* (em sentido literal) da civilização, torna-se para ele um *elemento de vida*. [...] Os *modos* (e *instrumentos*) do trabalho humano mais grosseiros retornam, como o *moinho a tração* dos escravos romanos, convertidos em modo de produção e de existência de muitos operários ingleses [...]. O irlandês [trabalhador] não conhece outra necessidade senão a de *comer*, e, mais precisamente, a de comer *batatas*, e para sermos mais exatos, a de comer *batatas*

estragadas, a pior espécie de batata (MARX, 1987, p. 183)⁵

A condição de existência do operário e mesmo do operário do país de maior desenvolvimento capitalista daquele momento, declinava na medida em que ele aumentava a riqueza geral da sociedade, transformada objetivamente em riqueza burguesa. Sua existência interessava aos teóricos burgueses, os economistas políticos, somente como existência de privação e das maiores privações possíveis construindo *efetivamente* a miséria do trabalhador moderno. Uma miséria que não tinha mais uma justificação nos entraves e limites postos pela natureza à produção, mas tinha sua raiz *diretamente* estabelecida nas *condições burguesas* de produção. Este cenário, obviamente, não era restrito à Inglaterra, mas pertinente a todas as grandes cidades burguesas que floresciam naquele momento histórico. Portanto, como diz Hobsbawn, a força política dos trabalhadores daquele momento “eram desproporcionalmente eficazes, pois estavam concentrados em massas famintas nos pontos mais politicamente sensíveis, ou seja, as grandes cidades, especialmente as capitais”. (HOBSBAWN, 2004, p. 44)

Nesta condição geral em que se encontrava a sociedade burguesa, e uma vez identificado o seu modo de desenvolvimento ancorado na exploração mais brutal da recém-formada classe proletária, o prognóstico de Marx era de que a via revolucionária logo se apresentaria para a classe trabalhadora como a única possível de resolver as contradições da sua própria existência. De fato, assim ocorreu em 1848, quando uma quantidade exorbitante de países centrais e periféricos deflagram guerras civis e revoluções.

Na França, o centro natural e detonador das revoluções européias [...], a república foi proclamada em 24 de fevereiro. Em 2 de março, a Bavária; em 11 de março, Berlim; em 13 de março Viena e, quase imediatamente, a Hungria; em 18 de março, Milão e, portanto, a Itália (onde uma revolta independente havia tomado a Sicília). Nessa época, o mais rápido serviço de informação acessível a *qualquer pessoa* (os serviços do banco Rothschild) não podia trazer notícias de Paris a Viena em menos de cinco dias. Em poucas semanas, nenhum governo ficou de pé numa área da Europa que hoje é ocupada completa ou parcialmente por dez Estados (França, Alemanha Ocidental, Alemanha Oriental, Áustria, Itália, Tchecoslováquia, Hungria, parte da Polônia, Iugoslávia e Romênia. Os efeitos

5 O período de 1845 e 1849 é conhecido na história da Irlanda como a Grande Fome em que a população se reduziu em ¼. A principal causa foi a epidemia que assolou a produção de batatas, destruindo-as em larguíssima escala. Um terço da população irlandesa dependia unicamente batatas para sobreviver.

políticos da revolução também podem ser considerados sérios na Bélgica, na Suíça e na Dinamarca), sem contar as repercussões menores em um bom número de outros. Além disso, 1848 foi a primeira revolução potencialmente global, cuja influência direta pode ser detectada na insurreição de 1848 em Pernambuco (Brasil) e, poucos anos depois, na remota Colômbia (HOBBSAWN, 2004, p. 28)

É neste cenário de revoluções e guerras que Marx, já em polêmica com os teóricos que apregoavam que a resolução dessas contradições se daria com o próprio desenvolvimento da ordem capitalista, alertava:

Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social. Somente numa ordem de coisas em que não existam mais classes e antagonismos entre classes as *evoluções sociais* deixarão de ser *revoluções políticas*. Até lá, às vésperas de cada reorganização geral da sociedade, a última palavra da ciência social será sempre: 'o combate ou a morte: a luta sanguinária ou o nada. É assim que a questão está irresistivelmente posta' (Georg Sand) (MARX, 2009, p. 192)

Após a profunda crise instaurada com as derrotas de 1848 para o movimento comunista, ocorreu a reorganização da sociedade burguesa e um novo ciclo de desenvolvimento econômico. Segundo Ernest Mandel, as razões para este ciclo de desenvolvimento capitalista envolviam tanto as derrotas da classe trabalhadora, quanto a possibilidade de aumento da produtividade geral do trabalho pela revolução tecnológica que se iniciava, cujo principal eixo era a generalização da produção mecânica de motores a vapor, até então realizados artesanalmente. Segundo o autor, essa transformação da base produtiva, combinada com os fatores anteriormente citados, possibilitou um aumento prolongado das taxas de lucro dos principais capitais investidos (MANDEL: 1982). Hobsbawn aponta que este foi o momento essencial de dois processos: i) de “encurtamento” do mundo, desenvolvendo em muito os meios de circulação de pessoas e mercadorias, diminuindo o tempo dessa circulação, e, ii), de ampliação das atividades burguesas na Alemanha e nos EUA (HOBBSAWN, 2004). As décadas de 50, 60 e 70 do século XIX viram um forte processo de desenvolvimento capitalista deixando para trás a

vaga revolucionária tal como ela se manifestou na década de 40⁶.

Ao longo deste período de ascensão do desenvolvimento capitalista, Marx aprofundará seus estudos sobre os mecanismos desse mesmo desenvolvimento, as contradições envolvidas nesse processo, especialmente o antagonismo entre capital e trabalho; entre a classe dos capitalistas e a classe trabalhadora; as contradições intra-capitalistas; e as contradições intra-trabalhadores.

A descoberta de ouro na Califórnia; o forte desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos da América, da Rússia e da Alemanha; a invasão britânica na Índia, etc., concorriam para uma ampliação dos problemas que uma revolução socialista haveria de enfrentar. Mesmo os “países-eixo” do desenvolvimento internacional do capitalismo, seu escopo de países centrais, estava em formação. A gama dos problemas que a moderna sociedade burguesa apresentava deveria ser melhor estudada e analisada. Os mecanismos de organização desse modo de produção apresentavam uma vitalidade que obrigou um adiamento da perspectiva revolucionária tal como havia se manifestado até então e mesmo uma mudança nos parâmetros que a revolução dos trabalhadores haveria de enfrentar. Datam deste período as citações de Marx que utilizaremos agora. Começaremos com uma de seu Grundrisse:

Tudo isso, entretanto, pode mesmo agora ser mencionado de passagem, a saber, que a *restrição relativa na esfera do consumo dos trabalhadores* [...] dá a eles como consumidores [...] uma importância totalmente distinta da que possuíam como agentes da produção na Antiguidade ou na Idade Média, por exemplo, ou possuem atualmente na Ásia [...] A participação do trabalhador em prazeres mais elevados, mesmo culturais, a agitação por seus próprios interesses, a subscrição de jornais, o comparecimento a conferências, a educação de seus filhos, o desenvolvimento de seu gosto, e assim por diante —*sua única participação na civilização que o distingue do escravo*—, só é possível economicamente *pelo alargamento da esfera de seus interesses quando os negócios vão bem...* Apesar de todos os discursos 'piedosos', (o capitalista) por esse motivo busca meios de estimulá-lo ao consumo, de atribuir novos encantos às mercadorias que produz, de *sugerir-lhe novas necessidades* pela tagarelice permanente, e assim por diante. É exatamente esse lado da relação entre capital e trabalho que representa um momento civilizador essencial, e no qual reside não apenas a justificativa

6 “Mas quem teria imaginado, em 1860, o ano do apogeu da indústria têxtil algodoeira inglesa, os aperfeiçoamentos extraordinários das máquinas e a redução correspondente do trabalho manual que ocorreriam nos três anos seguintes, sob o estímulo da Guerra Civil americana?”(MARX: 2002, p. 494)

histórica, mas *também o poder contemporâneo do capital* (MARX apud MANDEL, 1982, p. 109)

Marx compreende a dimensão hegemônica que o capital possui uma vez que, diferentemente de todos os modos de produção anteriores, inclui na “pauta” da produção um leque crescente de necessidades dos trabalhadores. Estritamente falando dos mecanismos de exploração, a extração da mais valia relativa – um movimento complexo de aumento geral do nível de produtividade do trabalho, o que permite a diminuição do tempo de trabalho necessário à manutenção do trabalhador e, com isso, diminui o custo da força de trabalho; com a proliferação dessa nova produtividade, surgem novas necessidades para os trabalhadores – também serve aos interesses capitalistas ⁷. Por um lado, um capitalista específico encara os trabalhadores de outros capitalistas como consumidores e, obviamente, seus interesses com esses outros trabalhadores é justamente aumentar a capacidade de consumo dos mesmos, ou seja, um aumento da capacidade de compra do salário desses trabalhadores. Por outro lado, esse mesmo capitalista busca sempre pagar o mínimo possível para os trabalhadores diretamente envolvidos em seus negócios. Disso também deriva uma permanente tensão entre os próprios capitalistas:

Para cada capitalista, a massa total de trabalhadores, com exceção de seus próprios, não aparece como trabalhadores mas como consumidores, possuidores de valores de troca (salários), dinheiro, que eles trocam por sua mercadoria. Existem inúmeros centros de circulação com os quais tem início o ato de troca e mediante os quais é conservado o valor de troca do capital. *Eles representam uma parcela bastante grande, em termos proporcionais [...] da totalidade dos consumidores.* Quanto maior o seu número – o volume da população industrial – e a massa de dinheiro à sua disposição, maior será a esfera de troca para o capital. Vimos que a tendência do capital é de ampliar o mais possível a população industrial (MARX apud MANDEL, 1982, p. 109)

7 Isso se tratando apenas dos interesses dos capitalistas voltados para o mercado aberto pelas necessidades dos trabalhadores. O mercado aberto em outros setores da sociedade com o desenvolvimento da produtividade (essencialmente por meio do desenvolvimento da maquinaria) é também de extremo interesse para os capitalistas: “A maquinaria tem por resultado imediato ampliar a mais-valia e, simultaneamente, a quantidade de produtos em que ela se incorpora [...]. Sua riqueza em expansão e a diminuição relativamente constante do número de trabalhadores necessários para a produção dos gêneros de primeira necessidade geram, juntamente com novas necessidades de luxo, novos meios de satisfazê-las. Uma porção maior do produto social transforma-se em produto excedente, e uma parte maior do produto excedente é fornecida e consumida sob formas refinadas e mais variadas. Em outras palavras, a produção de luxo aumenta” (MARX, 2002, p. 507)

Esse complexo desenvolvimento capitalista – que possui a capacidade de integrar uma massa crescente de necessidades da classe trabalhadora – envolve a condição dos “negócios irem bem”, ou seja, justamente nos ciclos “virtuosos” de acumulação de capital é que essa massa crescente de necessidades dos trabalhadores (novas e velhas) pode ser integrada à pauta de produção. Essa especificidade do modo de produção capitalista o diferencia de todos os modos de exploração do trabalho anteriores e, segundo a análise marxista, aí reside sua razão de existir histórica, ou, em outras palavras, sua capacidade de se desenvolver apesar de suas crises inerentes e dos conflitos de classe, ora mais fechados, ora mais abertos, tal como o conjunto de revoluções que ocorreram nos anos de 1848. O modo de desenvolvimento do sistema capitalista – gerador de riqueza e miséria face a face, de forças produtivas e repressivas – na mesma medida em que engendrava seu principal antagonista – a classe trabalhadora – **engendrava os mecanismo de uma integração perversa do mesmo.**

Em um texto do início da década de 1850 em que Marx aprofundava os estudos de crítica da economia política, *Trabalho assalariado e Capital*, a questão do desenvolvimento capitalista e seus mecanismos de integração da classe trabalhadora são postos ainda mais claramente. Marx parte da assertiva de certos economistas que os interesses do capitalista e dos trabalhadores são “um e o mesmo”:

Daqui se deduz, afirmam os burgueses e seus economistas, que o interesse do capitalista e do trabalhador são um e o mesmo. Sim, não cabe dúvida de que o trabalhador perece se o capital não o emprega. E o capital afunda se não explora o trabalho e, para poder explorá-lo, tem que comprá-lo. *Quanto mais rapidamente se incrementa o capital destinado à produção, o capital produtivo, quanto mais florescente seja o estado da indústria, quanto mais se enriqueça a burguesia, quanto melhor marchem os negócios, mais trabalhadores necessitará o capitalista e mais caros estes se venderão.*

Condição indispensável para que o trabalhador tenha uma situação mais tolerável é, portanto, *o crescimento mais rápido possível do capital produtivo.* (MARX, 1987, p. 19)

Os termos do problema estão mais claros. O desenvolvimento capitalista, na medida em que constrói a realidade do trabalhador como trabalhador assalariado, dependente, portanto, do salário para acessar os meios de subsistência, interessa aos

trabalhadores para venderem sua força de trabalho. E mais. Quanto mais rápido for este desenvolvimento e, portanto, quanto maior for a necessidade de trabalhadores para a produção, estes poderão vender mais caro sua única mercadoria, ou seja, sua capacidade de trabalhar.

Mas, o quê significa o crescimento do capital produtivo? O crescimento do poder do trabalho acumulado sobre o trabalho vivo. O crescimento da dominação da burguesia sobre a classe trabalhadora. Quando o trabalho assalariado produz a riqueza alheia que o avassala; a potência hostil, o capital, afluem para ele, subministrados por aquele, possibilidades de trabalhar, é dizer, meios de sustentação, sob a condição de que aquele volte a se converter novamente em parte do capital, na alavanca que volta a lançar este a um movimento acelerado de crescimento

Dizer que os interesses do capital e os interesses do trabalho são os mesmos significa somente uma coisa: que o capital e o trabalho assalariado são os termos de uma e mesma relação. Um condiciona ao outro, a maneira como se condicionam mutuamente o agiota e o dilapidador.

Enquanto o trabalhador assalariado existir, sua sorte depende do capital. A isso se reduz a tão ponderada comunidade de interesses do trabalhador e do capitalista. (MARX, 1987, p. 19-20)

A relação de mútua dependência entre capital e trabalho assalariado é ressaltada nessa perspectiva. A emancipação dos trabalhadores passa, portanto, em abolir tanto o capital quanto o trabalho assalariado. E, em sentido inverso, o desenvolvimento do capital exige a manutenção e desenvolvimento da forma do trabalho assalariado. Esse desenvolvimento capitalista apresenta momentos de integração dos interesses dos trabalhadores com o mesmo desenvolvimento *enquanto trabalhadores assalariados*, a partir do modo pelo qual podem barganhar o preço de seus salários. Porém, a relação entre o desenvolvimento do capital e do trabalho se vê condicionada ao seguinte problema: a melhor situação possível do trabalho assalariado é o crescimento mais rápido possível do capital produtivo. Este por sua vez, à medida que aumenta, aumenta seu controle sobre o conjunto das classes trabalhadoras e, ao final do processo, esta se encontra mais submetida ao controle capitalista da existência que antes. **Ou seja, a melhor condição imediata de vida dos trabalhadores – sua participação na produção no momento em que possam vender mais caro a sua força de trabalho – também amplia o poder do capital e, nos momentos em que não for mais viável**

sustentar a continua expansão do capital produtivo, este se verá em condições piores de existência do que no início do mesmo processo, ao menos no estrito sentido do controle sobre as condições de reprodução da própria existência.

Outra importante discussão a ser feita a partir dessa análise de Marx diz respeito ao desenvolvimento do preço da força de trabalho. Por um lado, uma vez que a grande maioria da população compõe a classe trabalhadora, a única alteração efetivamente sentida com o desenvolvimento é o poder de compra do salário médio. O aumento efetivo dos lucros e da dimensão do capital passa despercebido aos olhos da imensa maioria da população. Isso por que o modo que o salário pode se desenvolver cria uma ilusão nos produtores diretamente interessados⁸. Ele pode se desenvolver em termos absolutos, mas sempre decresce em termos relativos com o desenvolvimento mais rápido possível do capital produtivo:

O rápido incremento do capital equivale ao rápido incremento do lucro. E este só pode aumentar rapidamente se decresce com a mesma rapidez o preço do trabalho, o salário relativo. *O salário relativo pode decrescer ainda que aumente o salário real, simultaneamente com o salário nominal, com o valor-dinheiro do trabalho, mas sem que aumente na mesma proporção que o lucro [...]* Se, portanto, o ingresso do trabalhador aumenta à medida que cresce rapidamente o capital, com ele se aprofunda também, ao mesmo tempo, o abismo social que separa o trabalhador do capitalista, aumenta ao mesmo tempo o poder do capital sobre o trabalho, a subordinação do trabalho ao capital.

Dizer que o trabalhador esteja interessado no rápido crescimento do capital só significa uma coisa: que quanto mais rapidamente acrescente o trabalhador à riqueza alheia, maiores serão as migalhas que receberá, mais trabalhadores poderão trabalhar e viver, mais crescerá a massa de escravos avassalados pelo capital. (MARX, 1987, p. 24)

Como vimos, o desenvolvimento capitalista constrói mecanismos de integração dos trabalhadores, porém sempre com a condição de ampliar as formas de exploração e espoliação do capital sobre o trabalho. O modo mais “harmonioso” em que isso pode se

8 Pensamos que este fato expressa fundamentalmente aquilo que Marx chamou de fetiche da mercadoria. É quase inconcebível para a maioria dos produtores a dimensão global das riquezas produzidas. A maior parte da riqueza, ou seja, a parte destinada ao capital, se apresenta como sujeito autônomo que se constituiu a si mesmo e não como resultado de um processo social de produção e, por isso, não é apreendida na consciência como riqueza que deveria ser destinada a satisfazer as necessidades da população como um todo. A única riqueza sentida pela classe trabalhadora é aquela que advém de seu salário. Nos parece que isso justifica a forma paradoxal de condução da vida da média da população que naturaliza a condição de extrema privação (orientando sua existência para uma situação de escassez) em meio a tamanha abundância de mercadorias produzidas.

realizar também oculta a disparidade crescente entre a condição do trabalhador e do capitalista e, conseqüentemente, a crescente subordinação do primeiro ao segundo. A condição dependente – do Capital – do moderno trabalhador assalariado também conjuga os interesses dos trabalhadores ao desenvolvimento do capital mesmo que, em última instância, isso signifique uma condição de dependência ainda maior e mais desfavorável aos trabalhadores. A ampliação dessa dependência também aumenta as dificuldades dos trabalhadores em realizar seus interesses quando estes ferem os interesses dos capitalistas, especialmente nos momentos de se defender dos ataques do capital para rebaixar sua condição de existência, quando isso for de interesse dos capitalistas, dilapidando a força social de pressão dos trabalhadores. O modo pelo qual os interesses dos trabalhadores se conjugam com os interesses dos capitalistas cria o curioso movimento para os trabalhadores que, quando ganham, perdem, e quando perdem, perdem. Outros fatores são importantes para a análise do desenvolvimento capitalista e as conseqüências deste para a relação entre capital e trabalho. O desenvolvimento capitalista implica, necessariamente, em certo desenvolvimento das forças produtivas e Marx elenca as principais conseqüências para o pólo do trabalho com o desenvolvimento das forças produtivas:

O incremento das forças produtivas em geral acarreta as seguintes conseqüências:

- a) Piora relativamente a situação do trabalhador com relação ao capitalista, já que o valor da satisfação das necessidades é sempre relativo. A satisfação das necessidades por si só não são outra coisa que a satisfação das necessidades e relações sociais.
- b) O trabalhador tende a converter-se em uma força produtiva cada vez mais unilateral, que produz a maior quantidade possível no menor tempo possível. O trabalho qualificado vai se convertendo cada vez mais em trabalho simples.
- c) O salário depende cada vez mais do mercado mundial e, com ele, a situação do trabalhador.

Dentro do capital produtivo, a parte destinada a maquinaria e matérias prima aumenta muito mais rapidamente que a destinada aos salários. Portanto, o aumento do capital produtivo não leva aparelhado, necessariamente, um aumento da demanda de trabalho [...]. *Todo desenvolvimento de uma nova força produtiva é, ao mesmo tempo, uma arma contra os trabalhadores.* Assim, por exemplo, todos os progressos efetivados com relação aos meios de comunicação fomentam a competição entre os trabalhadores de distintas localidades e convertem a competição local em nacional, etc (MARX, 1987, p. 45)

Ainda que o desenvolvimento das forças produtivas seja, em si, a redução do tempo de trabalho necessário para a reprodução da sociedade com um todo e, desse modo, condição indispensável para emancipação da humanidade de sua divisão em classes, na sociedade burguesa esse desenvolvimento significa uma ampliação dos mecanismos de dominação de classe e de fato é como um mecanismo de dominação de classe que se desenvolve a utilização da maquinaria na produção capitalista:

Quando a rebeldia crescente da classe trabalhadora forçou o Estado a diminuir coercitivamente o tempo de trabalho, começando por impor às fábricas propriamente ditas um dia normal de trabalho, quando, portanto, se tornou impossível aumentar a produção da mais-valia prolongando o dia de trabalho, lançou-se o capital, com plena consciência e com todas as suas forças, à produção da mais-valia relativa, acelerando o desenvolvimento do sistema de máquinas (MARX, 2002, p. 467)

A tonalidade cada vez mais predominante da mais-valia relativa no desenvolvimento capitalista é produto e condição para o crescente controle do capital sobre o trabalho. Outro aspecto dessa dialética é que as formas de luta do trabalho contra o capital, as greves, piquetes, etc., apresentavam as dependências que o capital possuía do trabalho, impulsionando-o a diminuir essa dependência desenvolvendo a maquinaria e um sofisticado conjunto de mecanismo de controle social do trabalho e dos trabalhadores.

Mas voltemos ao curso da história⁹. Se a luta dos trabalhadores havia sofrido uma forte derrota em 1848, para Marx isso não significava que a contradição fundamental da sociedade burguesa – a escravidão assalariada – se resolveria com transformações graduais dentro do próprio sistema capitalista. Pelo contrário, em sua análise, conforme o

9 “O movimento trabalhista não tinha sido tão destruído ou decapitado pelo fracasso das revoluções de 1848 e pela subsequente década de expansão econômica. Os vários teóricos de um novo futuro social, que haviam transformado a agitação da década de 1840 no "espectro do comunismo", tendo fornecido ao proletariado uma perspectiva política alternativa tanto para os conservadores como para os liberais ou radicais, estavam na prisão como Auguste Blanqui; no exílio como Karl Marx e Louis Blanc; esquecidos como Constantin Pecqueur (1801-87); ou, como Etienne Cabet (1788-1857), somando todas estas situações. Alguns haviam feito as pazes com o novo regime, como P. J. Proudhon fez com Napoleão III. O período não era muito propício para os que acreditavam na iminência do socialismo. Marx e Engels, que mantiveram alguma esperança no renascimento revolucionário por um ou dois anos depois de 1849, transferiram depois estas esperanças para a grande crise seguinte (a de 1857), e resignaram-se então por um longo período. Enquanto talvez seja um exagero dizer que o socialismo tenha desaparecido por completo, mesmo na Inglaterra provavelmente ninguém era socialista em 1860 que não o tivesse sido em 1848. Podemos talvez agradecer a este intervalo de isolamento forçado da política, que permitiu a Karl Marx amadurecer suas teorias e estabelecer as fundações de *O Capital*, mas ele mesmo não pensava assim. Nesse meio tempo, as organizações políticas sobreviventes da (ou dedicada à) classe operária tinham entrado em colapso, como a Liga Comunista em 1852, ou tinham-se tornado gradualmente insignificantes, como o Cartismo inglês” (HOBSBAWN, 2004, p. 123)

sistema capitalista se desenvolvesse, maiores seriam as contradições que ele criaria em termos absolutos e relativos. *Relativamente*, posto que desenvolve - “quando os negócios vão bem” - uma massa crescente de necessidades dos trabalhadores, amplia, portanto, os seus interesses como um todo e, que para se manter sem conflitos abertos, é obrigado a satisfazê-las; e *absolutamente* uma vez que a permanente valorização do valor, especialmente em seus momentos de crise, se vê compelida a aumentar ao máximo a extração de sobre trabalho e reduzir ao máximo o custo da força de trabalho.

Porém, para as finalidades do presente texto, é importante notar que há na análise de Marx, primeiramente, uma perspectiva de ruptura próxima entre os interesses dos trabalhadores e a manutenção do sistema capitalista e, em um segundo momento, uma possibilidade de *integração contraditória* dos interesses dos trabalhadores com os interesses dos capitalistas e o desenvolvimento da sociedade burguesa.

1.3. Desenvolvimento capitalista de longo prazo. As vicissitudes históricas e a escolha da social-democracia pela *via parlamentar de reformas*.

Como vimos, no momento em que a luta de classes se acirrava na Europa nos anos de 1840, a análise de Marx apresentava a tendência revolucionária que poderia e deveria ser aproveitada pela classe trabalhadora para enfrentar seu principal antagonista – a burguesia e seu sistema. Era um momento de intensa crise do desenvolvimento capitalista, que não apresentava os sinais de uma recomposição geral do sistema, ao menos não uma recomposição rápida. Porém, como vimos, após as derrotas dos trabalhadores e na medida em que o sistema capitalista construiu um novo ciclo virtuoso de crescimento, Marx passa a se atentar mais detidamente sobre os mecanismos de continuidade do sistema e os aspectos contraditórios do seu desenvolvimento. Hobsbawn apresenta do seguinte modo esse momento histórico:

Mil oitocentos e quarenta e oito, a famosa “primavera dos povos”, foi a primeira e última revolução europeia no sentido (quase) literal, a realização momentânea dos sonhos da esquerda, dos pesadelos da direita [...]. Ela fora esperada e prevista. Parecia ser o ponto culminante e o produto lógico da era das duas revoluções. Ela falhou, universalmente, rapidamente e – apesar de isso não ter sido percebido durante muitos anos pelos refugiados políticos – definitivamente. Desde então não iria ocorrer mais nenhuma revolução social geral do tipo buscado antes de 1848 nos países “avançados” do mundo [...]. A história desse período é, portanto,

desigual. Ela é basicamente a do maciço avanço da economia do capitalismo industrial em escala mundial, da ordem social que ele representou, das ideias e credos que pareciam legitimá-lo e ratificá-lo: na razão, ciência, progresso e liberalismo. É a era da burguesia triunfante (HOBSBAWN, 2004, p. 20-21)

Em uma carta à Engels, Marx apresenta uma perspectiva histórica que, perversamente, se confirmou:

A tarefa histórica da sociedade burguesa é o estabelecimento do mercado mundial, pelo menos em suas linhas básicas, e um modo de produção que repouse sobre esta base. Como o mundo é redondo, parece que isso já foi realizado, com a colonização da Califórnia e da Austrália e a anexação da China e do Japão. Para nós, a difícil questão é esta: a revolução no continente é iminente, e terá um caráter imediatamente socialista; *não será necessariamente esmagada neste cantinho do mundo*, já que num terreno bem mais vasto a sociedade burguesa ainda está em ascensão? (MARX apud MÉSZÁROS, 2002, p. 90)

Pouco tempo depois dessa carta, começava a guerra franco-prussiana. Os trabalhadores da França, depois de quase 30 anos, voltariam a se revoltar. A Comuna de Paris foi o resultado da luta dos trabalhadores que reconheciam seus principais antagonistas e passaram a construir – com todos os limites e problemas que qualquer revolução histórica envolve – um sistema de produção e reprodução da própria existência orientado pelas suas próprias necessidades¹⁰. Como vimos, o fato de que “em uma área tão vasta do globo” a burguesia estava em plena ascensão, gerou o isolamento dos combatentes e a possibilidade – que não foi desperdiçada – de uma forte contrarrevolução encabeçada pela burguesia francesa erradicada em Versalhes e pela burguesia prussiana. A possibilidade de um ciclo longo de desenvolvimento capitalista tinha implicações fundamentais para as lutas dos trabalhadores¹¹. A falência de mais esta

¹⁰ A construção de mecanismos de decisão dos trabalhadores, essencialmente coletivizados, talvez seja o principal legado da Comuna.

¹¹ Engels, em seu artigo sobre o Papel da Violência na História, corrobora o virtuoso desenvolvimento burguês: “O «ano louco», que se tinha felizmente deixado para trás, mostrou à burguesia que se tinha de pôr termo agora, de uma vez por todas, à velha letargia e sonolência. Na sequência da chuva de ouro californiana e australiana e de outras circunstâncias, deu-se uma extensão das ligações do mercado mundial e um avanço dos negócios como nunca antes acontecera; tratava-se de agarrar [a oportunidade] e de assegurar para si a sua quota-parte. Os começos da grande indústria, que surgiram desde 1830 e nomeadamente desde 1840 no Reno, na Saxónia, na Silésia, em Berlim e em cidades isoladas do Sul, eram agora rapidamente aperfeiçoados e alargados, a indústria doméstica dos distritos rurais estendia-se cada vez mais, era acelerada a construção dos caminhos-de-ferro e, com tudo isso, o enorme crescimento

tentativa revolucionária – e o massacre de mais de 20.000 *communards* – criou um enorme impacto na perspectiva das organizações dos trabalhadores, especialmente os trabalhadores alemães, que nesse momento se organizavam sob a direção do Partido Social-Democrata Alemão (SPD).

O forte desenvolvimento capitalista na Alemanha, uma vez que se formava uma imensa classe operária, fortalecia cada vez mais o SPD. Este, em pouco tempo, tornou-se o maior partido operário da Europa e o partido mais expressivo na Alemanha como um todo. O massacre da Comuna de Paris e a percepção de que o capitalismo estava “em plena ascensão” em outras vastas partes do globo, cobrava formas de atuação do partido *nesse momento* e as lutas dentro da ordem, especialmente a luta pelo sufrágio universal (masculino), era preementes. A luta pela democracia se acentuava nos principais países europeus, lembrando que Napoleão III, antes de se auto-proclamar imperador, foi o primeiro presidente eleito por sufrágio na Europa¹². (HOBSBAWN, 2004) Para termos um panorama das condições até então:

“Com a exceção da Suíça, [...], nenhum outro estado europeu operava na base do sufrágio universal (masculino) na década de 1850 (O *Nationalrat* suíço era escolhido por todos os homens maiores de 20 anos sem qualificação de propriedade, mas a segunda Câmara era escolhida pelos cantões.) Deve-se assinalar que mesmo nos Estados Unidos nominalmente democrático, a participação eleitoral era bem inferior à francesa: em 1860, Lincoln foi eleito por menos da metade dos 4,7 milhões de votos de uma população de tamanho incomparavelmente maior. Algumas assembleias representativas, geralmente sem grande poder ou influência, [...], invariavelmente elegiam de forma bastante indireta, com restrições mais ou menos rigorosas relativas a qualificações de idade ou propriedade, tanto para votantes como para candidatos. [...]. A Inglaterra, com mais ou menos 1 milhão de eleitores entre 27,5 milhões de habitantes, era sem dúvida bem menos restritiva que, por exemplo, a Bélgica com aproximadamente 60 mil de 4,7 milhões, mas nenhuma delas era, nem pretendia ser, democrática” (HOBSBAWN: 2004, p. 117)

da emigração criou uma navegação a vapor transatlântica, alemã, que não necessitava de qualquer subvenção. *Mais do que nunca anteriormente, negociantes alemães estabeleceram-se em todas as praças comerciais ultramarinas, tornaram-se intermediários de uma parte cada vez maior do comércio mundial e começaram pouco a pouco a ser intermediários na venda de produtos industriais, não só ingleses mas também alemães.*” O artigo de Engels se encontra presente em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1888/03/papel.htm>

¹² Um curioso aspecto do governo de Napoleão, o pequeno, são seus esforços em reconhecer e domesticar os movimentos trabalhistas, mantendo encontros com figuras públicas anarquista como Proudhon. (HOBSBAWN, 2004)

É neste cenário de luta pela representação democrática, pelo sufrágio universal, que os partidos enfrentavam o seguinte dilema, nas palavras de Przeworski,

a questão mais angustiante era se esse partido [socialista] poderia ser eficaz nas instituições já existentes, em sua escalada ao poder político. A democracia política, especificamente o voto, era uma arma já pronta para a classe trabalhadora. Deveria esta arma ser descartada ou deveria ser manejada no sentido da emancipação política para a emancipação social (PRZEWORSKI, 1988, p. 41).

Obviamente que nem todos os matizes políticos concordavam sequer que as eleições eram de fato uma arma, quanto menos uma arma que pudesse servir aos interesses da classe trabalhadora. Porém, este foi o modo como a questão surgiu para o SPD, naquele momento o maior partido operário da Europa e também modelo para outros partidos socialistas. Segundo Przeworski, em sua maioria foram formados entre 1884 e 1892, participando em maior ou menor medida do mesmo dilema. Inicialmente o dilema parecia ser este: o forte desenvolvimento industrial trazia consigo um aumento substantivo da classe operária. As eleições expressavam cada vez mais que o partido social-democrata representava os interesses dessa classe em permanente crescimento, além de ser um ótimo momento para as atividades de agitação do partido – mesmo a propaganda para convencer os trabalhadores a participarem das eleições.

Porém:

Cada passo rumo à participação reacendia controvérsia. O Partido Social Democrata Alemão questionava quanto a permitir a um de seus membros tornar-se o Deputado Presidente do Reichstag, quanto a votar o orçamento, mesmo quanto a decidir seus votos no segundo turno das eleições [...]. O Partido Trabalhista Norueguês recusou-se em 1906 a atribuir seus votos mesmo no segundo turno [...]. Em 1898, uma pesquisa de opiniões de proeminentes líderes da Segunda Internacional mostrou que, enquanto intervenções no processo político burguês eram não só admitidas como às vezes aconselháveis, seis dos entrevistados votaram “jamais” com relação à participação em um governo [...] Dos sessenta e nove social-democratas suecos perguntados por telegrama se o partido deveria unir-se ao governo liberal em 1911, sessenta e três responderam contra a participação (PRZEWORSKI, 1988, p. 45)

A participação no parlamento e nas instituições da ordem envolviam uma miríade de novos dilemas, muitos deles resolviam problemas imediatos e repunham problemas de médio ou longo prazo para as mesmas organizações. A luta parlamentar ajudaria a assegurar o direito de greve? Ajudaria a luta pela libertação de militantes? E nenhuma organização dos trabalhadores sentiu-os tão profundamente quanto o Partido Social Democrata Alemão.

Mas mesmo na década de 1870, pelo menos um país teve que enfrentar o novo problema: a Alemanha. Ali o voto socialista (102 mil em 1871) começou a crescer novamente com uma força aparentemente inexorável, depois de uma rápida queda: 340 mil em 1874 e meio milhão em 1877. Ninguém sabia o que fazer com essa força. Massas que não permaneciam passivas e que não se prestavam a seguir a liderança dos "superiores" tradicionais da burguesia, e cujos líderes não podiam ser assimilados, não entravam no esquema da política. Bismarck, que fazia o jogo do parlamentarismo liberal para seus próprios fins, tão bem ou mesmo melhor do que qualquer outro, não podia pensar em outra coisa senão proibir a atividade socialista pela força da lei. (HOBSBANW, 2004. p. 129-30)

Os dilemas históricos se acirraram ainda mais com o desenvolvimento das “forças de repressão” construindo uma percepção generalizada entre os principais expoentes da Segunda Internacional de que “insurreições armadas tornaram-se impraticáveis, dadas as mudanças tecnológicas na arte bélica [...] [e] a participação parlamentar era o único recurso ao alcance dos trabalhadores” ao menos no que dizia respeito a alcançar seus interesses imediatos (PRZEWORSKI: 1988, p. 46)

É importante que o momento de virada nas táticas de muitos partidos socialistas tenha ocorrido após os fracassos de greves gerais organizadas em torno de questões econômicas. Enquanto as greves orientadas para estender o sufrágio universal alcançavam sucesso na Bélgica e Suécia, o uso de greves de massa com objetivos econômicos resultavam invariavelmente em desastres políticos [...] Todas essas greves foram derrotadas; na sequência, os sindicatos eram dizimados e a legislação repressiva entrava em vigor. A representação parlamentar era necessária para proteger o movimento, tendo em vista a repressão: esta era a lição que os líderes socialistas aprendiam (PZREWORSKI, 1988, p. 47)

Não era apenas os socialistas que aprendiam as lições que a luta de classes fornecia. A burguesia, com todas as suas colorações políticas, também realizavam sua leitura da história e passaram a reconhecer o proletariado como um sujeito político

Mesmo aqueles que viam a interferência pública no mecanismo de mercado livre como um caminho certo para a ruína estavam agora convencidos de que as atividades e as organizações trabalhistas deveriam ser reconhecidas para que fossem controladas. Como vimos, alguns dos mais demagógicos políticos como Napoleão III ou Disraeli estavam bem alertados sobre o potencial eleitoral da classe operária. Na década de 1860, a lei foi modificada para permitir uma certa e limitada organização trabalhista, bem como algumas greves em alguns países da Europa; ou, para ser mais exato, abrir espaço na teoria do mercado livre para a barganha livre e coletiva de trabalhadores. (HOBSBAWN, 2004. p. 127)

Obviamente que nem mesmo as representações parlamentares protegiam efetivamente o movimento de luta dos trabalhadores, como os casos da Itália, Alemanha e Espanha fascistas demonstraram. Porém, era este o “clima” que orientava cada vez mais as táticas e estratégias dos principais partidos socialistas na virada do século XIX para o XX. As transformações na estratégia dos partidos são inevitáveis, uma vez adentrado no regime parlamentar. A necessidade de manter a representação, conquistar e garantir direitos *por meio constitucional* apresentava o seguinte dilema aos partidos socialistas:

Contudo, tão logo o sufrágio universal foi conquistado, a escolha entre táticas 'legais' e 'extra-parlamentares' tinha que ser feita. J. McGurk, o presidente do Partido Trabalhista, disse de maneira inequívoca em 1919: 'ou somos constitucionalistas ou não somos constitucionalistas. Se somos constitucionalistas, se acreditamos na eficácia da arma política [...] então é insensato e não democrático que falhemos em obter a maioria nas urnas para as mudanças, pleiteando sua substituição pela ação puramente sindical' (PRZEWORSKI, 1988, p. 49)

É justamente quando a perspectiva eleitoral se transforma em uma via *efetiva* de realização dos interesses – mesmo que imediatos – da classe trabalhadora que os principais líderes da Segunda Internacional assumem a democracia representativa como a *base política* da própria sociedade socialista, redirecionando a estratégia socialista para o regime democrático.

Eduard Bernstein viu no socialismo simplesmente a 'democracia trazida à sua conclusão lógica'. A democracia representativa tornou-se para os social-democratas simultaneamente o meio e o fim, o veículo para o socialismo e a forma política da futura sociedade socialista, simultaneamente a estratégia e o programa (PRZEWORSKI, 1988, p. 50).

Essa (re)visão estratégica era corroborada pelo aumento vertiginoso do proletariado. Uma vez que a via eleitoral é uma disputa expressa numericamente; e uma vez que a classe trabalhadora – em crescimento vertiginoso – era a fração mais numerosa da sociedade, a conquista do parlamento por via eleitoral era uma questão de tempo. Os dilemas tornavam-se ainda mais intensos com relação à democracia, uma vez que era essa uma condição política para que as expressões eleitorais se realizassem. É neste período que os teóricos socialistas apresentam a tese de que há uma inerente contradição entre capitalismo e democracia:

Um jovem teórico sueco formulou o seguinte silogismo em 1919: 'a luta pelo estado é política. Seu desfecho [...] é, portanto, a possibilidade aberta aos membros da sociedade, tornados proletários devido ao processo capitalista, de exercer suas próprias influências ao nível da decisão política. Se a democracia é alcançada, o crescimento do capitalismo significa uma correspondente mobilização de vozes contra o próprio sistema capitalista. A democracia, portanto, possui um controle automático que aumenta a oposição ao capitalismo em proporção ao desenvolvimento do capitalismo (PRZEWORSKI, 1988, p. 52)

A disputa pela democracia e pelo Estado, nesses parâmetros, não é apenas uma luta por um instrumento que pode *contribuir* para os trabalhadores. Ela é *a própria condição* da luta dos mesmos. O modo, por excelência, de desenvolvimento de suas lutas e o *meio concreto* de superação do capitalismo. Nesse momento os objetivos finais – estratégicos – do partido Social Democrata Alemão ainda são a socialização dos meios de produção e a organização da sociedade socialista; em uma base política identificada com a democracia representativa, mas, ainda assim, a edificação de uma sociedade em que “os expropriadores serão expropriados” e os interesses representados por este partido, em maior ou menor medida, são os interesses exclusivos da classe trabalhadora. Por mais que o desenvolvimento da sociedade capitalista tenha trazido à baila novas figuras

intermediárias do processo, profissionais liberais, pequenos comerciantes, etc., os interesses que guiavam a luta pela maioria parlamentar do SPD (e outros partidos socialistas) eram os interesses estritos dos trabalhadores.

Esta via parecia cada dia mais se confirmar com o avanço galopante dos votos dos trabalhadores nestes partidos:

[...]tão logo as leis anti-socialistas foram proscritas, o SPD tornou-se em 1890 o maior partido da Alemanha, com 19,7% dos votos. Em 1912 sua parcela de 34,8% era mais que o dobro daquela do segundo maior partido [...]. Em 1907, os social-democratas finlandeses ganharam a maioria, 37%, na primeira eleição sob o sufrágio universal. Os social-democratas austríacos ganharam 21% depois que o direito a voto tornou-se universal em 1907, 25,7% em 1911, e a maioria de 40,8% em 1919. O 'Parti Ouvrier' belga ganhou 13,2% quando o 'régime censitaire' foi abolido em 1894 e continuou a crescer em saltos para ganhar em 1925 a maioria de 39,4% [...]. Nos Países Baixos, [...], o socialismo marchou em grandes passos, de 3% em 1896 para 9,5%, 11,2%, 13,9% e 18,5% em 1913. O partido dinamarquês obteve 4,9% em 1884, a primeira eleição que disputou e somente 3,5% em 1889; deste momento em diante, o partido nunca deixou de aumentar seus votos até 1935, quando ganhou 46,1% [...]. O partido sueco iniciou humildemente lançando candidatos em chapas conjuntas com os liberais: ganhou 3,5% em 1902, 9,5% em 1905, 14,6% em 1908, saltou para 28,5% em 1911, depois da extensão do sufrágio, aumentou sua parcela para 30,1% e 36,4% nas duas eleições sucessivas de 1914, e juntamente com sua ala esquerda ganhou a maioria dos votos 39,1% em 1917. O Partido trabalhista Norueguês cresceu cerca de 5% em cada eleição desde 1897, quando obteve 0,6% até 1915, e aí sua participação alcançou 32,1% (PRZEWORSKI, 1988, p. 54)

A via parlamentar estava, com este aumento vertiginoso, consolidada. A tática escolhida se mostrava triunfante, o que sustentou o prestígio dos líderes da Segunda Internacional apesar das inúmeras críticas que a sessão Russa já apresentava a esta escolha tática e ao desvio da estratégia. Somado a isso, o forte desenvolvimento capitalista até o final da primeira década do século XX começava a dar sinais de saturação, sua continuidade passava a exigir a constituição de mercados ainda maiores. Uma forte crise se instauraria a partir dessa contradição, exigindo respostas relativamente de curto prazo para a permanência do sistema¹³. De certo modo, essa crise aumentou o

13 Os processos revolucionários que acometeriam a Europa neste primeiro quartel do século XX

prestígio e a referência dos partidos socialistas em todo o continente europeu, contribuindo para a ampliação dos votos e da perspectiva de que o capitalismo deveria ser suplantado.

A estratégia estava delimitada – o socialismo – e a tática se mostrava efetiva – a via parlamentar por reformas que levasse ao socialismo. Bastava alcançar a maioria absoluta do eleitorado, os 50% mais um, para implementar as reformas, quisesse a burguesia ou não. O problema é que a classe operária, estritamente, jamais ultrapassou a barreira de um terço, quando muito dois quintos, da totalidade da população, salvo raras exceções, que não duraram muito tempo. E os partidos socialistas se viram compelidos às alianças táticas para alcançar a maioria parlamentar.

A combinação do *status* de minoria com a regra da maioria constitui a condição histórica sob a qual os socialistas devem agir. Essa condição concreta impõe sobre os partidos socialistas uma escolha: os socialistas devem escolher entre um partido homogêneo em sua expressão classista, mas condenados a perpétuas derrotas eleitorais, e um partido que luta pelo sucesso eleitoral à custa da diluição de seu caráter de classe (PRZEWORSKI, 1988, p. 59)

A resposta a este dilema era uma aliança com outras frações da sociedade e não apenas os trabalhadores. A análise de que o capitalismo é um sistema prejudicial não só à classe trabalhadora, mas continuamente expulsa os pequenos camponeses do campo, cria contradições para as camadas médias da sociedade e para a “baixa burguesia” fez com que os partidos social-democratas buscassem nessas frações seus aliados. Não eram apenas os interesses dos trabalhadores que deveriam ser defendidos no parlamento, mas os interesses de todo o povo, ou seja, dos pequenos comerciantes, gerentes, pequenos camponeses, *intelligentsia*, as camadas médias, enfim. Os social-democratas criam que, somados a estas camadas, o “povo” alcança os 90% de toda a população e, com este apoio, nada impediria a transição ao socialismo. Esta foi a linha traçada por estes partidos nos primeiros anos do século XX – pré e pós primeira guerra mundial. Mesmo a discussão sobre a liberação de créditos de guerra – que os partidos social-democratas da Segunda Internacional votaram massivamente a favor – se justificavam a partir dessa necessidade de representar “o povo”. A crise capitalista estava

(Rússia 1905, 1917; Alemanha 1918, 1919, 1920, 1921 e 1923; Itália 1921 a 1924; Espanha 1924, 1926; França 1933; etc.) se ergueriam sobre essa forte crise.

instaurada, especialmente na Alemanha que ainda pagava os custos da derrota na Guerra e a luta pela maioria eleitoral se acirrava.

Obviamente, uma vez que se ampliou o conjunto das classes que teriam seus interesses representados, transformou-se também o programa. Era necessário representar politicamente os interesses do conjunto dessas camadas, representar os interesses do povo, ou, dos cidadãos. Essa transformação implicava uma série de outras necessidades para os partidos social-democratas, inclusive de um programa econômico que abarcasse a quantidade dos interesses envolvidos nessa ampliação.

Quando os social-democratas estendem seu apelo, devem prometer lutar não por objetivos específicos dos trabalhadores como uma coletividade [...], mas apenas por aqueles que os trabalhadores dividem, enquanto indivíduos, com membros de outras classes. Os pontos comuns podem ser encontrados numa mudança de taxaçoão indireta para direta, em leis de proteçoão ao consumidor, em melhorias no transporte público, etc. Estes são interesses que os trabalhadores, como indivíduos, dividem com outros que recebem baixas rendas, que adquirem produtos consumíveis, que viajam para o trabalho. Não são interesses de trabalhadores como classe, mas dos pobres, dos consumidores, etc. (PRZEWORSKI, 1988, p. 63)

Em nosso entendimento, é justamente ao longo desse processo, de consolidaçoão da via parlamentar para efetivar seu programa de reformas estruturais, que se formaram as políticas voltadas para o cidadão, entendendo-o como um eixo de defesa dos trabalhadores e baseado na análise política de que a enorme maioria das fraçoões que compunham a sociedade capitalista naquele tinham profundas contradiçoões com o desenvolvimento dessa mesma sociedade. Em alguma medida, podemos dizer que é ao longo desse período que as propostas – inicialmente orientadas para uma ruptura revolucionária, inspirada na análise marxista do sistema capitalista – social-democratas reencontram as perspectivas do liberalismo radical, chegando mesmo a afirmar que o socialismo não seria uma ruptura com a Revoluçoão Francesa, mas a sua conclusão. O programa revolucionário de tomada do poder político e expropriaçoão dos expropriadores havia se deslocado para a defesa institucional dos interesses do povo, ou do cidadão e, esta luta, levaria à tão sonhada maioria parlamentar. No dizer de Esping-Andersen¹⁴, um

14 Importante registrar que Esping-Andersen participou da Gestão de Barroso da União Européia, no grupo voltado para política social. Vide: <http://www.upf.edu/pdi/esping-andersen/>.

defensor convicto do programa revisto:

O 'gueto socialista' foi um obstáculo adicional quando os partidos socialistas se encontraram formando governos e tendo de legislar as reformas sociais pelas quais lutaram durante tanto tempo. Por razões políticas de construção da coalizão e solidariedade mais ampla, seu modelo de bem-estar social teve de ser refundido como *bem-estar para 'o povo'*. Daí os socialistas passaram a adotar o princípio do *universalismo*; tomado dos liberais, seu programa segue a linha do benefício uniforme democrático, com rendimentos gerais financiados (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 106 – grifos nossos)

A necessidade de encontrar um programa econômico que respondesse às necessidades do trabalhador *enquanto cidadão* se fazia cada vez mais premente, principalmente na Alemanha que passava por um longo recesso no pós-guerra, e que se agravaria na década de 1920 devido tanto as dívidas e retaliações do pós guerra, como a ocupação francesa do Rhur, e o forte processo inflacionário. É emblemático, nesse sentido, o percurso de um conhecido marxista, Rudolf Hilferding, que em sua análise do Capital Financeiro aponta o mecanismo da inflação como um instrumento de ampliação da exploração do grande capital – mediatizado pelo Estado – sobre a classe trabalhadora e mesmo sobre a pequena-burguesia, denunciando-o resolutamente. Porém, uma vez que este assumiu o ministério (da Fazenda e das Finanças em diferentes períodos) no governo de maioria social-democrata manteve a política inflacionária e mesmo a ampliou. A administração capitalista é indiferente à opiniões subversivas de seus gestores e a necessidade de um programa econômico político de *desenvolvimento capitalista* era fundamental para a estratégia de defesa do trabalhador-cidadão, ou povo-cidadão.

1.4. O Capital Monopolista, o Keynesianismo e a Social-democracia como fundamentos do Estado de Bem Estar Social e as suas consequências para as organizações dos trabalhadores.

A contribuição de Hilferding é importante para a análise que a social-democracia alemã realizou da transformação ocorrida na estrutura do sistema capitalista no início do século XX. Ao apresentar a perspectiva de um “capitalismo organizado”, ao menos em relação ao período anterior do capitalismo, o autor aponta um caminho possível para a

transição socialista. Segundo este autor, o incessante desenvolvimento das forças produtivas – condição de existência da burguesia enquanto classe dominante – havia construído uma sólida estrutura de produção interligada e passível de controle social. A fusão do capital bancário com o capital industrial – uma *fusão*, portanto, um ponto de não retorno no qual os interesses de uma fração (bancária ou industrial) necessariamente abarcava os interesses da outra fração – trazia conjuntamente uma oligarquia burguesa que tinha como pressuposto *um planejamento produtivo*. Isto alterava a “base anárquica” na qual o desenvolvimento burguês anterior havia se estruturado. E era justamente este planejamento produtivo que os social-democratas defendiam em oposição ao regime dirigido pela burguesia e, segundo Hilferding, essa era a novidade histórica que o “capitalismo organizado” apresentava. Obviamente que as vicissitudes do lucro, a necessidade de ampliar a extração do sobre-trabalho, impediam a burguesia de um planejamento *completo* do sistema produtivo, mas a transformação operada pelo capital financeiro havia assentado bases mais sólidas para este projeto de transição socialista¹⁵.

Casado com este processo de fusão das frações da burguesia surgia, nos Estados

15 Um filho legítimo desse enorme benefício da “civilização burguesa”, o chamado “capitalismo organizado” foi o avanço imperialista das nações européias sobre inúmeros países africanos: mediado pela exportação de capitais, tinha como objetivo ampliar e controlar novos mercados. O caso da África do Sul talvez seja um dos mais emblemáticos: “Por volta de 1887, a consolidação de interesses tinha ido tão longe que o Sr. Rhodes, financiado pelos Srs. Rotschild, pôde propor ao Sr. Barnato uma fusão societária que entregou à De Beers’ Company a propriedade e o controle completo das minas produtivas. [...] O trabalho lucrativo da empresa De Beers formou o núcleo financeiro das primeiras companhias especulativas de mineração de ouro nos distritos de Potchefstroom e Witwater Rand, e quando, no início da década de 1890, se tornou conhecida toda a riqueza do aglomerado aurífero do distrito de Rand, os financistas da De Beers tinham o controle da maior parte das minas mais valiosas dos dois grupos associados, o Wernher, Beit & Co. E a Consolidated Goldfields of South África (Srs. Rhodes, Rudd e Rotschild). [...] O traço mais característico das finanças sul-africanas, todavia, foi o uso abalizado da máquina política pelos financistas, para ajudá-los na obra do aperfeiçoamento e comercialização dos investimentos. Para concretizar a aquisição das terras que constituem atualmente a base material da exploração industrial e especulativa, i. é, a região de Kimberley, o distrito de Rand e a Rodésia, foi necessário aplicar, conforme cada situação, um misto de forças não econômicas e falsidade legal, no caso de Kimberley; a trapaça de “concessões”, escudada pela força armada, na Rodésia; e pelo suborno e a coação diplomática, seguida de guerra, no Transval. [...] O poder do pequeno grupo que domina as finanças da De Beers e de Rand é virtualmente absoluto na política da África do Sul: o jugo que ele exerce sobre as finanças públicas e privadas do país permite-lhe destruir quaisquer intrigas políticas contrárias a seus interesses; está em suas mãos conseguir tudo que o dinheiro pode fazer num país pobre para eleger seus representantes, influenciar funcionários e assegurar legislação favorável. Para que se possa compreender, em toda a sua plenitude, a capacidade que têm esses homens de paralisar uma oposição efetiva, é preciso lembrar que eles têm em suas mãos as indústrias mineradoras, que são as únicas fontes seguras de riqueza que o país possui, e que delas depende o sucesso ou o malogro dos interesses comerciais nos portos, em Kimberley e em Johannesburgo, das companhias ferroviárias e telegráficas, privadas e estatais, das empresas bancárias e de seguros, das minas de carvão e de ferro, das obras de irrigação e de todos os outros estabelecimentos manufatureiros e agrícolas que necessitam de capital. Não só todas essas indústrias dependem economicamente das minas, como os proprietários destas fornecem seu capital e indicam seus administradores.[...] Reconhecendo que o êxito de suas operações financeiras e de seus atributos políticos dependia do movimento da opinião pública e do sentimento público, tanto na África do Sul como na Grã-Bretanha, eles adquiriram os principais órgãos da imprensa sul-africana, subsidiaram partidos na África e na Grã-Bretanha e organizaram uma propaganda moral entre as Igrejas e os organismos filantrópicos. Influindo dessa maneira certo grau de interesse e confiança pública no “desenvolvimento” sul-africano” (HOBSON, 1985, pps. 195-6)

Unidos da América, um novo patamar produtivo que seria conhecido como fordismo. A combinação de uma “gerência científica do trabalho” de Taylor com uma nova organização da planta produtiva, que envolvia novos processos tecnológicos, inaugurada por Ford, logo se mostraria como um profundo avanço no desenvolvimento das forças produtivas. Criando a orientação da produção para um possível mercado de massas de bens de consumo duráveis (BRAVERMAN, 1987). É no mínimo curioso que um dos primeiros esforços de Ford consistiu em aumentar o salário dos trabalhadores diretamente envolvidos em suas fábricas, permitindo-lhes ingressar em novas esferas de consumo. O controle maior sobre o tempo, o ritmo e a forma do trabalho na produção fordista, se combinava com a consolidação de bens de consumo cada vez mais industrializados ampliando o fosso que separa o trabalhador dos meios de produção. **O desenvolvimento produtivo dos setores voltados para os bens de consumo do trabalhador realizou o que Bravermann denominou de “mercado universal”, ou seja, todo o acesso dos trabalhadores aos bens necessários para a sua reprodução – roupas, alimentos, habitação, transporte, etc. - passa a ser realizado pela mediação da forma mercadoria, ou, em outras palavras, do dinheiro.**

Porém, esta nova base produtiva, casada com este sujeito político orientado para defender os interesses do trabalhador-cidadão, só viria a florescer com uma orientação política-econômica mais ampla que recuperasse a economia da enorme crise e recesso que ela se encontrava desde o primeiro pós-guerra. A proposta ambígua de “nacionalização”, ou “estatização”, de partes dos meios de produção foi até o final da primeira guerra mundial discursada apenas pelos partidos socialistas e trabalhistas, ainda que em todos os países que estes haviam chegado ao poder jamais haviam conseguido – muitas vezes sequer – realizá-la. Isto quando não combatiam as tentativas autônomas dos trabalhadores tomarem fábricas e distritos alegando problemas econômicos (PRZEWORSKI, 1988; SERGE, V., 2011). Porém, é da análise de um economista que, quando questionado, afirmava estar ao lado da “burguesia esclarecida”, que viria novamente esta proposta para a reorganização da economia capitalista, posteriormente adotada pelos partidos sociais-democratas: John Maynard Keynes.

A necessidade de criar um eixo de retomada do crescimento econômico capitalista não poderia contar com os esforços individuais dos capitalistas uma vez que, isoladamente, não teriam força para realizar este processo e, isoladamente, eles não estariam dispostos a “sacrificar” seus investimentos para estimular a economia, correndo o risco de não conseguirem re-apropriar os capitais investidos. Keynes formula políticas

de Estado para retomar os investimentos, focado nos setores que articulam a maior parte dos capitais do chamado “bens de consumo de capital” - indústrias de carvão, estradas, minerações, etc., que, após alguns breves ensaios, seria assumida pelos governos dos principais países capitalistas no pós-segunda guerra. Esta política teria como objetivo central combater as crises econômicas – uma vez que rebaixaria o custo geral da produção, aumentando as possibilidades de investimento lucrativo – e engendrar o pleno emprego, reativando a esfera do consumo.

É neste período que se engendra o chamado Estado de Bem Estar. Em nosso entendimento, é da síntese processada por estas três frentes que se constituiu o chamado Estado de Bem Estar. A presença ativa da social-democracia como um dos eixos constitutivos do *Welfare* é apontada por Sping-Andersen – em coro com o que restou da segunda internacional:

Ao adotar o reformismo parlamentar como estratégia dominante em relação à igualdade e ao socialismo, a social-democracia baseou-se em dois argumentos. O primeiro era o de que os trabalhadores precisam de recursos sociais, saúde e educação para participar efetivamente como cidadãos socialistas. O segundo argumento era o de que a política social não é só emancipadora, *é também uma pré-condição da eficiência econômica [...]. O modelo social-democrata é, então, o pai de uma das principais hipóteses do debate econômico contemporâneo sobre o welfare state: a mobilização de classe no sistema parlamentar é um meio para a realização dos ideais socialistas de igualdade, justiça, liberdade e solidariedade* (ESPING-ANDERSEN, 1991, pp. 89-90 – grifos nossos)

A estratégia política das organizações dos trabalhadores foi gradativamente se deslocando do eixo de uma ruptura radical com o sistema capitalista – questionando as estruturas da organização desse modo de produção, como o trabalho assalariado – para uma adequação cada vez maior com essa estrutura produtiva, aceitando a condição do desenvolvimento econômico (leia-se, desenvolvimento econômico capitalista) como pressuposto para a realização dos interesses do trabalhador-cidadão. Esse foi impulso autêntico de boa parcela dos partidos sociais-democratas e socialistas no início do século XX. A necessidade da estrutura produtiva do Capital Monopolista, ou do estágio que a produção capitalista havia alcançado na virada do século, principalmente com a experiência estadunidense era, também, fundamental para a edificação do Estado de Bem Estar. O argumento é relativamente simples: não há possibilidade de *Welfare* se não

há excedente econômico para bancá-lo. A emergência de tal regime político (o Estado de Bem Estar) está vinculada diretamente ao estágio produtivo alcançado pela economia capitalista e as formas que este estágio assumiu. Assim, o fordismo seria a base explicativa para as transformações ocorridas na idade produtiva da população (criando a perspectiva de aposentadoria social), a relação com as crianças (de fonte de renda se transformam em custos sociais, diminuindo a taxa de natalidade) e com relação à entrada das mulheres no mercado de trabalho. O conjunto dos direitos sociais que compõe o horizonte das chamadas políticas de Bem Estar se voltam para essas frações da população.

O caráter mecânico da análise dos partidos sociais-democratas e seus asseclas reside em naturalizar o regime produtivo, não reconhecendo sequer que a necessidade de tal política tem sua raiz nas transformações operadas pela nova configuração do processo produtivo, apresentando-o como dado, uma vez que este foi assumido universalmente por vários regimes políticos, mesmo os abertamente socialistas e comunistas. O desenvolvimento industrial aparece, então, como uma fatalidade. Como uma rua de mão única. E esta rua nos levaria, necessariamente, à construção de políticas sociais, que depois foram apresentadas como Bem Estar Social. Esqueçam apenas de nos apresentar o significado do fordismo para os trabalhadores na época em que este foi implementado:

Também na França, já em 1912, nas greves da Renault, os operários reivindicavam a eliminação da cronometragem e uma elevação de 20% nos tempos de execução determinados pelos cronometristas ... Citando um documento da época, Claude Durand ... fornece um exemplo de como esses trabalhadores encaravam o processo em curso. 'O patronato quer privar os operários de toda a iniciativa em seu trabalho ... tirar-lhes toda a sombra de influência direta sobre a marcha da produção. Já não permite aos operários de pensarem. Desta maneira é como o patronato espera reduzir o nível mental dos trabalhadores, tirar-lhes o gosto pelo trabalho e ao mesmo tempo privar-lhes de todo ideal (DRUCK: 1994, p 41)

Apesar da resistências e inúmeras tentativas revolucionárias que assolaram a Europa e outros continentes, a estrutura monopolista da produção se instaurou hegemonicamente. Uma das razões desta hegemonia consiste justamente em ampliar a esfera de consumo dos trabalhadores, especialmente os diretamente vinculados à produção, relacionando o salário aos lucros auferidos. James O'Connor apresenta de um modo sintético as relações entre o desenvolvimento do capital monopolista e as políticas

sociais engendradas:

Assim, às duas funções estatais (acumulação e legitimação) correspondem diferentes tipos de gasto estatal, quais sejam: (a) Capital Social: são gastos destinados a garantir a acumulação de capital. O gasto estatal sob a forma de capital social é subdividido em dois tipos: *i*) investimento social, destinado a aumentar a produtividade dos trabalhadores e *ii*) consumo social, destinado a rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho. (b) Despesas Sociais: são gastos destinados a lidar com os efeitos do processo de acumulação e, portanto, para garantir a harmonia social e a legitimação. (O'CONNOR: 1977, p. 19)

A estas duas funções, deveria ser apresentada uma outra, **a saber, a redução dos custos gerais da produção social, aumentando as possibilidades de investimento. Esta nova articulação entre acumulação e legitimação engendrou, segundo este autor, um novo pacto entre capital e trabalho**

A contradição essencial no capitalismo norte-americano não é entre capital e trabalho, mas entre setor monopolista e setor competitivo. Com efeito, o acordo do pós-Segunda Guerra entre sindicatos e indústrias do setor monopolista nos EUA – no qual os ganhos em produtividade passaram a ser incorporados automaticamente aos salários em troca da colaboração dos trabalhadores – implicou a "harmonia" das relações entre capital e trabalho organizado no interior do setor monopolista e, como consequência, a divisão da classe trabalhadora. A contradição consiste no fato de que os benefícios do progresso técnico não são apropriados equitativamente pela população, mas ficam "retidos" no setor monopolista, o qual compreende o capital monopolista e os trabalhadores organizados em sindicatos (O'CONNOR: 1977, p. 24)

Em nossa opinião, há um equívoco na análise de O'Connor uma vez que não compreende a dimensão central da contradição entre capital e trabalho *como estrutura fundamental da produção capitalista*. E há certo proselitismo em apresentar as divisões na organização produtiva como dois campos: competitivo e monopolista. Porém, parece-nos importante apontar que, com o desenvolvimento do capital monopolista, ampliaram-se **as divisões dentro da classe trabalhadora. Em que os trabalhadores diretamente envolvidos na produção das grandes empresas monopolistas vendem mais caro sua força de trabalho em relação aos outros trabalhadores.**

Um último aspecto que gostaríamos de ressaltar com relação à estrutura monopolista da produção capitalista é a possibilidade aberta por essa configuração de um ciclo virtuoso de crescimento – responsável por um amplo ciclo de acumulação no pós-segunda guerra mundial:

De forma similar [a partir da estrutura monopolista], produtores de máquinas-ferramentas, computadores e sistemas de computadores, máquinas calculadoras, equipamentos de controle automático, maquinaria de carga e transporte, etc., e milhares de outras classes de bens de produção, estão ocupados em desenvolver novos produtos que permitam a seus clientes – que compreendem literalmente a todo o mundo dos negócios – produzir mais barato e por tanto obter maiores ganhos. *Em uma palavra, os produtores de bens de produção obtêm mais ganhos ajudando outros a obtê-los. O processo é autorreforçável acumulativo e explica o avanço extraordinariamente rápido da tecnologia e produtividade do trabalho que caracteriza a economia capitalista monopolista*

Concluimos então que, com respeito à disciplina de custos, que a economia capitalista monopolista impõe a seus membros, não é menos severa que seu predecessores competitivos e ademais gera novos e poderosos impulsos à inovação. Portanto, não pode haver dúvidas sobre a tendência descendente nos custos de produção baixo o capitalismo monopolista. (BARAN e SWEEZY, 1971, p. 61)

A análise do desenvolvimento capitalista apontada por Marx – em que, diferentemente dos modos de produção anterior, há um processo de integração crescente das necessidades (novas e velhas) dos trabalhadores à pauta da produção – nos permite compreender o chamado Estado de Bem Estar como uma *possibilidade do próprio desenvolvimento capitalista*. Como vimos, a perspectiva de um desenvolvimento capitalista de longo prazo – a ascensão da burguesia “em vastas regiões do globo” – construía, conjuntamente, novas relações sociais entre capital e trabalho e internamente aos dois pólos. As dificuldades históricas das lutas dos trabalhadores e a perspectiva construída pelos partidos socialistas e sociais-democratas da transição do século XIX para o XX apresentaram uma possibilidade de conciliação de classes que, em seu impulso original, objetivava a construção de uma nova ordem social, porém, como fruto desse mesmo processo, esses partidos se viram obrigados a *trabalhar dentro do escopo da ordem social capitalista* para defender os interesses dos trabalhadores, primeiramente como classe e, em um segundo momento, como trabalhador-cidadão e, por fim, como

mero cidadão. Somado a isso, ainda dentro da análise que Marx realiza do desenvolvimento capitalista, vimos que a ampliação da esfera do consumo geral da sociedade e, portanto, dos trabalhadores, é de interesse do próprio capital, e essa determinação ficou razoavelmente clara com o desenvolvimento da estrutura monopolista-fordista do capital ao longo do século XX e a constituição de um amplo mercado de massas de bens de consumo duráveis. **Esta necessidade de integrar, de modo desigual, o conjunto dos trabalhadores** como consumidores é assinalada por Galbraith, por exemplo, quando afirma que:

Nenhum homem faminto e sóbrio pode ser convencido a gastar seu último dólar em outra coisa que não comida. Mas uma pessoa bem alimentada, bem vestida, bem abrigada e em tudo mais bem cuidada pode ser convencida a escolher entre um barbeador e uma escova de dentes elétrica. Juntamente com preços e custos, a demanda do consumidor se torna sujeita a administração (GALBRAITH apud HOBBSAWN,1995, p. 253)

As propostas político-econômicas keynesianas se orientam por essa possível conciliação e, nesse sentido, corroboram para o desenvolvimento do aspecto “civilizatório” da relação social capitalista de produção. Porém, como vimos, o desenvolvimento capitalista não possui um caráter uno, mas dúplice. O mesmo processo que melhora em termos absolutos a condição de parcela dos trabalhadores – especialmente os trabalhadores da bastante reduzida experiência de Estado de Bem Estar no pós segunda guerra – piora em termos relativos a posição do trabalhador com relação ao capitalista e à sociedade burguesa, uma vez que amplia o controle e o comando do capital sobre o trabalho. Uma clara consequência dessa dependência são as inúmeras derrotas que os trabalhadores dos países “periféricos” da chamada zona do Euro, tais como os trabalhadores na Grécia, estão sofrendo. Apesar de um caráter cada vez mais radicalizado nos enfrentamentos à ordem, os problemas para o conjunto dos trabalhadores não param de se ampliar sufocando boa parte das lutas pela *manutenção* dos direitos adquiridos no curto ciclo anterior.

Eivado de tendências e contra-tendências que se transformam periodicamente em grandes crises, o desenvolvimento capitalista deita por base aquilo que no ciclo anterior era pressuposto de seu desenvolvimento. Se, num determinado período, o Estado de Bem Estar foi um fator de desenvolvimento da acumulação capitalista, nos parece que

hoje ele se apresenta como um *certo* obstáculo a esse desenvolvimento e o seu desmonte relativo é expressão disto.¹⁶ Novas sínteses de controle e comando sobre o trabalho estão sendo processadas. Ainda que alguns economistas contemporâneos apontem para uma disputa no seio das classes dominantes em que um capitalismo malfazejo – financeiro – se opõe a um capitalismo desenvolvimentista, industrializante, entendemos, como Hilferding, que essas duas frações estão indissociadas e o modo pelo qual os grandes capitais realizarão a sua insaciável marcha de valorizar o valor é uma combinação perversa dessas duas “facetas”. **Não nos parece, portanto, que o chamado “neoliberalismo” foi um triste desvio de rota do capitalismo organizado. Pelo contrário, entendemos que este foi justamente a resposta à crise que o próprio Estado de Bem Estar engendrou, se colocando como limite para o capital em sua incessante tarefa de ampliar mercados, acumular e centralizar a produção,** nos levando novamente a tese de Marx de que a conciliação possível dos interesses das modernas classes produtoras é sempre uma conciliação instável.

1.5. A rota do desenvolvimento capitalista brasileiro. Paralelos entre a formação do Partido dos Trabalhadores e a experiência histórica das organizações dos trabalhadores.

Como vimos nos pontos anteriores, o desenvolvimento capitalista servirá como “camisa de força” que balizará todos os esforços das organizações da classe trabalhadora, inicialmente com a perspectiva de uma transição socialista; num segundo momento com o norte de obtenção de ganhos mínimos para os trabalhadores como cidadãos e, por fim, como um mero agente de administração da economia política capitalista e representante dos cidadãos em geral. Esse percurso ainda que tenha sido “classicamente” trilhado pelas organizações da classe trabalhadora alemã, parece que nos ajuda a esclarecer o percurso realizado tardiamente por suas homólogas em outros países, consoante o desenvolvimento capitalista dos mesmos. A desnaturação dos programas, ainda que não tenhamos uma continuidade, estrito termo, entre as organizações dos trabalhadores no Brasil (como o caso do PCB e do PT), nos parece

16 É no mínimo curioso que nesse exato momento Angela Merkel anuncia que irá diminuir o limite mínimo necessário para se aposentar (de 65 anos para 63) (http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/29/economia/1390989669_212441.html) . Porém essa proposta é tão cínica quanto o Estado de Bem Estar pode sê-lo hoje. Em contrapartida a essa redução, aumentou-se a quantidade de anos trabalhados para 45. O que obriga as pessoas que poderão se aposentar com 63 a trabalharem desde seus 18 anos ininterruptamente, sem um ano sequer desempregado, etc. As migalhas se disputam palmo à palmo, enquanto se produz obscenamente cada vez mais riqueza.

bastante similar, bem como as razões que nortearam essas organizações ao longo de seu próprio desenvolvimento.

É notável a velocidade com que um partido surgido das lutas dos trabalhadores contra a ordem estabelecida no Brasil (o Partido dos Trabalhadores) tenha se transformado em mais um gestor do capitalismo brasileiro. Formado como um instrumento necessário para a luta operária no final da década de 70, especialmente para desenvolver as lutas sindicais que ocorreram nesse período, e com o intuito de abarcar o conjunto da classe trabalhadora, objetivando participar e potencializar a “substância rebelde” que germinava em quase todos os cantos país, seu sentido original era o de ser um instrumento dos trabalhadores contra a ordem burguesa:

A substância rebelde que constitui o PT é feita deste conflito social, desta necessidade de contestar o regime e de transgredir a realidade estabelecida. O PT não pode conciliar com esta ordem, nem a ela amoldar-se. No momento em que o fizer, ou conduzirá a enganos e fracassos aquelas demandas da sociedade ou será ultrapassado pelos movimentos instituintes da contestação. (GENOÍNO apud IASI, 2006, p. 357)

O que Genoíno não disse também viria a ser importante: no momento em que o PT “conciliasse com esta ordem” ele seria mais um partido da ordem a *combater* os “movimentos instituintes da contestação”. Em menos de 30 anos o Partido dos Trabalhadores percorreu os dilemas históricos das organizações da classe trabalhadora e se transformou em mais um gestor da sociedade capitalista, portanto, mais um gestor da exploração e espoliação dos trabalhadores. O modo pelo qual este novo partido se utiliza das “forças repressivas” da sociedade para manter a ordem e combater as lutas dos trabalhadores não deixa dúvidas sobre as finalidades do mesmo. A criação da Força Nacional de Segurança¹⁷ ; A utilização do exército para conter manifestações nas favelas

17 Antevendo a necessidade de enfrentar os conflitos envolvendo o capital e o trabalho em determinadas regiões do País e o custo político em utilizar o exército nacional para realizar esse tipo de tarefa, o governo petista cria em 2004 a Força Nacional de Segurança, órgão especial de repressão formado pelos órgãos militares estaduais de toda a federação. Ao que parece, esse novo instrumento repressivo teria uma dupla função: por um lado, restringir as resoluções particulares que os proprietários poderiam realizar em momentos de conflitos abertos com os trabalhadores – especialmente nos casos de disputas de terra em que milícias armadas são comumente contratadas -, legitimando o Estado como o principal órgão defensor dos interesses da burguesia enquanto classe em âmbito nacional e, por outro lado, submeter os trabalhadores – em geral, o pólo mais frágil nos conflitos entre capital e trabalho – às necessidades de acumulação de capital. Eis algumas notícias de jornal que atestam essas funções:

“Governo enviará Força Nacional a MS para impedir conflitos por terras 12/2013”
<http://vinicius94.jusbrasil.com.br/noticias/112168455/governo-enviara-forca-nacional-a-ms-para-impedir-conflitos-por->

no Rio de Janeiro; as reformas trabalhistas e da previdência; a demissão de servidores públicos grevistas; a recente perseguição e prisão de manifestantes etc. compõem um claro cenário em que os interesses dos trabalhadores estão longe de serem os interesses defendidos por este partido causando espanto perceber nos documentos de sua fundação, afirmações do tipo:

Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana [a humanizada valeria?] de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste país, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político. A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é seu partido político' - primeira frase da tese de Santo André-Lins (1979) (IASI, 2006, p. 377)

Em seus documentos da década de 1980 – as Resoluções do 4º Encontro Nacional de 1986 – há a afirmação clara da necessidade de uma ruptura radical com o sistema capitalista:

A superação definitiva da exploração e da opressão sobre o povo brasileiro não se dará com simples reformas superficiais e paliativas, mas sim com a ruptura radical contra a ordem burguesa e a construção de uma sociedade sem classes, igualitária, que, por meio da socialização dos principais meios de produção, vise a abundância material para atender às necessidades materiais, sociais e culturais de

[terras?ref=home;](#)

“Secretária nacional de Segurança pede que Força Nacional se torne permanente – 01/2014”
<http://adernaldomeiros.jusbrasil.com.br/noticias/112228699/secretaria-nacional-de-seguranca-pede-que-forca-nacional-se-torne-permanente?ref=home;>

“Presos do Maranhão denunciam maus-tratos pela Força Nacional – 01/2014”
<http://amagis.jusbrasil.com.br/noticias/112322046/presos-do-maranhao-denunciam-maus-tratos-pela-forca-nacional?ref=home;>

“Força Nacional de Segurança ficará por mais 180 dias em Belo Monte 07/2013” <http://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/100602177/forca-nacional-de-seguranca-ficara-por-mais-180-dias-em-belo-monte;>

“Força Nacional de Segurança Pública no Rio de Janeiro 07/2012”
<http://mj.jusbrasil.com.br/noticias/3030747/forca-nacional-de-seguranca-publica-no-rio-de-;>

“Com greve da PM, Exército e Força Nacional farão segurança em Pernambuco. 05/2014”
[http://folha-online.jusbrasil.com.br/noticias/119390230/com-greuve-da-pm-exercito-e-forca-nacional-farao-seguranca-em-pernambuco -;](http://folha-online.jusbrasil.com.br/noticias/119390230/com-greuve-da-pm-exercito-e-forca-nacional-farao-seguranca-em-pernambuco-;)

“Solicitada, Força Nacional reforçará segurança em cinco estados 07/2013”
[http://mj.jusbrasil.com.br/noticias/100571450/solicitada-forca-nacional-reforcara-seguranca-em-cinco-estados -](http://mj.jusbrasil.com.br/noticias/100571450/solicitada-forca-nacional-reforcara-seguranca-em-cinco-estados-)

todos e de cada um de seus membros, ou seja, a construção do socialismo (IASI: 2006, p. 398)

Pensamos que é justamente neste 4º Encontro Nacional, em que a necessidade de uma ruptura radical com a ordem se apresenta em sua forma já amadurecida pelas discussões dos debates e encontros anteriores, que, paradoxalmente, se apresentam também os flancos e os germes de uma acomodação nos horizontes da ordem burguesa, percorrendo, a seu modo, as discussões que as organizações dos trabalhadores travaram na virada do século XIX ao XX. Nas palavras de Mauro Iasi:

Esta tarefa inadiável [a construção do socialismo] foi protelada ao infinito, mas rudimentos de sua construção foram adiantados, notadamente nas resoluções do 3º ao 5º Encontro Nacional. No caso específico do 4º Encontro, inicia-se a reflexão sobre os caminhos para o socialismo com a afirmação da especificidade da experiência brasileira, destacando-se, mais uma vez, que no atual estágio “a classe trabalhadora tem ainda pela frente um longo e dificultoso processo de acumulação de forças e fortalecimento de sua organização”. Aqui o texto aprofunda um pouco mais precisamente o que seria este 'acúmulo de forças'. Destaca-se que seria necessário um processo no qual fosse possível unificar os diferentes setores e frações das classes trabalhadoras em torno de um projeto histórico comum levando em conta tanto as especificidades que naquele momento separariam cada setor de classe, assim como os objetivos finais, ou seja, a construção do socialismo. *O alvo principal desta ação aparece aqui como um esforço no sentido de conquistar os setores médios, a pequena burguesia urbana e rural. Isto só seria possível se fosse assegurado a estes setores que uma 'radical transformação da sociedade rumo ao socialismo' não seria uma ameaça a seus limitados meios de produção* (IASI: 2006, p. 402-3)

A necessidade de buscar alianças com os setores médios, aqui e lá, iam ao encontro da estratégia de 'acumular forças' e desse modo se alçar ao sistema parlamentar com maior poder pressão. Junto com essa política, obviamente, também se desloca o eixo político da organização. Do trabalhador para o trabalhador-cidadão e, por fim, somente o cidadão, ou o “povo” em abstrato. O 'acúmulo de forças' se transforma em uma série de etapas intermediárias entre o horizonte socialista e as necessidades imediatas que o partido deve realizar. O horizonte socialista se transforma em mero horizonte. A análise que subsidia a tática de “acúmulo de forças” é de ordem político-econômica, uma

análise da particularidade do desenvolvimento capitalista brasileiro. A apreensão de que a estrutura produtiva brasileira, apesar de desenvolvida em seus pólos mais dinâmicos (especialmente, o eixo sudeste do país), é marcada por profundas desigualdades regionais. Essas desigualdades deveriam ser sanadas e o modo pelo qual isso poderia ocorrer, obviamente, era o **desenvolvimento**, uma vez que essas diferenças regionais conformariam diferenças nos interesses das classes trabalhadoras – o passado cobraria seus problemas nas lutas presentes – tonando-o pré-condição de um processo revolucionário no Brasil. A análise das classes apresentava uma grande burguesia brasileira – ainda que submetida aos interesses dos grandes capitais internacionais – que teria se mostrado capaz de grande integração e unificação ideológica e política nos momentos de crise. Mas,

no campo das classes trabalhadoras, em que pesem o desenvolvimento do capitalismo e a expansão de uma “diversificada camada de assalariados urbanos e rurais”, estas camadas não teriam ainda conseguido se “integrar e unificar de forma satisfatória” (IASI, 2006, p. 396)

Era justamente a necessidade de uma devida “integração e unificação satisfatória” da classe trabalhadora que implicava no “acúmulo de forças” como tática adequada. E isso significava determinado projeto de articulação entre esses diferentes setores da classe trabalhadora sob uma direção determinada. Mas quem eram as “classes trabalhadoras” nessa análise?

Apresenta-se a classe trabalhadora constituída por três grandes setores: “a classe média urbana e rural, os assalariados urbanos (com um setor que se destaca dos demais – a classe operária) e os assalariados do campo.” (IASI: 2006, p.396)

É expressivo que na análise da classe trabalhadora esteja integrada a classe média. Independentemente das possíveis articulações táticas que fossem elaboradas, apresentar as classes médias como classe trabalhadora implica em apresentar os interesses da classe média como *idêntico* aos interesses da classe trabalhadora, restringindo o horizonte de ação política da classe trabalhadora a uma ordem que necessita de classes médias. Mas vejamos melhor quem é essa classe média:

A expressão “classe média” empregada refere-se a estratos heterogêneos que

incluíram desde produtores agrícolas individual ou familiar, o micro e o pequeno empresário comercial ou industrial, os trabalhadores autônomos de nível superior que trabalham para o Estado ou para empresas privadas assim como aqueles que se empregam no setor de serviços e comunicação, as camadas de trabalhadores qualificados tecnicamente que alcançariam níveis salariais que os diferenciam da massa operária. Este setor teria em comum, apesar da heterogeneidade, *o fato de sofrer uma opressão política e ideológica por parte da burguesia, ainda que de forma distinta daquela a que estão submetidos as massas assalariadas em geral* (IASI, 2006, p. 396)

A identidade que permite apresentar a unidade de interesses entre essa classe média e os trabalhadores é realizada pela negativa. O inimigo de meu inimigo é meu amigo. Na mesma lógica, seriam possíveis aliados todos os que possuem contradições com o capital, reacionários e revolucionários. É justamente pela absurda diferença objetiva entre os interesses de qualquer micro-empresário e da luta dos trabalhadores, que o Partido operou essa bizarra identificação pela negativa. Outro aspecto que salta os olhos é a apresentação de micro e pequenos empresários comerciais e industriais (!) junto aos trabalhadores autônomos e assalariados do Estado e que esta classe média componha, na análise, as classes trabalhadoras. Portanto, uma derivação, seria que os micro e pequenos empresários também compusessem a classe trabalhadora. Este aspecto fica ainda mais evidente na caracterização elaborada no 5º Encontro Nacional em que, já em disputa aberta contra setores minoritários do partido, a direção nacional encabeçada pela principal fração, a Articulação, apresentava os erros da análise dos “setores vanguardistas”:

O problema reside no fato de que, uma insuficiente análise de classes existentes na sociedade brasileira, muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola. Com isso, não levam em conta que tais camadas *possuem profundas contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista.* (apud IASI, 2006, p. 420)

Como é comum nas disputas políticas, imputa-se ao adversário o desvio que se fez. Nesse caso acusa-se as frações minoritárias de, em sua análise, caracterizar como burguesia as classes médias, quando, na própria análise, classificam-nas como classe

trabalhadora. Chama ainda mais a atenção a constatação de que um microempresário teria “profundas contradições com o capital”, uma espécie de esquizofrenia de classe. Um microempresário só pode existir sob determinada forma de relação social de produção que se chama capital. A contradição que pode existir não é a do microempresário com o capital, mas com o grande empresário que por inúmeras determinações também exerce pressão nos lucros que o primeiro pode alcançar. O erro na análise não é despropositado. Como dissemos, a necessidade de apresentar um programa de desenvolvimento capitalista era a “camisa de força” que balizava o norte político das organizações dos trabalhadores. A necessidade de manutenção das relações de propriedade se impunha e a caracterização da classe média como componente da classe trabalhadora é clara expressão disso. Todo o percurso estratégico a ser seguido devia respeitar as “civilizadas” leis da economia-política burguesa e, deste modo, mesmo imediatamente, os interesses dos trabalhadores seriam defendidos. E mais, a defesa dos interesses dos trabalhadores geraria um forte impulso virtuoso do desenvolvimento econômico, possibilitando a famigerada “acumulação de forças” da classe trabalhadora e, quem sabe, atingir o horizonte socialista:

As políticas diretas são as que podem atingir imediatamente a renda dos trabalhadores. Em primeiro lugar encontra-se a política de elevação gradual e permanente do salário mínimo real. Em segundo lugar, a implementação de uma política salarial que preserve os salários dos efeitos inflacionários e recomponha seu poder de compra,[...]. Em terceiro, a política de crescimento deverá viabilizar um aumento sustentado do nível de emprego (inclusive favorecendo a redução da jornada de trabalho), pois a melhoria das condições do mercado de trabalho tende a acelerar os avanços desejados pela política de renda. Em quarto, o governo deve criar mecanismos que dificultem a rotatividade da mão-de-obra, estratégia patronal de elevada capacidade de corrosão de qualquer política de rendas. Em quinto, dever-se-á considerar a necessidade de estender a cobertura e elevar os atuais valores do seguro-desemprego, assegurada a fonte de recursos necessária (contribuição patronal, fundos patrimoniais dos trabalhadores, contribuições bi ou tripartites etc.). Esta última medida teria também a função de garantir um nível de renda e consumo mais estáveis e assegurar efeitos anticíclicos. (WEFFORT, 1989, p. 41)

A apresentação da política de rendas, as políticas que “diretamente” interessam aos trabalhadores, curiosamente se faz sem grandes contra-tendências, forças, ou

reações do capital. Especialmente as que dizem respeito a redução da jornada de trabalho e melhoria nos contratos de trabalho. Para nosso estudo é importante deixar claro a perspectiva *administrativa* da relação capital-trabalho que o Partido gradativamente assume, cedendo desse modo aos imperativos de valorização do valor e abdicando de uma política independente dos trabalhadores frente aos capitalistas.

Vejamos melhor como em seu 5º Encontro Nacional o Partido dos Trabalhadores entendia a questão da transformação das relações de propriedade na construção do socialismo. Segundo a análise da particularidade do desenvolvimento capitalista brasileiro que orientava a Direção Nacional do PT naquele momento, “O caráter e a forma do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, notadamente sua heterogeneidade, não autorizavam uma “imediate” substituição da propriedade privada pela propriedade socializada”, tornando impossível a constituição de uma completa organização planificada da economia:

No caso da grande propriedade, dos monopólios capitalistas nacionais e estrangeiros, seria possível um certo grau de socialização e estatização, mas o mesmo não deveria ocorrer com outras formas de propriedade, como a pequena propriedade e a propriedade familiar [...]. A imediata e completa socialização, assim como o estabelecimento de uma economia planejada, seria um erro, segundo a opinião expressa no texto, ao mesmo tempo político, pelos motivos expostos, ou seja, pois poderia levar ao rompimento do bloco de alianças com os setores da pequena burguesia urbana e rural; mas igualmente econômicos, *uma vez que a total centralização da economia contribuiria para a 'burocratização' e, em médio prazo, poderiam conduzir a 'economia à estagnação, criando desequilíbrios entre a produção e o consumo e entre os diversos ramos produtivos'.* (IASI, 2004, p. 405)

As possibilidades da socialização da propriedade e a construção de uma economia planificada estavam delimitadas tanto pelas alianças políticas que o partido deveria fazer para se fortalecer e a proposta de socialização da propriedade afastaria tais aliados, quanto por uma possível crise econômica que acometeria a “propriedade socializada”, gerando uma “burocratização” da produção que a levaria a estagnação. Obviamente que a transição de um modo de produção a outro implica uma profunda crise. Uma crise revolucionária, político-econômica, portanto. Ao que parece, era justamente isso que estava sendo evitado com o norte do acúmulo de forças, apresentando um horizonte

bastante idealizado em que a classe trabalhadora constituiria gradualmente sua hegemonia e, por fim, imporá sem grandes percalços seu projeto de organização da economia.

[...] nesse sentido, é preciso combater a imagem de que o mercado desaparece no dia seguinte em que os trabalhadores estiverem no poder. Enquanto a produção social for limitada, enquanto essa limitação obrigar que continue vigorando o ganho segundo o trabalho e não conforme as necessidades, isso significa que os trabalhadores continuarão tendo que trabalhar como uma obrigação de sobrevivência e significará que a sociedade ainda não pode livrar-se do mercado. (*apud* IASI, 2004, p. 405-6)

Como bem lembra Iasi, a afirmação retoma a discussão iniciada por Marx sobre as duas “fases” do comunismo, ou, de outro modo, o primeiro e segundo momento de edificação da sociedade comunista. A Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores retoma neste texto a afirmação de Marx de que, em um primeiro momento, a organização da sociedade comunista ainda se balizaria por uma *reorganização do trabalho*, estendendo-o a todos os componentes da sociedade e superando assim, por exemplo, o abismo entre o trabalho intelectual e manual, bem como transformando o trabalho de um simples meio de vida na “principal atividade” humana. Porém, o texto apresenta essa reorganização do trabalho como uma continuação do mercado, como uma reorganização do trabalho *assalariado*. O modo pelo qual se apresenta a questão é emblemática: “no dia seguinte em que os trabalhadores tomarem o poder” pressupõe que há uma data específica em que isso ocorre e não um processo no qual, mediante o conflito cada vez mais acirrado, os trabalhadores construam suas estruturas de poder específicas¹⁸, constituam seus próprios mecanismos de organização da produção e reprodução da existência.

Um longo processo revolucionário obviamente enfrentará graves crises, e somente terá certo equilíbrio com a internacionalização da revolução. Essa dura realidade era o que estava sendo evitado com a proposta de uma transição gradual em que

18 Com relação a esta questão é importante divulgar um texto de Jonh Reed que descreve o funcionamento do sistema soviético nos primeiros momentos da Revolução Russa, em 1918. O autor apresenta o modo pelo qual se formaram as estruturas de controle coletiva da produção bem como os cordões de distribuição dos produtos dos trabalhos. Por fim, a estrutura do sistema soviético ainda que tenha avançado muito, esbarrou em determinações muito profundas de ordem econômica como apontamos na Introdução do presente trabalho. O texto se chama “Estrutura do Sistema Soviético”, em: <http://www.marxists.org/portugues/reed/1918/10/estrutura.htm>.

“cooperariam” distintas formas de propriedade. Vale lembrar, ainda, que essa tacanha proposta de transição ao socialismo deveria somente ser implementada quando a classe trabalhadora tivesse força para hegemonizar a sociedade burguesa. O curioso é que se a classe trabalhadora estivesse em tal situação provavelmente estaríamos no meio de um turbulento processo revolucionário e a classe dominante não hesitaria em utilizar toda sua força para sufocar essa possibilidade.

Mesmo as propostas que, de certo modo, eram associadas às bandeiras da luta dos trabalhadores mas que, em si mesmas, não implicavam em um processo revolucionário – como a histórica bandeira de estatização dos bancos – gradativamente se transformam em políticas de conciliação entre mercado e consumo de massas. Assim, em seu seminário realizado para a militância em 1989 (PT: Um Projeto Para o Brasil), discorrendo sobre a perspectiva de estatizar os bancos, Carlos Eduardo Carvalho, o coordenador do Plano de Ação do Governo da Campanha Lula-Presidente (PAG), desencoraja tal proposta:

No plano político, os ganhos obtidos em termos de quebrar o poder de um segmento fortemente reacionário dificilmente compensariam os transtornos causados ao governo pela pendência jurídica que se instalaria fatalmente além do conflito político que poderia envolver o conjunto dos setores capitalistas. [...] Vale observar ainda que, uma vez estatizados os bancos, seu patrimônio tenderia a sofrer imediata perda de valor de mercado (sic!), já que seu [valor] imobilizado é lucrativo no quadro de concorrência em que ele se implantou, perdendo muito deste valor se integrado num amplo setor estatal. Corre-se o risco, portanto de acabar pagando aos banqueiros pesada indenização em troca de um ativo desvalorizado. (WEFFORT, 1989, p. 109)

Mesmo sobre a polêmica questão das privatizações, o norte político é cada vez mais subordinado às determinações capitalistas:

[...] a privatização precisaria ser avaliada com mais cuidado, evitando-se o viés ideológico (sic!) de identificar estatização com melhor atendimento dos interesses nacionais e populares ou mesmo com melhores condições para a futura transição ao socialismo. [...] Da mesma forma, se a opção preferencial for pela última alternativa destacada, a privatização de segmentos hoje sob o controle estatal, a concessão de serviços públicos, a maior abertura do capital das estatais são mecanismos que poderão beneficiar de forma expressiva a recomposição das

finanças públicas, além de permitir o financiamento de novos empreendimentos que, de outra forma, deveriam ser custeados inteiramente com recursos do orçamento fiscal. (WEFFORT, 1989, p. 106-7)

É importante entendermos melhor o momento em que o Partido dos Trabalhadores formula sua estranha estratégia de transição socialista. Por um lado, a tentativa de transição socialista por meio de reformas democráticas dentro da ordem havia alcançado sua maior expressão histórica com o processo revolucionário chileno, no qual após apenas 3 anos de governo Allende, a classe trabalhadora havia construído inúmeros mecanismos de organização da produção e começava a superar as determinações do Estado. A burguesia também se reconstituía com auxílio externo e organizava um golpe militar para retomar a direção da sociedade chilena. A profunda derrota que este processo significou para as organizações dos trabalhadores na América Latina (e mesmo mundial) nos parece um paralelo com o significado da derrota da Comuna de Paris para as organizações dos trabalhadores europeus¹⁹. Boa parte das organizações dos trabalhadores (sindicais e partidárias) avaliaram que o “erro” da Unidade Popular – organização que elegera Allende – foi o fato do governo ter “acelerado” os processos de reformas “antes” dos trabalhadores constituírem uma hegemonia na sociedade chilena²⁰. Por outro lado, ao longo da década de 80, dois outros importantes processos se tornaram centrais para compreendermos as organizações dos trabalhadores neste período. A crise e falência da União Soviética impôs uma severa derrota aos movimentos revolucionários tanto por seu aspecto ideológico, em que o capitalismo se apresenta como sistema produtivo mais avançado, quanto aos auxílios concretos às organizações que, ao longo dos anos 60 e 70 construíram inúmeras lutas armadas na América Latina, África e Ásia. A falência da URSS – que já não podia mais manter-se como expoente de uma política-econômica estatizante e centralizadora – também significava a falência do processo revolucionário mais avançado, que norteava boa parte da crítica anti-capitalista ao longo do século XX com implicações em todos os outros países do globo. De fato a crise que assolou o mundo soviético foi vivida por quase todos os outros países capitalistas e

19 A recente análise de Moniz Bandeira sobre este processo expressa de um modo claro o impacto que esta derrota teve na consciência dos militantes das organizações da classe ao longo deste período. *Fórmula para o Caos: a derrubada de Salvador Allende*. Moniz Bandeira, L. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2008, 640p.

20 É importante ressaltar que parcela, ainda que minoritária, das organizações revolucionárias daquele período avaliaram que o dilema que a classe trabalhadora chilena enfrentou naquele processo foi uma relativa dependência de sua auto-defesa das organizações do Estado.

“socialistas” do então:

Em 1978 Deng Xiaoping empreendeu os primeiros passos decisivos para a liberalização de uma economia comunista em um país que integra a quinta parte da população mundial. No prazo de duas décadas, o caminho traçado por Deng ia transformar a China, de uma área fechada e atrasada do mundo, em um centro de dinamismo capitalista aberto com uma taxa de crescimento permanente sem precedentes na história da humanidade. Na costa oposta do pacífico, e sobre circunstâncias bastante distintas, um personagem relativamente desconhecido (ainda que agora famoso) chamado Paul Volcker assumiu o comando do Federal Reserve dos Estados Unidos em julho de 1979 e em poucos meses executou uma drástica transformação na política monetária. A partir desse momento, o FED se pôs à frente da luta contra a inflação, sem se importar com as possíveis consequências (particularmente no que diz respeito ao desemprego). Do outro lado do Atlântico, Margaret Thatcher já havia sido eleita primeira ministra da Grã-Bretanha em maio de 1979, com o compromisso de dominar o poder dos sindicatos e acabar com o deplorável estancamento inflacionário em que havia permanecido o país durante a década precedente. Imediatamente depois, nos anos 1980, Ronald Reagan era eleito presidente dos Estados Unidos e [...] colocou os EUA no caminho da revitalização econômica apoiando as ações de Volcker no FED e acrescentando sua própria receita de políticas para socavar o poder dos trabalhadores, desregulamentar a indústria, a agricultura e a extração de recursos e [COM ISSO] suprimir as travas que pesavam sobre os poderes financeiros tanto internamente como em escala mundial (HARVEY, p. 4: 2005)

A derrota do bloco soviético, também significou a possibilidade de um grande ataque, por parte da burguesia e seus Estados, às organizações dos trabalhadores em escala mundial, especialmente contra as organizações sindicais que por sua força e legitimidade impediam um rebaixamento dos custos da força de trabalho. Foi este ataque, somado ao forte desenvolvimento tecnológico, que possibilitou um aumento estrondoso da mobilidade e produtividade do capital e, com isso, constituiu a chamada “reestruturação produtiva”.

Ela [a reestruturação produtiva] se fundamenta num padrão produtivo organizacional inspirado na experiência japonesa no pós-guerra e associado ao avanço tecnológico, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos

computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais *flexível*, através da desconcentração produtiva, das redes de subcontratação (empresas terceirizadas), do trabalho em equipe, do salário flexível, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semiautônomos”, além de exercitar, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores. O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho [...]. Reengenharia, *lean production*, *team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, envolvimento, terceirização ampliada, tudo isso passa a integrar a pragmática da empresa flexível. Como paralelo, cabe a referência: se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade laborativa – a era do operário-massa –, pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da “empresa enxuta” são merecedores de destaque as empresas que mantêm menor contingente de trabalhadores e, apesar disso, aumentam seus índices de produtividade (ANTUNES e DRUCK, p. 216: 2013)

O movimento operário sindical era a principal base de constituição do Partido dos Trabalhadores. A estrutura recém-formada de uma Central Única dos Trabalhadores seria uma das inúmeras organizações sindicais duramente afetadas pela reestruturação produtiva, solapando boa parte do poder de pressão das formas típicas da luta dos operários. As experiências revolucionárias acabavam de sofrer seu mais duro golpe ao longo do século XX no momento em que este partido se propunha à construção de uma sociedade socialista e estes impactos, em nosso entendimento, reforçaram ainda mais a perspectiva do desenvolvimento econômico como uma “camisa de força” para a luta das organizações dos trabalhadores.

É a partir dessas muitas determinações que devemos compreender o modo pelo qual essa organização se transforma em mais um componente da gestão burguesa da sociedade brasileira e, com isso, poderemos compreender seu projeto de desenvolvimento capitalista.

CAPÍTULO 2 – CONSTRUINDO A TRAMA DO DESENVOLVIMENTO. O CASO DO COMPERJ.

A partir desse momento, realizaremos uma breve apresentação de como o desenvolvimento capitalista se processou no Brasil – especialmente o modo pelo qual se realizou o desenvolvimento dos grandes capitais nacionais – e nos focaremos na relação entre a forma deste desenvolvimento, ancorado pelo o Estado brasileiro, e alguns setores capitalistas que foram beneficiados por este processo e que hoje constituem os principais interessados no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

2.1. Rota e desenvolvimento do capitalismo brasileiro. A incubação de grandes capitais nacionais.

Ao longo do século XX, os processos de subordinação político-econômicos dos países periféricos ficaram mais integrados com o desenvolvimento da produção capitalista em escala global. Houve um salto nas relações de subordinação econômica internacional quando ocorre a formação do que ficou conhecido como estágio monopolista da produção capitalista (SWEEZY e BARAN, 1972), uma vez que este estágio de desenvolvimento exige uma pluralidade de mercados cada vez mais extensos e variados, mas sob o estrito controle de poucas empresas. A perene necessidade do capital em aumentar sua acumulação obrigava-o a ampliar e controlar mercados cada vez mais extensos. Não bastavam os mercados tal como existiam nos países centrais. Estes deveriam se ampliar qualitativamente, ampliando as necessidades sociais dos consumidores. Novos mercados também haveriam de se formar em outros países para acompanhar a acumulação dos grandes capitais monopolistas. A dimensão monopolista que os empreendimentos assumiam assim o exigiam.

Queremos ressaltar um aspecto que acreditamos dimensionar a transformação ocorrida com a proliferação e consolidação da base fordista/monopolista de produção. Um aspecto que Harry Braverman denominou de “mercado universal” (BRAVERMAN, 1987). Analisando as principais consequências que o capital monopolista trouxe para a existência dos trabalhadores e sua relação com a produção capitalista, o autor aponta como uma transformação substantiva a permanente tendência de ampliação da dependência do mercado para os trabalhadores reproduzirem sua existência. Produtos como comida, roupa, móveis, casa, etc., que até determinado momento eram construídos

pelos próprios trabalhadores, por sua estrutura familiar no mais das vezes, passaram a ser exclusivamente encontrado nos mercados. Os trabalhadores ficaram ainda mais disponíveis (mais “livres”) para venderem sua força de trabalho e os poucos meios de produção desses produtos foram paulatinamente alienados dos trabalhadores. O mercado passou a ser o principal mecanismo de realização das necessidades dos trabalhadores. Como Braverman aponta, esse aspecto foi importantíssimo para a consolidação de uma relação capitalista em que o “mercado de massas” passa a ser vitalmente importante para a produção capitalista²¹.

As necessidades que o “mercado de massas” consolidava nos principais países capitalistas se proliferavam rapidamente por todos os cantos e mercados. Quando estas necessidades passam a atingir o mercado dos países periféricos, estes não possuíam uma produção local capaz de satisfazê-las. No dizer de Celso Furtado:

o processo de diversificação da procura segue na frente do crescimento da produção industrial. (...) como a diversificação das importações se pode concretizar com mais rapidez que a da estrutura industrial, é natural que numa primeira fase a diversificação da procura seja atendida pelas importações e somente numa segunda pela produção interna (FURTADO, 2000, p. 247)

Percebe-se que o desenvolvimento das relações capitalistas de produção cria necessidades históricas mais rapidamente que a capacidade da produção dos países periféricos de respondê-las. Este processo “obrigava” a uma transformação modernizadora dessas sociedades, em que as importações cumpriam um papel central. Como bem nos mostra Caio Prado Junior (PRADO JÚNIOR, 2004)²² a satisfação das

21 É importante notar que a maior parte das anotações de Marx que tivemos acesso sobre o mercado aberto pelo consumo dos trabalhadores em seu momento histórico sempre apontaram este mercado como secundário para a produção capitalista que se orientava, principalmente, para o consumo do chamado “bens de capital”.

22 Para nós é importante ressaltar um aspecto do argumento em que Prado Júnior apresenta a nossa particularidade histórica. Para o autor: “a especificidade da revolução brasileira é dada em particular pelas circunstâncias internas, isto é, pelas relações que constituem e caracterizam a organização econômica e a estrutura social do país. A natureza dessas relações, contudo, vai marcar e definir a nossa posição no sistema internacional do capitalismo. [...] Não nos podemos libertar da subordinação com respeito ao sistema internacional do capitalismo, sem a eliminação paralela e simultânea daqueles elementos de nossa organização interna, econômica e social, que herdamos de nossa formação colonial. E a recíproca é igualmente verdadeira: a eliminação das formas coloniais remanescentes em nossa organização econômico e social é condicionada pela libertação das contingências em que nos coloca o sistema internacional do capitalismo” (PRADO JÚNIOR: 2004, p. 187). Podemos entender este argumento, como nos parece, que a única forma da revolução brasileira se realizar é com a simultânea transformação total do mercado internacional, portanto, do conjunto dos países centrais do capitalismo, ou interpretar esse argumento no sentido de que a realização das “tarefas burguesas em atraso”, que, obviamente, alterariam a “estrutura econômico e social brasileira”, também significaria uma revolução brasileira. A insistência de Prado Júnior sobre o caráter particular da

necessidades pelas importações, sejam elas destinadas a produção ou ao consumo direto, necessita, como principal mediação, a moeda universal. Fosse o Soldo²³, a Libra, ou o Dólar, este recurso deveria ser adquirido no mercado mundial. A reprodução de um grande complexo produtivo necessitava de inúmeros produtos que só poderiam ser comprados no mercado mundial. Por conta desse processo, o desenvolvimento econômico dos países periféricos ao longo do século XX – leia-se o desenvolvimento da acumulação de capitais nesses países – se tornou cada vez mais dependente do acesso à moeda universal e dos investimentos externos de grandes capitais, em geral oriundos dos principais países do sistema capitalista, em geral os únicos agentes econômicos que poderiam efetivar a modernização produtiva desejada. A dependência econômica, dependência crônica dos investimentos dos capitais centrais e a busca por formas de valorização dos capitais incubados nas economias regionais, se mostrou um satisfeito mecanismo de subordinação política dos países da região, construindo a possibilidade de um desenvolvimento associado das burguesias latino-americanas aos interesses dos grandes capitais. Ambas, burguesias nacionais e forâneas, buscavam ampliar seus mercados e mesmo criar novos focos de produção. Por sua vez, essa rota encontrada por alguns países sul-americanos de desenvolvimento capitalista construiu novas contradições regionais. A perspectiva de desenvolver regionalmente o capitalismo – e mesmo a urgência em fazê-lo devido uma economia mundial cada vez mais integrada – se consolidava na maioria dos países da região. As políticas de substituição de importações ocorridas em meados do século XX mostram um claro esforço de autonomizar a produção local e alcançar o estágio internacional de acumulação de capitais.

formação social brasileira, devido às lutas políticas que ocorriam no interior do PCB, fez com que boa parte das leituras baseadas na análise do autor criticassem apenas a particularidade da formação social brasileira. Obliterando, desse modo, a necessidade de superar radicalmente o capitalismo – como formação social universal – para *efetivamente* resolver os dilemas da classe trabalhadora no Brasil.

23 Nos parece muito interessante a relação existente entre o assalariamento e o desenvolvimento dos exércitos nas sociedades antigas. Segundo a análise da moeda realizada por Marx em sua “Contribuição à Crítica da Economia Política” (MARX:2009), os processos de assalariamento se desenvolveram como prática nos exércitos romanos muito antes de servirem como principal mecanismo de transformação da força de trabalho em mercadoria no mundo moderno. Isto devido à necessidade de construir um mecanismo que representasse um equivalente do trabalho de um soldado (ou seja, um trabalho que, efetivamente, não produzia nada de essencial à reprodução da existência dos indivíduos mas que, porém, com a anexação de novas populações e terras, se qualificava como central para a manutenção do próprio Império Romano) no momento em que esse, afastado da terra e dos meios de produzir os elementos mais básicos à manutenção da própria existência, necessitava consumir. A própria palavra “soldo”, que designa salário, tem radical idêntico ao de “soldado”, elemento basilar da estrutura hierárquica do exército. O paralelo hierárquico, obviamente, não se restringe a etimologia. A construção de “exércitos produtivos”, muitas vezes apresentados nestes termos, nunca foram nenhum segredo empresarial.

O ensaio de industrialização de tipo “substitutivo de importações”, durante certo tempo constituiu uma alternativa e permitiu levar adiante algumas modificações adicionais nas estruturas produtivas de alguns países. Ocorre, entretanto, que a forma de organização industrial viável em determinadas condições históricas, não é independente do tipo de tecnologia a ser adotada. A tecnologia que a América Latina teve de assimilar na metade do século XX é altamente poupadora de mão de obra e extremamente exigente no que respeita às condições de mercado [ou seja, depende de uma elevada renda média da população]. Dentro das condições presentes da América Latina a regra tende a ser o monopólio ou oligopólio e uma progressiva concentração de renda, a qual, por seu lado, ao condicionar a composição da demanda, orienta os investimentos para certas indústrias que são exatamente as de elevado coeficiente de capital e mais exigentes com respeito às dimensões de mercado. A experiência tem demonstrado, na América Latina, que esse tipo de industrialização substitutiva tende a perder impulso quando se esgota a fase das substituições “fáceis”, e eventualmente provoca a estagnação (FURTADO, 1968, p. 39)

A dificuldade em construir uma economia regional que se alçasse à produtividade dos países mais desenvolvidos cobrava seu preço. As indústrias “poupadoras” de mão de obra haviam se constituído nos mercados centrais concomitantemente ao desenvolvimento de outros inúmeros setores produtivos que, por sua vez, necessitavam de uma grande cadeia de serviços que abarcavam um grande número de trabalhadores expulsos dos centros produtivos. O modo pelo qual essas indústrias se implantaram no Brasil, obviamente, não foi esse, criando limites para a ampliação do mercado interno ²⁴.

Como a industrialização em cada época se molda em função do grau de acumulação alcançado pelos países que lideram o processo, o esforço relativo requerido para dar os primeiros passos tende a crescer com o tempo. Mais ainda:

24 É interessante notar que parcela das proposições progressistas ao longo do século XX no Brasil, muitas delas honestamente visando a melhoria das condições dos trabalhadores do país, tiveram como fundamento essa perspectiva de uma rota alternativa para o desenvolvimento da industrialização. O centro da análise residia nos limites do mercado interno brasileiro. Se os trabalhadores passassem a deter uma parcela maior da riqueza produzida no país eles também poderiam realizar essa riqueza estimulando, em um ciclo virtuoso, os processos produtivos locais. O principal mecanismo político que permitiria tal processo – ainda nos marcos da propriedade privada – era a Reforma Agrária. Ela permitiria uma socialização de um meio de produção que, em um curto prazo, demandaria insumos produtivos que deveriam ser preenchidos com novas indústrias nacionais. Isso também reduziria a competição entre os trabalhadores – uma vez que a principal forma de ampliação do mercado de trabalho era pelo êxodo rural – aumentando o poder de pressão destes na venda de sua força de trabalho. Com um mercado interno mais amplo, surgiria a possibilidade de formação de uma burguesia cujo interesse produtivo estivesse radicalmente ligado aos movimentos do próprio mercado nacional, uma burguesia nacional. Obviamente o caminho esperado nem sempre se encontra com o desenvolvimento histórico real.

uma vez que o atraso relativo alcança certo ponto, o processo de industrialização sofre importantes modificações qualitativas. Já não se orienta ele para formar um sistema econômico nacional e sim para completar o sistema econômico internacional. (FURTADO, 1974, p. 23)

Os esforços em construir um desenvolvimento endógeno de capitais – que na mesma medida em que elevasse a produção local, ampliasse concomitantemente o mercado interno – parecia redundar na crônica dependência dos recursos internacionais, ou seja, da moeda universal, o dólar. O meio por excelência de captar esse recurso era fortalecer a chamada “vocaçãõ agrícola” desses países, sua estrutura exportadora, uma vez que a forma que os países sul-americanos entraram na divisão internacional do trabalho estava umbilicalmente vinculada a esta estrutura primário-exportadora (PRADO JR: 1966). Curiosamente, *para garantir o processo de ampliação da planta produtiva local, mediante as políticas de substituição de importações – visando a autonomia com relação às economias centrais –, esses países se viam obrigados a reforçar o caráter primário-exportador de suas economias, reconstituindo a dependência externa.*

Na prática essa “miniaturização” [da estrutura produtiva central nos países periféricos] assume a forma de instalação no país em questão de uma série de subsidiárias de empresas dos países cêntricos, o que reforça a tendência para reprodução de padrões de consumo de sociedades de muito mais elevado nível de renda média. Daí resulta a conhecida síndrome de tendência à concentração da renda, tão familiar a todos os que estudam a industrialização dos países subdesenvolvidos. (FURTADO, 1974, p. 26)

Essa rota de desenvolvimento capitalista – quando ocorria – exigia uma industrialização tardia e fortemente dirigida pelo único órgão que poderia o fazer: o Estado. O estágio do desenvolvimento das forças produtivas no momento exigia uma forte atuação do Estado tanto para conseguir fundos de investimento, quanto para construir uma infra-estrutura que permitisse – ainda que na lógica primário-exportadora – um desenvolvimento industrial coerente com a escala dos investimentos internacionais. A escala “fordista” da produção cobrava tal atuação local, uma vez que não havia uma profusão de capitais próprios com tal magnitude que pudesse realizar tal empreita. A função do Estado era adequar a estrutura produtiva local, tornando-a interessante para o investimento externo e permitindo que as atividades econômicas locais encontrassem

“seu lugar ao sol”. O caso brasileiro é emblemático:

Durante o ciclo de substituição de importações, foi considerado indispensável na constituição da “contra-parte nacional” de uma descentralização (do ponto de vista internacional) preferencial do capital estrangeiro, no Brasil. Ainda que com os núcleos dinâmicos da “economia nacional” sob controle do capital estrangeiro, nas bordas (auto-peças, metalurgia) e na base econômica (siderurgia e infra-estrutura), e em um território continental, havia um pulsar agregado e compassado que permitia imaginar uma nação no por vir... Grande parte dessas empresas brasileiras são empresas-casulo: ou incubadas pelo capital estrangeiro ou orbitando em volta dele. Empresas que se valem da vantajosa estrutura institucional oferecida pelo país para expandir e monopolizar faixas determinadas de cadeias produtivas transnacionais (NOVOA, 2009, p. 188-9)

É justamente na “órbita” dos grandes capitais monopolistas – e cronicamente dependentes do mercado internacional – que serão “incubados” os capitais brasileiros. A necessidade de construir uma infraestrutura adequada para o capital monopolista internacional, por exemplo, irá abrir o espaço para as atividades das construtoras brasileiras que, com o desenvolvimento da própria atividade produtiva e da própria acumulação, também se tornarão por sua vez grandes capitais transnacionalizados.

Essas grandes firmas de construção civil nacionais surgiram por volta da década de 40. Como o nome de quase todas deixa mostrar, são empresas de origem familiar e nacional. A Odebrecht (NO) foi fundada na cidade de Salvador, em 1944, por Norberto Odebrecht, descendente de imigrantes alemães que chegaram a Santa Catarina em meados do século XIX. A Andrade Gutierrez (AG) foi criada em 1948 por Flávio Gutierrez e pelos irmãos Gabriel e Roberto Andrade e é mineira, assim como a Mendes Júnior (MJ), de 1953. A Camargo Corrêa (CC) é a mais antiga de todas, de 1939, gerada em Jaú, interior de São Paulo, por Sebastião Ferraz de Camargo Penteadó, uma das maiores fortunas brasileiras, e Sylvio Brant Corrêa. A pernambucana Queiroz Galvão (QJ) nasceu em 1953 das mãos de três irmãos, Antonio, Mário e Dário Queiroz Galvão. Por fim, a OAS é a mais novata de todas, datando de 1976, em Salvador. Um dos motivos que explica o fato de três das maiores empresas de engenharia terem origem nordestina é o grande número de obras de infra-estrutura locais nas décadas de 1950 e 1960, principalmente por conta da SUDENE e das usinas hidrelétricas na região – o potencial hidrelétrico do Nordeste é o mais explorado dentre as regiões do Brasil (CAMPOS, 2009, p. 105)

Como vimos, essas empresas de engenharia e construção surgem no bojo de um projeto de desenvolvimento nacional. A necessidade de criar órgãos especializados em desenvolvimento regional e integração da produção, como o caso da SUDENE (sendo o próprio Celso Furtado um de seus principais idealizadores), abria uma lucrativa possibilidade para que empresários locais realizassem essas obras. Obviamente que essas empresas encontrariam aí um fulcro de desenvolvimento de seus próprios capitais. Fossem as construções de rodovias ou de grandes hidrelétricas, ou a construção de mega projetos para empresas estatais, como o caso da CSN, ou Petrobrás, era aí que uma parte considerável dos capitais brasileiros iria se desenvolver. A relação com o Estado e as influências que essas empresas poderiam ter na institucionalidade era determinante. As principais obras dirigidas e financiadas pelo Estado embalariam os negócios das empresas de engenharia e construção. Sem a agência deste, era impossível o crescimento dessas empresas.

O “desenvolvimentismo” brasileiro alcança um de seus primeiros ápices com o chamado “milagre econômico” entre 1968-1974. É neste momento que inúmeras obras são realizadas, como a construção de um sem-número de hidrelétricas, com o famoso caso de Itaipú, a rodovia Transamazônica, as plantas produtivas das grandes empresas nacionais, etc., formando a base de um grande impulso de capitalização dessas empresas. Segundo Pedro Henrique Campos, este foi o momento de fortalecimento de ao menos três eixos de atividades empresariais de capital brasileiro:

Maria Moraes e Guido Mantega afirmam que, no final da década de 1970, a economia nacional se mostrava mais madura, mais autônoma que anteriormente, com a emergência de grupos monopolistas em três setores: na produção de bens de produção, na área financeira e na de construção civil. Por grupos monopolistas, entenda-se grandes grupos empresariais que têm um controle monopolista ou oligopolista sobre um determinado ramo da produção. São grupos de formação e constituição razoavelmente nacional, apesar de estarem na órbita da produção de bens duráveis, ramo dominado pelas multinacionais. Os bens de produção tiveram um grande crescimento durante o chamado período do “milagre”, com a triplicação da produção no setor. Os bancos brasileiros foram altamente beneficiados pela reformulação do sistema financeiro nacional e pela emissão de papéis do governo, ganhando caráter nacional e grande penetração no aparelho de estado no final do período ditatorial. Por fim, o setor da construção civil teve crescimento destacado em função da nova política habitacional e das grandes obras (CAMPOS, 2009,

Esse vertiginoso aumento da produção e acumulação de capital por essas empresas, especialmente as de engenharia, logo cobriam a permanente ampliação de seus mercados fosse pela continuação das grandes obras, pelo financiamento de políticas habitacionais, etc., atividades que *essencialmente* só poderiam ser demandadas pelo Estado. É justamente com a crise dos anos 1970 e o fim do milagre econômico – que pôs em xeque a possibilidade do Estado continuar financiando tais empreendimentos – que essas empresas buscaram ampliar seus mercados em outros países.

Os empreendimentos estatais, como dissemos, visavam adequar a estrutura produtiva brasileira às necessidades produtivas de grandes plantas que começaram a se instalar no país essencialmente a partir dos anos 50 e 60. O Estado contratava empresas nacionais que se incumbiam de construir essa estrutura necessária e só o podiam fazer com fontes seguras de financiamento. Junto com as empresas estatais surgia também no Brasil um mecanismo de financiamento central para os empresários que quisessem se associar e acompanhar o desenvolvimento capitalista associado: o BNDE, que após alguns anos ganharia a insígnia de “social”, juntando-se ao coro empresarial de um capitalismo sustentável.

...

É dentro deste amplo e complexo mecanismo de desenvolvimento das empresas brasileiras nacional e internacionalmente que analisaremos o projeto de construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro

2.2. O que é o Comperj?

“Como é ser vizinho de um empreendimento como o Comperj?

É maravilhoso, foi Deus que mandou a Petrobras para cá.

Foi a melhor coisa que aconteceu em Itaboraí.

Sei que o progresso às vezes traz um certo desconforto.

Aumentou muito a movimentação de carros e caminhões por aqui, mas mesmo assim acho que vale a pena”
(Produtor Rural Divino Ferreira, morador de Itaboraí)

Em março de 2006, a Petrobrás e o Governo Federal anunciaram a construção do

maior empreendimento individual de toda a história da empresa. Com suporte do Grupo Ultra e do BNDES, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro contava com um investimento escandaloso em seu valor inicial: cerca de 15 bilhões de reais seriam então investidos para construir uma das maiores refinarias de petróleo pesado da América Latina. O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro seria, nas palavras do então presidente Lula, uma revolução no desenvolvimento da região.²⁵ O principal argumento utilizado pelo governo federal para defender tal investimento era que, primeiramente, com esta nova refinaria a Petrobrás e toda a planta produtiva da indústria petroquímica nacional economizariam cerca de 2 bilhões de dólares por ano, devido à ampliação do refino de petróleo pesado e ao aumento da produção e exportação de produtos de maior valor agregado da indústria petroquímica. E, o argumento de “segundo plano”, toda a região seria afetada pelas graças do desenvolvimento.

É importante notar o teor nacional-desenvolvimentista do argumento que legitima a construção de tal obra. A necessidade de ampliar e sofisticar a planta produtiva brasileira, independentemente de sua característica capitalista e das contradições que este tipo de desenvolvimento acarreta, inúmeras vezes se apresentou como uma bandeira progressista, cunhada em interesses nacionais. A convicção de que para sermos politicamente emancipados devemos ser economicamente emancipados, no caso do petróleo, remonta ao início da campanha O Petróleo É Nosso, das décadas de 40 e 50. Segundo Maria Augusta Tibiriça, célebre personagem na luta pela nacionalização do petróleo, “somente quando o Brasil fosse emancipado economicamente seria emancipado politicamente. [...] realmente, foi uma visão muito larga da época, e todos nós nos engajamos na Campanha do Petróleo, eu inclusive” (TIBIRIÇA, 1988). A disputa por um projeto de caráter nacional-desenvolvimentista congregou nesta campanha inúmeras forças políticas, das mais diversas colorações, na defesa dos interesses nacionais em oposição ao então chamado “entreguismo”. O sentido “nacional” do desenvolvimento capitalista - ou seja, o desenvolvimento da indústria nacional, especialmente as chamadas indústrias de base, que desenvolvesse, concomitantemente, o mercado interno nacional - se apresentava como interesse nacional e, com isso, congregava inúmeras frações de organizações anti-fascistas, movimentos de mulheres, partido comunista e até mesmo integralistas (TIBIRIÇA: 1988). Os interesses das grandes petrolíferas após a recém

25 Revista TN Petróleo: “Lula lança pedra fundamental do complexo petroquímico”. Em 14/06/2006.
<http://www.tnpetroleo.com.br/noticia/14615/lula-lanca-pedra-fundamental-do-complexo-petroquimico/>

terminada Segunda Guerra Mundial deixavam clara as oposições existentes, jogando luz ao modo bélicista de se organizar e atuar das grandes empresas internacionais. Os “interesses nacionais” encontravam aí também sua validade. Muitas das “forças obscuras” que atormentavam os últimos dias do governo Getúlio Vargas, eram as principais empresas petrolíferas estadunidense buscando manter sua hegemonia na produção e comercialização do principal insumo energético da economia mundial. Vale lembrar que até meados de 50, o EUA era o principal país exportador de petróleo do mundo.

O fim do governo Getúlio e a abertura do mercado nacional às grandes empresas internacionais (leia-se, grandes empresas dos países centrais) promovida por Juscelino, eram claros sinais de que os grandes capitais internacionais precisavam ampliar seus mercados e seu controle sobre a produção e fariam tudo o que pudessem para isso. A polarização nos termos do desenvolvimento – se este se organizaria de modo a ampliar a renda média dos trabalhadores, ou se essas empresas seriam meros enclaves forâneos na economia nacional – se manifestava em uma crescente oposição política nacional. A crescente luta no campo e a constituição das Ligas Camponesas, o rápido crescimento do Partido Comunista Brasileiro e o apoio de ambos, conjuntamente a uma série de intelectuais e profissionais liberais, ao governo de João Goulart, compunham uma força política cada vez maior no país e, com isso, assumiam a preponderância nos projetos de desenvolvimento capitalista nacional. Com o advento da Revolução Cubana, o medo-pânico das burguesias locais, tuteladas pela burguesia norte-americana, obrigava-as a anteciparem e controlarem estritamente os projetos “nacionais-desenvolvimentistas” se utilizando de seu braço militar, se necessário. Com o surgimento da faceta militar-empresarial dos interesses nacionais, surge também a sua qualificação popular. O interesse em desenvolver o país tornou-se um dever moral de todos e as campanhas do Brasil potência ganham corpo com o reconhecimento internacional do país, especialmente no futebol. É deste nebuloso interesse nacional que surgem alguns dos principais argumentos desenvolvimentistas, também usados para legitimar construções como o Comperj.

Podemos interpretar, em nosso caso específico, o significado deste “interesse nacional” identificando os interesses e os interessados na construção da refinaria. Tentaremos sistematizar a apresentação do Comperj a partir dessa identificação.

Já vimos pelo menos três grandes empresas diretamente interessadas na construção do Complexo: Petrobrás, BNDES e Grupo Ultra. Antes de esclarecermos os interesses dessas, precisamos incluir mais uma grande empresa: a Odebrecht e sua

principal empresa no ramo petroquímico, a Braskem.

2.2.1. A Petrobrás.

Surgida a partir do ante-projeto do então presidente Getúlio Vargas em 1951, a Petrobrás foi criada para enfrentar o dilema da mudança da base energética na estrutura produtiva. O momento histórico já exigia uma dimensão monopolista ao empreendimento. Muitas estatais que surgiram então tinham como objetivo subsidiar as infra-estruturas necessárias para o desenvolvimento industrial nacional. Somente grandes capitais internacionais, principalmente norte americanos como a Standard Oil, teriam condições de realizar a construção de uma planta produtiva daquela envergadura. O único agente capitalista nacional que poderia realizar isto era o Estado. Outra necessidade específica deste empreendimento era manter reduzido o preço final das matérias-primas requisitadas pela ampliação industrial, o que implicava um maior controle sobre a empresa. Novamente o Estado era cotado. Mesmo com toda essa necessidade para o desenvolvimento industrial nacional, a pressão exercida pelas grandes internacionais era tamanha que o ante-projeto apresentado por Getúlio Vargas foi foco de imensa luta dos militantes pró-nacionalização do petróleo. Neste primeiro ante-projeto, abria-se enorme espaço para investimento em ações na estatal, o que acarretava um novo atrelamento de interesses. Por fim, alterou-se a forma de contrato em favor da nacionalização dos investimentos.

As décadas de 50 e 60, para a Petrobrás, foram de intensas atividades em exploração do solo nacional, porém sem grande sucessos. Muitas tentativas foram feitas na Amazônia e no Nordeste brasileiro acreditando-se encontrar óleo em abundância o que, talvez para nossa sorte, não se verificou. A construção da Refinaria de Duque de Caxias em 1961 e, posteriormente a Refinaria de Cubatão são os primeiros investimentos da Petrobrás no ramo petroquímico. Seu objetivo era subsidiar a ampliação contínua das atividades petrolíferas da empresa e, com isso, garantir o controle estatal da produção de petroquímicos, bem como alcançar a auto-suficiência na produção de derivados (BENTIVI, 2012). A necessidade de ampliar este setor, levou à criação da PETROQUISA, uma subsidiária da Petrobrás no ramo petroquímico. Inicialmente projetada para controlar integralmente o desenvolvimento petroquímico nacional, porém, com a alteração sobre o decreto-lei que assegurava o controle monopolista do Estado no setor, esta empresa passa a ser o principal agente da integração entre setor público e privado do ramo.

Novos decretos da época de 1965, tocam na questão do monopólio, flexibilizando a participação privada, o que aliado à retomada do crescimento econômico que ocorreu a partir da segunda metade da década de 60, com reflexos no aumento do consumo de produtos petroquímicos, estimulou o surgimento de novos projetos, o que levou o Grupo Capuava (das famílias Soares Sampaio e Geyer), controlador da Refinaria União, a promover estudos e entendimentos objetivando a instalação de uma Central de Matérias Primas Petroquímicas (Petroquímica União), em Capuava (SP), em terreno vizinho à refinaria. Tratava-se de um empreendimento de 300 mil toneladas de eteno, empregando nafta como matéria prima, com respaldo tecnológico da Phillips

26

Petroleum , que participaria da “joint venture” (TORRES, 1997, p. 51)

Ainda na década de 60 a Petrobrás passa a investir também na distribuição de combustíveis nacionalmente, criando a Empresa BR. Primeiramente fornecendo combustíveis para órgãos militares, tais como Marinha e Exército, para aos poucos se transformar na principal do ramo.

Contudo, o “salto” na dimensão produtiva da Petrobrás se deu no contexto do choque do petróleo, quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) elevou o preço internacional do produto²⁷. A rápida ampliação da dívida externa denunciava a imensa dependência do mercado internacional para o abastecimento de combustíveis no Brasil. Isto, casado com as novas possibilidades de extração marítima, levou a empresa à ampliar a produção e lavra do petróleo. É nesta época também que a empresa inicia suas atividades em outros países da América Latina, África e Oriente

28

Médio, com a construção das subsidiárias Bráspetro e Interbrás , que tinham justamente

26 A Philips Petroleum foi uma das primeiras e principais empresas que compunham o Grupo Ultra, o mesmo que firmou o contrato de construção do Comperj, junto à Petrobrás, BNDES. Isso nos mostra o quanto as raízes do desenvolvimento do complexo petroquímico nacional estão fundadas nos mesmos grupos empresariais e o quanto é estrito o controle sobre este setor produtivo. (TORRES: 1997, p. 49)

27 O “choque do petróleo” ocorreu devido à desvalorização do dólar. O acordo de Breton Woods, que havia estabelecido uma paridade entre dólar-ouro, estabilizando a moeda americana como “equivalente universal” no mercado internacional, foi rompido devido ao rápido endividamento da economia americana. Segundo Muniz Bandeira, este endividamento está relacionado ao rápido crescimento pós-guerra da Alemanha e Japão, que passaram a ampliar sua participação no mercado Americano. Isto, somado a necessidade de manter as altas taxas de lucro do complexo industrial-militar (especialmente a guerra no Vietnam), ampliou drasticamente a dívida externa americana, obrigando os EUA a redefinir a relação entre dólar-ouro, desvalorizando a moeda americana no início da década de 70. Os países produtores de petróleo sofreram especialmente com essa desvalorização e a súbita elevação do preço do barril de petróleo é uma resposta a isso (BANDEIRA, 2004).

28 Um aspecto curioso desta empresa era sua função de mediadora entre a compra de petróleo direto dos principais países produtores e a venda de produtos fabricados no Brasil: de eletrodomésticos a produtos da agropecuária. Segundo Carlos Sant'Anna, em seu depoimento para o documentário de memória da empresa, chegou-se a organizar

por foco a ampliação dos mercados e da produção da empresa, que por sua vez significava aumentar a produção e o refino do petróleo com a construção da maior refinaria da América Latina até então, a Replan, instalada na cidade de Paulínia/SP²⁹.

Os anos 80 também foram de intensa atividade petroquímica por parte da Petrobrás. A construção do “eixo químico do Nordeste”, presente no II PND³⁰, inaugurou o maior pólo de refino do país:

A importância do Pólo Petroquímico extrapola as fronteiras do Estado Bahia tendo relevância nacional dada a grandeza dos investimentos e produção de tal complexo industrial, que com apenas dois anos de existência (1980) era responsável por 50% da produção petroquímica brasileira, bem como era o maior complexo petroquímico brasileiro entre os três existentes e o maior parque produtor petroquímico da América Latina e sétimo no mundo (OLIVEIRA, 2003, p. 40)

Os anos 90 ampliaram o processo de desconstrução do controle estatal da empresa. O Plano Nacional de Desestatização, iniciado em 1991 foi responsável pelo quase integral controle de empresas privadas na indústria petroquímica. Algumas das grandes empresas ligadas à engenharia que historicamente prestavam serviço para a estatal aproveitaram a situação para ampliar seus negócios neste ramo. O caso emblemático é o da Odebrecht que, neste momento, compra uma série de refinarias, como a Copesul – central de matérias-primas do Polo Petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul; a CPC e Salgema, formando a empresa Trikem, para, no início dos anos 2000 adquirir a COPENE, e, assim, se tornar o principal grupo do setor no país. Um aspecto importante deste processo foi a atuação do BNDES, como principal mediador da transição entre as empresas:

Nos anos 90, o BNDES teve papel importante na privatização das grandes estatais brasileiras. O Banco foi o órgão responsável pelo suporte administrativo, financeiro

uma empresa responsável por uma campanha de vendas dos produtos nacionais nos mercados dos países produtores chamada Tama e que, naquele momento, o garoto propaganda para as vendas era o Pelé. Um esforço combinado com a campanha de Brasil potência organizado pela Ditadura militar. (O depoimento em questão se encontra em: https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=OP82msY8Svk)

²⁹ Outro momento central para compreendermos a história da empresa e sua relação com o atual governo foi o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores da empresa. Depois de cerca de duas décadas sem poder realizar greves, em 1983 iniciou-se um novo ciclo de lutas. Os petroleiros, junto a outras categorias como os metalúrgicos, foram centrais na organização da recém-formada CUT e tiveram contribuição fundamental na construção e organização do Partido dos Trabalhadores.

³⁰ Plano Nacional de Desenvolvimento.

Nos anos 1990, 2000 e 2010 a Petrobrás passou por um processo de reestruturação da empresa (e desestruturação dos trabalhadores) permitiu que ela se adaptasse ao mercado internacional (OLIVEIRA, 2003). A flexibilização na legislação sobre o controle monopolista da exploração e extração do petróleo, com o projeto lei do então presidente da república Fernando Henrique Cardoso de 06 de agosto de 1997, acarretou a criação de uma agência nacional reguladora – a Agência Nacional do Petróleo – e a Petrobrás passou a ser apenas mais uma empresa neste mercado. (BENTIVI: 2012) Apesar da quebra do monopólio estatal, a empresa ampliou sua participação na produção de petróleo no Brasil. A descoberta de uma grande concentração de óleo abaixo da camada de sal da costa brasileira e o desenvolvimento tecnológico que possibilitava a extração foram decisivos para uma retomada dos investimentos na empresa que em pouco tempo se consolidou como maior empresa nacional, a quarta maior empresa internacional do ramo petrolífero e a 28^a maior do mundo.³² O chamado Pré-Sal abriu uma nova onda de investimentos externos e internos na Petrobrás, permitindo que a empresa se voltasse para a construção de 3 novas grandes refinarias: Refinaria Premium no Maranhão; Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.³³

[Hoje em dia o] Sistema Petrobras é composto pela Petróleo Brasileiro S.A. e suas subsidiárias. Algumas das empresas integrantes do Sistema são a Petrobras Distribuidora S.A. (Petrobras Distribuidora), a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), a Petrobras Química S.A. (Petroquisa) e a Petrobras Biocombustível S.A (PETROBRÁS, 2009). Atualmente, a Petrobras possui dez refinarias no Brasil. São elas: 1) Refinaria Landulpho Alves (RLAM) - Mataripe, Bahia; 2) Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) - Cubatão, São Paulo; 3) Refinaria Duque de Caxias (REDUC) - Campos Elíseos, Rio de Janeiro; 4) Refinaria Gabriel Passos

31 “História”. BNDES. O Banco nacional do desenvolvimento. In:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/historia.html

32 “Sete brasileiras aparecem em lista da 'Fortune' das 500 maiores empresas”, notícia do UOL, são paulo, em 07/07/2014. Presente em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/07/07/sete-brasileiras-aparecem-em-lista-da-fortune-das-500-maiores-empresas.htm>

33 Cerca de 35% da energia primária do mercado brasileiro provém do petróleo. Hoje são produzidos diariamente mais de um milhão de barris de óleo equivalente (óleo e gás natural) o que corresponde a cerca de 60% do consumo. A construção das três novas refinarias e alguns projetos de ampliação das existentes elevará essa produção em 1,5 milhões de barris diários. (BENTIVI: 2012)

(REGAP) - Betim, Minas Gerais; 5) Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP) - Canoas, Rio Grande do Sul; 6) Refinaria de Paulínia (REPLAN) - Paulínia, São Paulo; 7) Refinaria de Manaus (REMAN) - Manaus, Amazonas; 8) Refinaria de Capuava (RECAP) - Mauá, São Paulo; 9) Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR) - Araucária, Paraná; e 10) Refinaria Henrique Lage (REVAP) - São José dos Campos, São Paulo (BENTIVI, 2012, p. 26)

É importante atentar para relação que existe entre a ampliação e a construção de novas plataformas de extração de petróleo e a ampliação dos investimentos nas empresas de engenharia nacionais que eram as principais responsáveis pela construção das obras. A peculiaridade de serem plataformas marítimas contribuiu para o desenvolvimento dessas empresas de engenharia, especializando-as em um mercado ascendente. Muitas das atividades no exterior da Petrobrás eram acompanhadas pelas empresas de engenharia nacionais que, com isso, ampliavam seus mercados e selavam outros acordos produtivos.

É focado no caráter internacional da Petrobrás que apresentaremos a seguir o percurso de outra grande empresa participante do Comperj:

2.2.2. Odebrecht³⁴

É interessante o histórico da empresa Odebrecht, como ela mesma apresenta em seu endereço eletrônico, o “DNA” da empresa acompanha o desenvolvimento dos negócios da família Odebrecht:

O DNA da Organização remonta ao ano de 1856, data da chegada de Emil Odebrecht ao Brasil. Seguindo o fluxo da imigração germânica no país, o engenheiro alemão se fixou no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Casado com Bertha Bichels, teve 15 filhos. Um de seus netos, Emílio Odebrecht – pai de Norberto – se enveredaria pelo setor de Construção Civil e comprovaria a veia empreendedora da família Odebrecht. A construtora Isaac Gondim e Odebrecht Ltda. foi a primeira empresa de Emílio Odebrecht. Em 1923, criaria a Emílio Odebrecht & Cia., responsável por várias edificações no período entre guerras, no Nordeste brasileiro.

34 Devido à escassez de documentação crítica sobre a história das empresas nacionais, especificamente a Odebrecht, trabalhamos essencialmente com as fontes disponibilizadas pela própria empresa em seus informativos institucionais, tal como Odebrecht Informa, quanto com as informações disponíveis em seu site oficial: <http://www.odebrecht.com>

Com o início da 2ª Guerra Mundial, os materiais de construção vindos da Europa tornaram-se caros e escassos, deflagrando uma crise no setor. Emílio retirou-se dos negócios e coube a seu filho, Norberto, substituí-lo, em 1941

35

Fundada na cidade de Salvador por Norberto Odebrecht a empresa foi uma das principais beneficiárias dos projetos desenvolvimentistas nacionais. Inicialmente caracterizada como uma “empresa familiar”, como o próprio nome deixa entrever, logo se transformou em uma das principais auxiliares do Estado brasileiro em realizar grandes obras de infra-estrutura. Suas primeiras obras, o Estaleiro Fluvial da ilha do Fogo e o cais e a ponte de atracação em Canavieiras em 1948, já demonstravam a profunda relação entre seu desenvolvimento e as obras de infra-estruturas necessárias aos projetos de desenvolvimento econômico. Porém, foi com o início de uma “grande parceria”, como a empresa se orgulha em apontar, que seus negócios deslancharam:

Todas essas companhias [de engenharia e construção] prestaram serviços para a estatal [Petrobrás] e tiveram lucros com isso, havendo o caso extremo da Odebrecht que, *em sua apresentação empresarial se orgulha de ter construído para a empresa refinarias, plataformas, estradas, prédios – inclusive o prédio-sede da BR na avenida Chile, no Rio –, portos e ter perfurado nada menos do que 140 poços de petróleo e gás no mar.* (CAMPOS, 2009, p. 106 – grifos nossos)

A primeira obra realizada nesta parceria foi o acampamento do projeto Oleoduto Catu-Candeias, na Bahia, para o transporte do óleo extraído no novo campo de Catu da refinaria de Mataripe em 1953. Junto com os planos de desenvolvimento regional, a empresa passa também a se instalar em outros estados da federação e em 1961 abre uma nova sede em Recife, aproveitando a onda de investimentos proporcionados por projetos da Sudene. Em fins de 60, alcança envergadura nacional e passa a ser a construtora responsável por grandes projetos no sudeste, tais como o edifício-sede da Petrobrás, o campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Aeroporto Internacional do Galeão e a Usina Termonuclear Angra I. Isto fez com que já no início da década de 70 a empresa contasse com mais de 500 obras em seu currículo e se caracterizasse como a principal construtora do Nordeste brasileiro.

35 “Organização Odebrecht: História”, presente em: <http://www.odebrecht.com/pt-br/organizacao-odebrecht/historia>

Com a ampliação das plantas produtivas da Petrobrás, somado a necessidade de construir poços de petróleo no mar, a Odebrecht aproveita a oportunidade para diversificar seus negócios, criando em 1979 a Odebrecht Perfurações Ltda, empresa que logo se tornou uma das principais responsáveis pela perfuração de novos poços. No mesmo ano a corporação compra, 1/3 do capital da Companhia Petroquímica Camaçari (CPC), sendo este o seu primeiro investimento no setor petroquímico, setor que seria cada vez mais central nas atividades do grupo. Paulatinamente, o grupo Odebrecht amplia seus investimentos na indústria petroquímica. Na década de 80, com a criação da Odebrecht Química, compra boa parte das ações das empresas Salgema, Unipar (um *holding* de petroquímicas) e Poliolefina. Nos anos 90, a empresa aproveita o Programa Nacional de Desestatização – que praticamente retirou a Petrobrás do setor petroquímico – e passa a integrar o grupo que controlava a empresa Copesul, uma das principais refinarias do País. Nesta década também, compram integralmente a empresa Poliolefina e a empresa PPH, criando a OPP Petroquímica. É desta integração de empresas que surge a Trikem. Nos anos 2000, o grupo Odebrecht firma parceria com o grupo Mariani e adquire o controle da Copene – Petroquímica do Nordeste, tornando-se a maior empresa petroquímica brasileira e, segundo a revista norte-americana ENR (Engineering News Records), a “número 1” do mundo na construção internacional de usinas hidrelétricas. Fato que levou a Odebrecht criar a Braskem, empresa que reuniria todos os ativos petroquímicos da Organização. Os anos 2000 foram de certa diversificação dos investimentos do Grupo Odebrecht com a criação da Odebrecht Óleo e Gás, retomando os investimentos em perfuração *offshore*, a criação da Odebrecht Agroindustrial para atuar na produção e moagem de cana-de-açúcar e venda de produtos finais; a compra dos ativos do Grupo Ipiranga e a empresa firma o contrato de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira em Rondônia. Ainda buscando diversificar seus investimentos, cria a Odebrecht Defesa e Tecnologia, voltada para o desenvolvimento da indústria brasileira de defesa, bem como a criação da Odebrecht Properties, para a operação de ativos imobiliários.

É importante apresentar um outro aspecto do desenvolvimento da empresa: sua rota de internacionalização dos investimentos e capitais. Com o final do ciclo de desenvolvimento econômico brasileiro em fins da década de 70, a empresa, junto com outras grandes empresas de engenharia nacionais, sentem a necessidade de buscar novos mercados, uma vez que o Estado brasileiro já não propiciava uma quantidade de obras de infra-estrutura razoável para a continuidade dos negócios. É neste momento que

essas empresas passam a investir seus capitais no exterior:

Em primeiro lugar, mais da metade das obras no exterior se situa na América Latina, preferencialmente nos países da América do Sul. A presença marcante na América do Sul é o traço fundamental da internacionalização dessas empresas e um caso emblemático disso é a Bolívia, o único país do mundo em que todas as

36

cinco grandes empresas construtoras brasileiras estão presentes . Após a América do Sul e América Latina, o alvo são os chamados países subdesenvolvidos, em especial a África e, em menor escala, o Oriente Médio. As incursões nos países desenvolvidos é marginal, sendo emblemático o fato de que apenas duas empresas, a AG e a NO, estejam presentes em um mercado gigante como o norte-americano e apenas a Odebrecht tenha presença na Europa para além de Portugal. A explicação para isso é o alto desenvolvimento das empresas de engenharia dos centros dominantes do capitalismo mundial. Enquanto as grandes empresas de construção civil norte-americanas, européias e japonesas tornam os mercados dos seus países de origem dificilmente penetráveis para as empresas brasileiras, regiões como a América Latina, a África e a Ásia apresentam um quadro inverso; não tem empresas poderosas o suficiente para fazer frente às grandes brasileiras (CAMPOS, 2009, p. 109)

A Odebrecht, segundo consta em sua revista oficial (“Odebrecht Informa”) já teve empreendimentos em mais de 30 países e conta com mais de 80% de suas receitas vindo dessas atividades no exterior, índice inédito para empresas brasileiras. Mas vejamos melhor o quadro dos investimentos dessa empresa em alguns países.

37

2.2.2.1. Alguns casos da Odebrecht em outros países .

Emílio Odebrecht, neto do criador da empresa, hoje presidente do conselho de administração da empresa, nos diz em uma de suas revistas especializadas para a divulgação das atividades da Odebrecht:

36 As cinco grandes construtoras brasileiras são a Odebrecht, a Camargo Corrêa, a Andrade Gutierrez, a Queiroz Galvão e a OAS.

37 Um curioso episódio do imperialismo tupiniquim foi a luta jurídica que a Odebrecht realizou nos Estados Unidos contra um projeto de lei na Flórida que impedia os órgãos públicos de realizarem contratos com empresas que tivessem negócios em Cuba ou na Síria. Devido a sua participação em Cuba, a empresa foi obrigada a entrar com um recurso jurídico em que alegava conflitos desta lei com a constituição americana. “Odebrecht Strikes Back Against Florida's New Anti-Cuba Law”. ENRSoutheast Magazine. 06/13/2012. In: http://southeast.construction.com/southeast_construction_news/2012/0613-odebrecht-strikes-back-against-floridas-new-anti-cuba-law.asp

Mas já em meados dos anos 70, começamos a perceber que o milagre não demoraria a se esgotar e que o Brasil não disporia das condições que o nosso padrão de crescimento exigia. Precisávamos olhar à frente e nos antecipar. Então tomamos três direções: investimos no crescimento da engenharia, na diversificação dos negócios e na ida para o exterior. Esta última direção foi, sem dúvida, a mais difícil de ser seguida, pois naquele momento o Brasil ainda não estava devidamente inserido no mercado internacional e tivemos de criar caminhos e antecipar acontecimentos. Já em 1979, porém, iniciávamos nossa atuação internacional com as primeiras obras no Peru e no Chile.

38

Dentre inúmeros casos emblemáticos da atividade da empresa noutros países, selecionamos alguns para dar uma dimensão de seu processo de transnacionalização da empresa. Em todos esses países não foram poucos os conflitos envolvendo a Odebrecht, com muitas organizações sociais e ambientais passando a questionar as atividades desta em outros países.

No Panamá, a empresa estava encarregada de construir uma auto-estrada chamada Panamá-Colón. Em 2007, operários do Sindicato Único Nacional da Indústria, Construção e Similares (SUNTRACS) denunciaram a empresa por contratar pessoas armadas para enfrentar os trabalhadores que protestavam contra as demissões em massa e contra a obrigação de serem filiados a um sindicato controlado pela empresa brasileira. Um dos operários que protestava morreu assassinado por estes homens armados contratados .

39

Na Argentina, a empresa se envolveu em um caso de corrupção na construção de um gasoduto no qual, segundo o semanário argentino “Perfil”, o contrato de construção era superfaturado em cerca de 35%, ou seja, cerca de 486 milhões de dólares .

40

Em Angola, a presença da empresa é mais antiga e seus conflitos são ainda maiores. Efetivando sua independência em 1975, o país de governo pretensamente comunista teve o Brasil como primeiro país estrangeiro a reconhecer sua independência, que naquele momento vivia uma Ditadura empresarial-militar. Logo em seguida, a

38 “Há 25 anos a Odebrecht ajuda a levar o Brasil para o exterior”. In: *Odebrecht Informa* Nº 114 maio/junho de 2004, p. 35.

39 Conferir “Os padrões de comportamento das “transbrasilianas” no Equador”. In: *Empresas transnacionais brasileira na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

40 Conferir: “Obra da Odebrecht foi superfaturada, diz jornal argentino” <http://www.oilwatchesudamerica.org/petroleo-en-sudamerica/argentina/897-argentina-obra-da-odebrecht-foi-superfaturada-diz-jornal-argentino.html>; <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0309200704.htm>;

Petrobrás passou a atuar no país e, já em 1980, também a Odebrecht passou a construir hidrelétricas, estradas e sistemas de abastecimento de água. Hoje a empresa conta com quase 20 mil funcionários no país atuando, além da área de engenharia – mercado que divide com outras três empresas brasileiras: a Andrada Gutierrez, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão –, em setores de imóveis, hidrelétricas, diamantes, supermercados, petróleo, biocombustíveis e aeroportos. A empresa é alvo de denúncias de corrupção e de ser favorecida por empreendimentos com parceria de empresas do vice-presidente angolano, Manuel Vicente, porém segundo ativistas locais, o Estado angolano, chefiado há 33 anos pelo presidente José Eduardo dos Santos, proíbe que investigações sejam realizadas contra a empresa.

Além das relações comerciais que mantém com as autoridades do país, a Odebrecht pertence ao restrito círculo de empresas que integram o Conselho Fiscal da Fundação Eduardo dos Santos (Fesa) – entidade criada pelo presidente em 1996. Esta entidade possui um “braço empresarial” que administra o clube de futebol que, curiosamente, leva o nome do presidente e alega ser uma homenagem ao time brasileiro, o Santos Futebol Clube cujo centro de treinamento do “time do presidente” – como é conhecido em Angola – é o centro logístico da Odebrecht em Luanda.⁴¹

Em Portugal, a presença da empresa também é marcante no processo de transnacionalização das empresas brasileiras de engenharia. Em 1988 a empresa comprou a José Bento Pedroso & Filhos, rebatizada para Bento Pedroso Construções S.A. (BPC) e, na mesma década, a Andrada Gutierrez obteve a portuguesa Zagope. As duas empreiteiras entraram naquele mercado com a participação na construção do metrô de Lisboa a partir de suas filiais locais, bem como a participação nas obras da ponte Vasco da Gama e das rodovias portuguesas pela companhia controlada pela Odebrecht.

2.2.3. O BNDES

Para atingir esse nível de internacionalização das empresas brasileiras no exterior não se deu, obviamente, pelo mero ingresso destas em mercados abertos. Como vimos, a própria atividade das empresas de engenharia têm como “consumidor” de seus produtos os Estados e, portanto, exige uma participação ativa do Estado brasileiro em promover as

41 Conferir: “Com BNDES e negócios com políticos, Odebrecht ergue 'império' em Angola”, BBC Brasil, in: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/09/120917_odebrecht_angola_abre_jf_ac.shtml.

atividades da empresa em outros países. Essa participação, para além das incursões diplomáticas como vimos no caso de Angola, envolviam a participação ativa de agências de financiamento para a realização dessas atividades, especialmente após os anos 2000, em que a essas empresas cresceram vertiginosamente.

Em 2002 forma-se um Grupo de Trabalho no BNDES para conceber linhas de financiamento ao investimento direto “brasileiro” no exterior. O Estatuto Social do BNDES, em seu art. 9º, inciso II, é posteriormente adaptado para que se impulse a internacionalização de empresas de capital nacional, objetivando o controle de mercados externos, com utilização de insumos nacionais e o incremento de exportações ... O Departamento da América do Sul [do BNDES] tem por objetivo identificar, estimular e criar oportunidades comerciais para exportação, re-exportação e outras modalidades de investimentos externos diretos na região. Isso tudo em “compatibilidade com a política exterior brasileira”, condizente, portanto, com a política de integração regional, fachada que recobre nosso tardio processo de expansão de capitais.(NOVOA, 2009, p. 197-8)

Não é pequeno o papel do BNDES em subsidiar a construção das chamadas “gigantes nacionais”⁴², grandes empresas monopolistas que são motivo de orgulho do governos petistas, expandindo a área de atuação de inúmeras empresas brasileiras nos mercados latino-americanos. No Uruguai, o BNDES tem dado suporte às empresas do agronegócio e da produção de carnes. As empresas brasileiras Friboi e a Marfrig controlam mais de 70% da exportação de carne derivada do Uruguai. Na Argentina houve um acentuado aumento do investimento externo direto por empresas brasileiras após a crise de 2000. Em 2000 e 2001, quando os investimentos diretos europeus, norte-americanos e japoneses bateram em retirada, os capitais brasileiros souberam oportunamente ocupar esse lugar. A Petrobrás adquire a Pecom (empresa petrolífera argentina que possuía investimentos em outros países como Equador) e passa a ser o segundo grupo do setor de petróleo e gás. A Ambev compra a Quilmes, a Camargo Correa compra a maior fábrica de cimento do país, a Loma Negra. A Friboi adquire as unidades da Swift e se torna o maior pólo frigorífico do mundo. No Peru, a Votarantim comprou a maior produtora, a maior refinaria e a maior metalúrgica de zinco e também a

42 O Relatório Anual de 2013 – ano do desembolso recorde de 190 bilhões de reais – do BNDES nos diz assim: “Os investimentos alavancados por seus financiamentos representaram 25,6% da Formação Bruta de Capital Fixo do país, criando ou mantendo, direta e indiretamente, 5,9 milhões de empregos durante o período de inversão”. Somente neste ano de 2013 o banco desembolsou mais de 120 bilhões de reais em infra-estrutura e indústria, valor equivalente ao PIB de Tunísia e quase o dobro da Bolívia no mesmo ano.

companhia mineira MinCo. A Gerdau comprou a SiderPeru, maior siderúrgica peruana. A Petrobrás/Pecom é, por sua vez, a segunda maior empresa petrolífera peruana.

Todos estes empreendimentos foram ou ainda são financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Somente no ano de 2013 o BNDES desembolsou 7, 1 bilhões de reais para a internacionalização das empresas brasileiras. Se somarmos aos quatro anos anteriores, cerca de 40 bilhões de reais foram desembolsados recentemente pelo banco para essa estratégia⁴³. Desses, 2,4 bilhões foram para as áreas de construção e bens de capital – nicho de mercado das empresas que estamos analisando. Neste mesmo ano, a empresa Brasken firmou um acordo, financiado pelo BNDES, para a implantação de um complexo petroquímico no México e a Odebrecht Energia firma o contrato de financiamento para a construção da Central Hidrelétrica de Chaglla, no Peru⁴⁴.

Eis como o diretor da Instituição em 2013 apresenta, no artigo “A contribuição dos Bancos de Desenvolvimento para o financiamento à longo prazo”, a função dos Bancos de Desenvolvimento:

Um argumento importante, enfim, a favor da atuação dos BD públicos é a necessidade de autonomia financeira para que os países mais desfavorecidos implementem políticas de desenvolvimento. Essas políticas consistem em estímulos direcionados diretamente a *fomentar investimentos em setores estratégicos, mas ainda infantis, setores de alta intensidade em pesquisa e desenvolvimento ou empresas já desenvolvidas no país mas não internacionalizadas.* (FERRAZ, ALÉM, MADEIRA: 2013, p.15 – itálico nossos)

A necessidade de ampliar continuamente os capitais vinculados à estrutura produtiva e manter os investimentos cada vez maiores, faz com que o BNDES assuma a coordenação financeira do processo. Tanto as necessidades da circulação de mercadorias, p. ex. acelerar a rotatividade do capital; quanto as necessidades da produção de mercadorias, p. ex. baixar o custo dos insumos, pautam a coordenação da instituição que deve encontrar um equilíbrio entre as demandas dos múltiplos capitais que

⁴³ Relatório Anual do BNDES de 2013.

⁴⁴ Ainda segundo o mesmo relatório, o centro-oeste da África será foco da internacionalização das empresas petroquímicas: “No ano de 2013, é válido registrar a contratação de estudo sobre a diversificação da indústria química brasileira e de estudo sobre a viabilidade de produção de biocombustíveis nos países-membros da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) – potencial mercado para internacionalização de empresas brasileiras” (p. 33)

necessitam de financiamento e as necessidades gerais da produção e circulação de mercadorias⁴⁵. Diferentemente de outros bancos, o BNDES conta com sofisticados mecanismos de captação de recursos:

Por isso, os BD desempenham fundamental papel no financiamento dessas iniciativas, **uma vez que podem recorrer a fontes de *funding* mais diversificadas, tais como a captação de poupança doméstica, voluntária ou compulsória**, crédito tomado a outros bancos (públicos, privados ou estrangeiros) e o reinvestimento do excedente operacional. Graças à diversificação das fontes de *funding*, os BD gozam de maior autonomia na alocação de recursos, isto é, não concorrem por recursos para fins alternativos tal como ocorre com o orçamento público. (FERRAZ, ALÉM, MADEIRA: 2013, p.16)

As principais formas de captação de recursos do BNDES são os Fundos de Amparo ao Trabalhador (FAT), que recebe as contribuições do PIS e do Pasep (respectivamente, Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público); dotações orçamentárias da União; recursos captados no exterior; e recursos decorrentes do retorno de suas operações de investimento, sendo ⁴⁶ que apenas o FAT representava cerca de 52% de toda arrecadação do banco em 2005. Sinteticamente, a principal fonte de recursos do BNDES – como vimos o principal eixo de desenvolvimento da expansão de capitais brasileiros – é a poupança compulsória dos trabalhadores brasileiros, transformando-a em fonte de investimentos, como reza a cartilha keynesiana.

Os principais focos de desembolso do BNDES são:

- “a infraestrutura (com destaque para os segmentos associados à geração de energia e à infraestrutura social);
- a inovação tecnológica;
- o apoio às MPME;
- microcrédito e projetos econômicos ambientalmente e socialmente responsáveis”(FERRAZ, ALÉM, MADEIRA, 2013, p. 18).

⁴⁵ Por sua vez, as necessidades gerais da produção e circulação engendram um mercado para as grandes construtoras, muitas das que vimos acima, que contarão com este financiamento.

⁴⁶ Vide artigo “Fontes de recursos e atuação do BNDES sob uma perspectiva histórica”. In: *Revista do BNDES*: Rio de Janeiro, V. 12, Nº 23, pp. 53-72. Junho de 2005.

O entrelaçamento dos interesses empresariais do BNDES com os das empresas vinculadas na construção das “infraestruturas necessárias” é tamanho que sua principal carteira de investimentos (o BNDESPAR) possui um bilhão de reais em ações da Odebrecht Transport (OTP), um *holding* com participação em 19 outras empresas de diversos setores de infraestrutura: rodovias, logística e mobilidade urbana⁴⁷, garantindo os interesses dessas empresas e ampliando o mercado da construção nacional e internacionalmente. Vejamos como eles justificam tamanho financiamento e investimento nestes setores:

Na infraestrutura, a alta exigência de capital, as especificidades de certos projetos, as externalidades, o prazo de maturação do investimento, entre outros fatores, ocasionam uma dificuldade em avaliar e financiar o projeto, assim como em torná-lo economicamente viável e atrativo ao setor privado. A disponibilidade de crédito para esse setor é determinante para o crescimento econômico de um país e o bem-estar social de sua população.

A tendência permanente de ampliar os investimentos em infraestruturas (devido à própria dinâmica de valorização crescente do capital) engendra um mercado também crescente para as grandes empresas de engenharia e construção civil que passam a retroestimular os investimentos do BNDES, adquirindo também suas ações no mercado de capitais. O setor petroquímico é um dos que mais recebeu investimentos e, somente no ano de 2013, recebeu o desembolso de 17 bilhões de reais por parte do BNDES sendo o “destaque de apoio à indústria” desse ano. Vejamos melhor uma das empresas parceiras do BNDES no setor petroquímico:

⁴⁸ **2.2.4. Braskem.**

Formada em 2002 a partir da necessidade de reunir em uma única empresa todos os ativos petroquímicos do grupo Odebrecht, a Braskem surge como a principal e maior empresa no setor nacional. Logo em 2010 com a incorporação das empresas Quattor e Sunoco Chemicals, torna-se a maior produtora de resinas termoplásticas das Américas e,

⁴⁷ Relatório Anual BNDES 2013.

⁴⁸ O caso da Braskem é similar ao da Odebrecht. Uma vez que não encontramos uma literatura crítica sobre o histórico da empresa, nos baseamos em seus informativos institucionais e com a informação disponível em seu site oficial: <http://www.braskem.com.br>

em 2011, a Braskem adquire ativos da Dow Chemical – duas plantas industriais nos Estados Unidos e duas na Alemanha – acompanhando o processo de internacionalização dos investimentos e capitais que o Grupo Odebrecht já vinha realizando desde meados de 80.

A Braskem surge como uma empresa internacionalizada, com unidades industriais e escritórios na América Latina, além de bases comerciais nos Estados Unidos e Argentina. A formação da empresa se deu a partir da integração de seis grandes empresas no setor: a Copene, OPP, Trikem, Nitrocarbono, Proppet e Polialden. Logo em seu início gerou um surto de investimentos em suas ações ao ponto de, em 2003, se transformar na empresa mais valorizada da Bolsa de Nova York. “Suas ADRs⁴⁹ subiram 713% ao longo do ano”⁵⁰. Em 2005, junto à Petrobrás, firma a construção de uma nova fábrica de polipropileno na cidade de Paulínia (SP), aproveitando ao máximo a existência de uma grande refinaria na mesma cidade, a Replan. Nos dois anos seguintes passa a incorporar outras empresas do setor petroquímico, como a Politenos e adquire ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga. Por conta dessa integração passa a contar com um escritório comercial no Chile e inicia operações financeiras na Europa, em Roterdã na Holanda. Em 2007, junto às empresas Petrobrás e Grupo Ultra, sela um acordo para adquirir integralmente o Grupo Ipiranga consolidando uma parceria que, como veremos, está na base da construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, continua com sua ampliação de mercados, firmando acordos para a construção de indústrias petroquímicas no México, em 2009, e inaugura em 2011 um escritório no continente asiático, em Cingapura⁵¹.

Como dissemos mais acima, há um largo histórico de parcerias, interesses e favores entre Petrobrás, BNDES, Odebrecht, Braskem e Grupo Ultra. Antes de tratarmos propriamente em como esses interesses impulsionaram a construção de nosso objeto de pesquisa, faremos uma breve apresentação da empresa mais obscura em questão:

2.2.5. Grupo Ultra.

49 ADRs (American Depositary Receipt) são papeis emitidos e negociados no mercado norte-americano de empresas não norte-americanas.

50 Presente em: “Histórico Braskem”, in: <http://www.braskem.com.br>

51 Dentre os principais acionistas da Braskem estão: a Petroquisa, o Fundo de Pensão da Petrobrás (Petros) e o Fundo de Pensão do Banco do Brasil (Previ).

Esta foi, sem dúvida, a empresa da qual mais tivemos dificuldade em encontrar documentação. Contudo, na literatura sobre o desenvolvimento da indústria petroquímica nacional é frequentemente citada como participante de grandes investimentos:

Já na década de 60, entre 64 e 67, o Grupo ULTRA, associado à Phillips Petroleum e sob a denominação de ULTRA- FÉRTIL, implantou em São Paulo uma unidade que a partir de nafta produzia 450 toneladas diárias de amônia, integrando a fabricação de fertilizantes nitrogenados e fosfatados. (TORRES, 1997, p. 50)

Tendo em vista este quadro, o segmento nacional [da indústria petroquímica está] constituído de diversas participações acionárias envolvendo um pequeno conjunto de investidores, dos quais os mais importantes dentro deste mercado são o grupo Odebrecht, Ultra, Mariani, Unipar, Petroquisa, Ipiranga e Suzano. (PEREIRA, 2010, p. 53)

[...] em 1967, quando a importação anual de produtos petroquímicos semiacabados e acabados custava ao país, em termos de dispêndio de divisas, cerca de 380 milhões de dólares, Alberto Soares Sampaio alavancava outro negócio, a Petroquímica União. o projeto do que viria a ser o maior complexo petroquímico da America Latina foi resultado da união dos empreendedores Phillips Petroleum, Grupo Ultra, Refinaria União (Soares Sampaio) e grupo Moreira Salles. (KLEIN, 2011, p. 23)

Diversos comentadores da cena petroquímica estimaram que as considerações em termos de concentração do mercado brasileiro (julgada excessiva) poderia ser o fator explicativo do apoio do BNDES ao Grupo Ultra [no episódio da venda do controle da empresa Copene]. (FURTADO, 2003, p. 42)

Como o Grupo Ultra é proprietário da Empresa Ultrapar e esta é, aparentemente, a principal do grupo, buscamos em seus relatórios, informativos e revistas material para construirmos uma história do Grupo, presente em “Ultrapar: Perfil e História”.

A Ultrapar, companhia multinegócios com atuação em varejo e distribuição especializada, por meio da Ultragaz, Ipiranga e Extrafarma, na indústria de especialidades químicas, com a Oxiteno, e no segmento de armazenagem para granéis líquidos, por meio da Ultracargo, é um dos maiores grupos empresariais

brasileiros. Com um quadro de 13 mil funcionários diretos, a Ultrapar detém operações em todo o território brasileiro e possui, através da Oxiteno, unidades industriais nos Estados Unidos, no Uruguai, no México e na Venezuela e escritórios comerciais na Argentina, na Bélgica, na China e na Colômbia .⁵²

Ao que consta, o Grupo Ultra é também fruto de uma empresa familiar de imigrantes. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o austríaco Ernesto Igel veio para o Brasil e em 30 de agosto de 1937 criou a Empresa Brasileira de Gás a Domicílio, a Ultragas. Aproveitando-se da grande oferta de propano estocado em uma base de dirigível no Rio de Janeiro, Igel criou o gás engarrafado para cozinha, juntamente com o fogão a gás .⁵³ E para vender os fogões adaptados ao gás que produzia, cria a empresa Ultralar.

Já em 1961 a empresa Ultragas contava com mais de um milhão de consumidores. Aproveitando-se do aumento da produção de petroquímicos no Brasil e da necessidade logística gerada por essa, criou, em 1966, a empresa Transultra especializada em transporte rodoviário e armazenagem de produtos químicos e petroquímicos. No mesmo período a empresa associa-se a Philips Petroleum criando a Ultra-Fértil, uma empresa especializada no mercado de fertilizantes, produzindo amônia e derivados. Essa associação com grupos internacionais, especialmente norte-americanos, é uma marca constante do Grupo Ultra. Outro aspecto específico deste grupo é a profunda relação que manteve com a Ditadura Empresarial-Militar no Brasil. O presidente da Ultragas neste período é o ferrenho anti-comunista Henning Albert Bolisen, fundador do CIEE – Centro de Integração Empresa Escola – e, na época, também presidente do Rotary Clube. Bolisen foi um dos principais articuladores do empresariado local e internacional no combate às guerrilhas existentes e financiador pessoal da Operação Bandeirante (Oban), um embrião do que veio a ser o DOI-CODI .⁵⁴

52 Presente em: “Ultrapar: Perfil e História”, In:

<http://www.ultra.com.br/show.aspx?idCanal=EICAYAnog/450OziHZ9TYQ==>

53 “Botijão de Gás”. In: Almanaque do IPEM-SP. Presente em: <http://ipemsp.wordpress.com/botijao-de-gas/>

54 “Único comandante vivo da ALN diz que virou 'excelente guerrilheiro' aos 22 anos”. Revista DCM. 23/04/2014. In: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/unico-comandante-vivo-da-aln-diz-que-virou-excelente-guerrilheiro-aos-22-anos/>

“A face civil da ditadura militar” de 23/10/2009. Revista Duetto. In:

http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/a_face_civil_da_ditadura_militar_imprimir.html

http://brasileconomico.ig.com.br/noticias/refinarias-premium-devem-ser-licitadas-no-inicio-de-2014_136174.html

“Retrato sobre a ditadura vence festival 'É Tudo Verdade’”. UOL Cinema. Redação. 04/04/2009. In:

Na década de 70 o grupo cria a Oxiteno, empresa voltada principalmente para a produção de óxido de eteno, base para o gás de cozinha e matéria-prima para a produção de poliéster, com a primeira unidade em Mauá-SP. Em 1981, Paulo Cunha se torna presidente do Ultra. Esse fato nos parece interessante devido à biografia de Cunha, que em 1961 era o engenheiro responsável pelo projeto de produção de amônia pela Petrobrás e, em 1967, se transfere para o Grupo Ultra, atuando na Ultra-Fértil:

Quase um ano depois, Cunha voltou para o Brasil para ajudar Pery Igel a criar uma empresa de fertilizantes - a Ultrafértil, que tinha o total apoio do governo militar, que já vivia os anos de ouro do milagre econômico e apostava na expansão da agricultura no país. Experiência nesse negócio Paulo Cunha tinha adquirido na Petrobras, ao coordenar o projeto de amônia e ureia da estatal na Bahia.

55

56

O mesmo Paulo Cunha que foi membro do Conselho Monetário Nacional e que fez parte do BNDESpar. Ele continuou como presidente do grupo ao longo dos anos 90, quando a empresa tardiamente abre seus capitais para outros investidores permitindo que o Grupo Ultra comprasse a Ipiranga e, posteriormente, partes do Grupo Shell vinculadas à distribuição de gás.

Atualmente a empresa Ultragaz é a maior distribuidora de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo - “gás de cozinha”) no Brasil, com 24% de participação no mercado nacional. A Ipiranga (aquela mesma que depois foi incorporada à Braskem) é a segunda maior distribuidora de combustíveis do Brasil, com 22% de participação no mercado brasileiro em 2012. A Oxiteno possui onze unidades industriais no Brasil, Estados Unidos, Uruguai, México e Venezuela, bem como escritórios comerciais na Argentina, Bélgica, China e Colômbia. A empresa realizou recentemente uma diversificação de seus investimentos, comprando a Extrafarma, uma das dez maiores redes de drogarias do país.

Por fim, o Grupo Ultra substitui Paulo Cunha de sua presidência e, em 2006, Pedro Wongtschowski assume a função. Em 2012 um fato importante marca a trajetória da

<http://cinema.uol.com.br/ultnot/2009/04/04/ult4332u1055.jhtm>

“O mecenas dos porões”. Revista Istoé. Nº 2056, 08/04/09. In:

http://www.istoe.com.br/reportagens/11011_O+MECENAS+DOS+POROES

55 “O Estrategista Paulo Cunha Dá As Cartas”. O Valor Econômico. 21/08/12. In:

http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2012/iedi_na_imprensa_20120821_o_estrategista_paulo_cunha_da_as_cartas.html

56 Membro nomeado em 20/09/1991. In: Histórico da Composição do Conselho Monetário Nacional (CMN). Banco Central do Brasil. http://www.bcb.gov.br/pre/cmn/composicao_cmn.pdf

empresa e seu entrelaçamento com outros personagens de nossa trama principal:

Neste ano, o grupo fez duas importantes aquisições na área química - a Pasadena Property, instalada no Texas, nos Estados Unidos, por US\$ 15 milhões, sem assunção de dívidas, e a totalidade das ações da American Chemical I.C.S.A., por

⁵⁷

US\$ 79 milhões.

A Pasadena Property faz parte do complexo petroquímico de Pasadena adquirido pela Petrobrás a exorbitantes 1,18 bilhões de dólares. Ao que consta, outro grande beneficiado pela compra de Pasadena foi a Odebrecht, que firma um acordo na área de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da refinaria, em aproximados 170 milhões de dólares. O plano inicial da compra de tal refinaria contava com a ampliação da planta em conjunto com a então sócia da Petrobrás, Astra Oil, cujo presidente havia sido funcionário da estatal brasileira. Esta ampliação significava um investimento inicial de 2,5 bilhões de dólares. A empresa Belga discordou dos valores e obrigou a Petrobrás a comprar a sua parte na refinaria que, obviamente, estava supervalorizada. A Odebrecht era uma das principais construtoras cotadas para participar na ampliação da empresa situada na Flórida.⁵⁸ O entrelaçamento de interesses das empresas deste setor e a possibilidade de garantir o ingresso do conjunto das empresas vinculadas no maior mercado petroquímico mundial (EUA) foi razão suficiente para que, mesmo supervalorizado, a Petrobrás realizasse o investimento.

...

Como vimos, os interesses de quatro grandes empresas se encontram no desenvolvimento do setor petroquímico brasileiro: a Petrobrás, Grupo Ultra, Odebrecht/Braskem e BNDES. O Comperj segue este padrão de entrelaçamento de

57 “Sem alarde, grupo Ultra muda de comando em 2013”. Valor Econômico de 27/12/2012. In: <http://www.valor.com.br/empresas/2951536/sem-alarde-grupo-ultra-muda-de-comando-em-2013#ixzz3IcfOPi2D>

58 “Suspeitas de corrupção vão além de Costa e Youssef”. Valor Econômico de 24/10/2014. In: <http://www.valor.com.br/empresas/3747134/suspeitas-de-corrupcao-vao-alem-de-costa-e-youssef>
“Petrobrás apura e confirma a atuação de lobista”. Valor Econômico. De 31/07/2014. In: <http://www.valor.com.br/empresas/3633134/petrobras-apura-e-confirma-atuacao-de-lobista>
“Supervisão da Odebrecht custou à Petrobrás US\$ 58 milhões”. Valor Econômico. De: 16/04/2014. In: <http://www.valor.com.br/politica/3518924/supervisao-da-odebrecht-custou-petrobras-us-58-milhoes>
“Gastos com refinaria ultrapassam US\$ 1,5 bilhão”. Valor Econômico, 04/04/2014. In: <http://www.valor.com.br/politica/3505780/gastos-com-refinaria-ultrapassam-us-15-bilhao>
“Atas mostram problemas antes da compra de Pasadena”. Valor Econômico, 04/04/2014. In: <http://www.valor.com.br/politica/3505778/atas-mostram-problemas-antes-da-compra-de-pasadena>

interesses. E é deste entrelaçamento que virá a “revolução no desenvolvimento da região”⁵⁹. Vejamos agora a quê Lula se refere quando diz que virá uma revolução para a região.

59 Revista TN Petróleo: “Lula lança pedra fundamental do complexo petroquímico”. Em 14/06/2006.
<http://www.tnpetroleo.com.br/noticia/14615/lula-lanca-pedra-fundamental-do-complexo-petroquimico/>

CAPÍTULO 3 – AS LUTAS DOS TRABALHADORES EM UM CICLO DE DESENVOLVIMENTO.

“Toda existência tem seu apogeu, uma época em que as causas agem em relação direta com os efeitos. Esse meio-dia da vida em que as forças vivas equilibram-se e criam-se em todo o seu brilhar, é comum não apenas aos seres organizados, mas também às cidades, nações, ideias, instituições, comércios, empresas, que, como os povos nobres e as dinastias, nascem, elevam-se e caem” (Balzac, *Ascensão e Queda de César Birotteau*)

3.1. Comperj e as transformações na região.

“(…) a Petrobras fez de que iria ter um empreendimento de oito bilhões de dólares aqui na região. Portanto, a partir desse anúncio, todas as pessoas passaram a entender, o grosso da população passou a achar, que teria um emprego, que seus filhos teriam um emprego, que conseguiriam um espaço dentro do COMPERJ e isso não é verdade” (Entrevista com Afonso Sobrinho, pescador, MOYSES, 2011)

(…) embora o urbano não seja um fenômeno que se constitua a partir apenas da industrialização, é tenazmente definido por esta. Com efeito, o urbano industrial sedia, além dos aparelhos burocráticos do Estado, o capital simultaneamente, o espaço de reprodução de força de trabalho e de uma multiplicidade de capitais. É sede do processo contínuo de mercantilização dos elementos que integram a pauta de vida urbana e portanto, mercado, sobretudo mercado de trabalho (BORGES; FRANCO, 1997 apud OLIVEIRA: 2003, p. 44)

A cidade de Itaboraí está em profunda transformação. Sede do Complexo Petroquímico, contava até o ano de 2009 com apenas 200 mil habitantes sendo que 2/3 não tinham acesso aos serviços básicos de esgoto e saneamento. Com a “revolução na região”, inúmeros outros problemas começaram a se apresentar. Começamos com o exorbitante aumento populacional que pode ser verificado na notícia do jornal *O Globo* de 2011:

Um dos principais impactos é o aumento da população: só em 2010 foram 50 mil

novos moradores, totalizando, segundo a prefeitura, 300 mil habitantes . No comércio, 160 novas empresas se instalaram no ano passado em Itaboraí, que vive uma explosão imobiliária. Por outro lado, a cidade já sofre os dilemas do futuro: os preços dos imóveis não param de subir, reflexo do maior fluxo migratório. E só um terço da população conta com rede de esgoto e saneamento básico. Mas isso é só o início da transformação. Estudo da Federação das indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) aponta que o Comperj vai atrair entre 320 e 700 indústrias para o município nos próximos cinco anos. A expectativa é de que em dez anos a população chegue a um milhão.

61

O mesmo estudo da Firjan apresenta a construção de uma Central de Utilidades “UTIL que será responsável pelo fornecimento de água, vapor e energia elétrica necessários para a operação do COMPERJ”⁶² . Antes de tudo, é necessário apontar o caráter empresarial que imprimiram a essa prestação de serviço o que, com certeza, ampliará os investimentos. Em segundo lugar, esta empresa terá de administrar um dos principais conflitos com os trabalhadores da região: a disputa pelos recursos hídricos⁶³ .

Dessa maneira, a instalação do COMPERJ com uma área de 4.529,8 ha, mais de duas vezes e meia maior que a área da ESEC Guanabara e localizando-se cerca de 6 km à montante da APA de Guapimirim, certamente afetará o regime hidrológico que sustenta os manguezais [...] O oceanógrafo e membro do conselho gestor do MMACF e da APA de Guapimirim, Mário Soares, acrescenta [...]: a escassez de água da região e a fragilidade do ecossistema da Baía de Guanabara (2007). [...] No RIMA, são apontadas as seguintes alternativas para captação de água: os Rios Paraíba do Sul e Guandu, a construção de barragem no Rio Guapiaçu e de captação de água no reservatório de Juturnaíba. Entretanto, segundo a manifestação técnica, são opções de difícil implantação, já que o Rio Paraíba do Sul demandaria um bombeamento extraordinário para transpor a Serra

60 Os dados do IBGE apresentam uma projeção menor. Calculado em 2010, afirma que havia 218 mil habitantes em Itaboraí e projeta 227 mil habitantes para o ano de 2014. In:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=330190&search=rio-de-janeiro%7Citaborai%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>

61 Jornal *O Globo* de 09 de janeiro de 2011.

62 FIRJAN. 2008.

63 “Ademais, a crescente demanda por água em virtude do crescimento natural da população vem incentivando as práticas degradacionais. A implementação do COMPERJ à montante da barragem de Imunana e em ambiente de notória importância à manutenção do equilíbrio ambiental fluvial tende a acentuar esta degradação, bem como sobrecarregar a demanda de água na localidade, que tem apresentado fortes indícios de que, futuramente, sofrerá com problemas de cunho hídrico, como o que ocorreu em 2002” (NASCIMENTO: 2012, p. 344)”

dos Órgãos; o Guandu por abastecer a RMRJ já se encontra saturado; a construção da barragem no Rio Guapiaçu afetaria sensivelmente as UCs à jusante, sendo assim considerada de grande risco ambiental; e a opção de captação de água no reservatório de Juturnaíba demandaria estudos do hidrograma ecológico da bacia do rio São João, já que hoje ainda não existem dados que permitam a autorização da captação daquele reservatório. (MOYSÉS, 2011, p. 7)

Trocando em miúdos a escolha do município de Itaboraí para a instalação do Comperj demandará uma total reestruturação dos recursos hídricos da região. A construção de uma barragem afetará diretamente as Unidades de Conservação e os trabalhadores que vivem dos manguezais. A utilização do Rio Guandú implicará em disputar com o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. A realização das obras de drenagem (devido aos manguezais da região), aliada à destruição das matas ciliares e a ocupação e impermeabilização do solo desencadearam na região um imenso processo de desequilíbrio e degradação ambiental (NASCIMENTO: 2012); isto somente com relação à disputa pelos recursos hídricos. Obviamente que os trabalhadores de Itaboraí continuarão sem os devidos serviços de tratamento e saneamento de água e esgoto. O problema para os moradores da região serão os “resíduos” que o Complexo jogará na natureza, especialmente nos rios, da região.

O estudo ainda acrescenta que deveriam ser incluídas as substâncias que serão empregadas nos processos petroquímicos, já que o COMPERJ também realizará essa atividade, além do refino, esclarecendo se o petróleo pesado de Marlim não terá um potencial maior de impacto ambiental, com compostos mais complexos e persistentes, já que demanda maior tratamento e por ser um processo pioneiro de refino. Portanto, é possível haver subprodutos e resíduos com riscos potenciais não previstos nos efluentes descartados. (MOYSÉS, 2011, p. 8)

É importante lembrar que a região da Baía de Guanabara é historicamente conhecida por uma série de acidentes envolvendo a petrolífera brasileira e suas empresas adjacentes. Como exemplo, podemos destacar o acidente da Refinaria Duque de Caxias, em janeiro de 2000, com mais de um milhão de litros de óleo combustível despejados na Baía e o acidente da Ferrovia Centro Atlântica, em abril de 2005, quando cerca de 60 mil litros de óleo diesel atingiram o Rio Caceribu. (VIANA *apud* MOYSES, 2011)

A escolha da região, segundo a opinião de técnicos ambientalistas, é uma das piores possíveis. Apesar de outras duas cidades terem sido cotadas inicialmente (Campos e Itaguaí) a proximidade de Itaboraí com a Baía de Guanabara, com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e com a Bacia de Campos determinaram a instalação da obra, atropelando laudos de técnicos ambientais que se inclinavam para a instalação do Comperj em outras regiões.

Na localidade de Itaboraí, observam-se duas UCs (Unidades de Conservação) em um raio de 10 km (dentre elas a APA Federal de Guapimirim a 6 km) e seis UCs no raio de 20 km (dentre elas a ESEC Federal da Guanabara a 11 km). Além dessas UCs, é importante ressaltar que na localidade de Itaboraí ainda se encontra a APA Municipal de Guapi-guapiacu, sob administração da Prefeitura de Guapimirim. Todas essas UCs citadas compõem o MMACF (Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense). A opção de Itaboraí, do ponto de vista ambiental, dessa maneira, seria a mais imprópria. (MOYSÉS, 2011, p. 4)

Mesmo a questão da licitação ambiental para construção da refinaria é um episódio dramático. Há uma Ação Civil Pública contra a FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente), Petrobrás e Ibama, de número 1.30.003.000055/2006-07, apresentada pelo Ministério Público que, além de denunciar o desmembramento das licitações e avaliações técnicas, acelerando a construção e comprometendo todo o investimento, evidencia um alinhamento entre a fundação ambiental e o empresariado diretamente interessado na construção do Comperj:

Retornando ao depoimento do biólogo Breno Herrera, este acrescenta que a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) contratou e pagou os salários da maior parte do corpo técnico responsável pelo licenciamento no estado: a FEEMA, criando assim profundas implicações éticas sobre a independência necessária entre o licenciador ambiental e os agentes do capital industrial. (MOYSÉS, 2011, p. 10)

Apesar das suspeitas sobre a neutralidade ética da ciência, vejamos os argumentos que estes sempre bem dispostos cientistas apresentam em seu relatório para a escolha do município de Itaboraí:

“esta localização foi a que proporcionou o melhor aproveitamento da logística

existente, mais competitividade para a cadeia produtiva e maior inclusão social, já que distribui benefícios para um número maior de municípios do estado”⁶⁴
(COMPERJ *apud* DIAS, SOUZA, MAIA e BERZINS, 2013).

A questão logística, a maior competitividade e a captação de *royalties* por mais prefeituras – a cômica justificativa ambiental - escondem uma característica da indústria petroquímica que é a enorme quantidade de capital fixo. Justamente por se tratar de um capital gigantesco que será imobilizado é que as questões relativas ao lugar do empreendimento se tornam tão decisivas.

Outra característica da indústria brasileira de refino é a elevada concentração espacial. Sua constituição visou à otimização do conjunto do parque de refino, majoritariamente operado pela Petrobrás. Dessa forma, as economias de escala na produção puderam ser maximizadas enquanto, simultaneamente, eram minimizadas as deseconomias de escala na distribuição, alocando-se a capacidade de refino próximo aos principais centros consumidores. Não havendo concorrência entre as refinarias, o objetivo sempre foi operar o parque de refino de modo a minimizar o custo total de abastecimento, ou seja, não gastar petróleo para transportar petróleo. (DIAS, SOUZA, MAIA e BERZINS, 2013, p. 160-1)

A razão ecológica apresentada pelo relatório omite, por exemplo, os estudos que prevêem um aumento da chuva ácida nos Parque Nacional da Serra dos Órgãos e o Parque Estadual dos Três Picos, ambos localizados ao norte da obra, por conta do regime de ventos que irá soprar na área do Comperj. Tampouco nos explica que ao sul do empreendimento se localiza a Área de Preservação Ambiental (APA) Guapimirim e a Estação ecológica Guanabara.

A preocupação com a questão ambiental foi tão superficial que o processo de licenciamento do maior investimento industrial do Rio de Janeiro durou apenas um ano e dois meses, menos da metade do tempo médio de expedição de licenciamento para obras

64 Segundo estudo realizado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), os fatores que foram elencados para escolha dessa localidade foram, “para a escolha dos municípios de Itaboraí (UPB e UPAS) e São Gonçalo (CEPL), contribuíram o posicionamento logístico – a proximidade do Porto de Itaguaí, dos Terminais de Angra dos Reis, das Ilhas D’Água e Redonda e do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro – e a proximidade com demandantes de produtos de segunda geração, além das sinergias com a Reduc – Refinaria de Duque de Caxias, e com as plantas da Rio Polímeros, Suzano e Cenpes – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás”. *COMPERJ – Potencial de Desenvolvimento Produtivo*. Sistema Firjan, maio de 2008, p. 7.

de grande porte (DIAS, SOUZA, MAIA e BERZINS, 2013). Atropelar os processos de investigação técnica sobre os impactos ambientais, parece ser uma marca dos governos recentes:

O número recorde de licenças ambientais em 2008 (467 licenças, cem a mais que em 2007), 70% das quais expeditas após a entrada de Carlos Minc no Ministério do Meio Ambiente, revela que o Governo Lula e o atual governo Dilma têm buscado uma aceleração da liberação de licenças das obras do PAC a qualquer custo. (DIAS, SOUZA, MAIA e BERZINS, 2013, p. 162-3)

Apesar de não serem apresentados nos relatórios oficiais, os problemas ambientais envolvidos são graves. A utilização dos recursos naturais, com uma reconfiguração ampla da estrutura hídrica da região, aliada à expulsão dos trabalhadores que se utilizam destes meios para produzir, geralmente vinculados à pesca e à coleta de caranguejo, segue o padrão de “acumulação via espoliação” (HARVEY: 2008) que os grandes capitais realizam permanentemente. A preservação ambiental para a pesca e a cata tradicionais, é uma necessidade, uma forma de manter tal atividade produtiva. Junto a ela, a manutenção de uma região farta de recursos hídricos era também uma pré-condição para estas formas tradicionais de produção⁶⁵. Os avanços da indústria petroquímica, dirigidos pelas principais empresas do setor, foram os principais responsáveis pelo contínuo deslocamento desses trabalhadores de suas atividades, literalmente espoliando os meios de produção do qual dependiam.

Antes do ano 2000, os pescadores artesanais ocupavam 78% do espelho d'água na Baía; hoje, ocupam apenas 12%. Até este mesmo ano, havia aproximadamente entre 22 a 23 mil famílias vivendo da pesca direta ou indiretamente, pertencentes a 5 colônias (Z8 [Niterói e São Gonçalo], Z9 [Magé], Z10 [Ilha do Governador], Z11 [Ramos] e a antiga Z15 [Caju]) número que se reduz atualmente a 6 a 9 mil famílias. Capturavam-se, à época, 400 quilos de pescado por dia, enquanto o que se captura agora, com redes do mesmo comprimento e nos mesmos locais de pesca, 20 quilos, o que configura uma queda superior a 80% do índice de captura do pescado. (ANDERSON Apud DIAS, SOUZA, MAIA e BERZINS,

65 Apesar de serem tradicionais, estas formas não são obsoletas, ou desimportantes para a região. “A Baía de Guanabara, conforme reportagem do Jornal O Globo, ainda é responsável pela grande maioria dos pescados no Rio de Janeiro: tanto pela atividade de pesca ainda existente no seu interior, como também por ser berçário de peixes capturados em alto mar”. (DIAS, SOUZA, MAIA e BERZINS: 2013, p. 166)

As transformações espaciais que ocorriam, centralizando e concentrando os meios de produção e a riqueza da região nas mãos de poucas empresas petrolíferas, impactaram profundamente a continuidade dessas formas tradicionais de trabalho. Inúmeros conflitos foram registrados por organismos e associações dos trabalhadores do mar e do mangue. Os anos 2000 representam um marco na luta desses trabalhadores contra o avanço dos empresários do petróleo. E isto por que, no dia 18 de janeiro de 2000 ocorreu o vazamento de 1,3 milhões de litros de óleo do duto que liga a Refinaria de Duque de Caxias ao terminal da Ilha D'água. A enorme mancha de óleo, de cerca de 50 Km², atingiu 54 praias e mangues e a pesca na Baía foi suspensa por mais de 30 dias. Isso implicava o fim de todo o rendimento de mais de 20 mil famílias.

A Petrobrás não indenizou os milhares de pescadores artesanais impactados, que perderam sua fonte de renda, além de, ainda hoje, haver presença de grande volume de óleo nos manguezais. O diretor da Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (Apedema) Sérgio Ricardo, em audiência pública sobre o acidente realizado no Conselho Estadual de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (CREA/RJ, 2000), defendeu, à época, que o dinheiro proveniente da multa imposta à Petrobrás fosse gerido democraticamente pela comunidade e suas entidades representativas, o que não ocorreu, resultando no empobrecimento de milhares de famílias de pescadores artesanais. A Petrobrás não foi punida e, depois de dez anos, o crime foi considerado prescrito. (DIAS, SOUZA, MAIA e BERZINS, 2013, p. 167-8)

O crime prescrito era a sentença que o Estado dava não à Petrobrás, mas aos trabalhadores da pesca. O passo firme do desenvolvimento não deveria ser desviado e isso implicava a expulsão desses pescadores da área que seria cada vez mais destinada à indústria petrolífera. É deste conflito que surgem algumas associações de trabalhadores, entre elas a AHOMAR (Associação de Homens e Mulheres Trabalhadores do Mar)⁶⁶, organização que ficou reconhecida internacionalmente por denunciar os crimes

66 Segundo Alexandre Anderson, presidente da AHOMAR: "Está se matando não só um ecossistema, mas aqueles que vivem do ecossistema, que são os pescadores. Alguns são mortos por depressão, outros por ter que fugir e mudar seu jeito de vida, e outros mortos a bala. Hoje nós conseguimos quebrar uma barreira histórica. Parte do mundo já tem conhecimento dos crimes que estão ocorrendo na baía de Guanabara nos conflitos com a Petrobras." In:

ambientais praticados pela Petrobrás e pelo Estado brasileiro.

Em 2009, um ato político realizado pelos pescadores artesanais ocorreu quando, em decorrência das obras do Comperj, estavam sendo colocados 2 km de oleodutos às margens das praias de Magé, no fundo da Baía de Guanabara, em uma profundidade que inviabilizava a circulação das pequenas embarcações de pescadores artesanais da região por todo esse trecho. Ao procurar estabelecer um diálogo com a Petrobrás sobre tal problema, os pescadores artesanais descobriram que este empreendimento ainda carecia de licenciamento próprio. A instalação dos dutos continuava, e, como forma de lutar por seus direitos, pescadores da AHOMAR impediram fisicamente a continuidade das obras durante um período de 38 dias, através de uma barqueata, estacionando seus barcos permanentemente sob os oleodutos, resistindo inclusive a violentas investidas das forças de Segurança Pública, através do Grupamento Aeromárítimo da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Após esse longo período, as obras foram finalmente embargadas. Posteriormente, houve a execução de um pescador, diretor da AHOMAR. (DIAS, SOUZA, MAIA e BERZINS, 2013, p. 168)

Tão tradicional quanto o modo de trabalhar dos pescadores são os mecanismos de repressão do capital e seu Estado. Existem relatos de trabalhadores que foram amarrados em seus barcos e afundados. Muitos foram mortos e hoje uma das principais referências da associação está sob o programa de proteção à testemunha.⁶⁷ Os trabalhadores vinculados à cata de caranguejo, moradores da Comunidade de Itambi, também sofrerão as agruras do desenvolvimento:

Contudo, com a entrada do COMPERJ na região, a Comunidade de Itambi será des-re-territORIZADA de seu lugar de vida para blocos de prédio distantes dos manguezais. A população de caranguejeiros, entretanto, desde o início da pesquisa sempre careceu de informações sobre tal mudança e, a partir de relatos dos próprios moradores da comunidade, tal situação foi apenas comunicada, não tendo havido nenhuma consulta prévia. Assim que as audiências públicas serviram estritamente para comunicar as decisões e a aparente abertura da participação da sociedade civil e da população diretamente envolvida em projetos de modernização é basicamente formal, ainda muito distante de projetos de gestão

http://www.polopetroquimicodeitaborai.com.br/novo/index.php/noticias/comperj/noticias-do-comperj/510-pescadores-pedem-socorro.html#.UFI_xeLqfHI

67 “Manifesto de Repúdio pelo Assassinato dos Pescadores da AHOMAR”. *Justiça Global Brasil*. 29/06/2012. In: <http://global.org.br/programas/manifesto-de-repudio-pelo-assassinato-dos-pescadores-da-ahomar/>

participativa. (MOYSÉS, 2011, p. 5)

Todo o processos de alteração das relações sociais e naturais da região que o desenvolvimento da indústria petrolífera acarreta, especialmente em seus aspectos destrutivos, são acompanhados por uma ampliação dos mecanismos de controle do capital sobre o trabalho, ou, em outras palavras, do empresariado sobre a sociedade. Um investimento como o Comperj, que já ultrapassou os 35 bilhões de reais, que contempla a construção de uma unidade de refino com capacidade para mais de 330 mil barris por dia, além da instalação de centenas de indústrias petroquímicas que precisam da matéria-prima derivada do petróleo (estima-se que mais de 500 empresas se instalarão no local), implica uma forte organização do controle sobre os processos de trabalho e sobre os trabalhadores.

Os projetos vinculados alteram toda a região do leste fluminense. Isto porque as construções não param na refinaria. Os investimentos que estão sendo realizados se desdobram em mais dois eixos, afora a construção do complexo. Por um lado a Petrobrás realizará uma série de investimentos na produção, ampliando a indústria petrolífera, tais como: i) o Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás), que inclui a ampliação da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), a instalação da linha de duto ligando Cabiúna-Reduc; ii) a implantação de dutos e ampliação dos terminais da Ilha Comprida e Ilha Redonda; e, iii), a construção de um Terminal de Gás Natural (GNL) na Baía de Guanabara. Por outro lado, visando acelerar os processos de circulação das mercadorias necessárias ao processo produtivo e para diminuir o tempo dos produtos finais chegarem a seus mercados, serão construídos o Arco Rodoviário Metropolitano – uma grande via com 145 km de extensão, ligando a Baía de Sepetiba a Itaboraí – e o Porto de Itaguaí, para escoar a matéria-prima⁶⁸.

A dimensão do empreendimento obriga a que o controle sobre a produção se expanda, realizando as obras no tempo determinado. Justamente para modernizar e ampliar o controle sobre os trabalhadores da região (e os que se instalarão por lá) é que criou-se o Conleste, o Consórcio do Leste Fluminense.

O Conleste é um consórcio intermunicipal, criado em outubro de 2006, reunindo à época as prefeituras de 11 municípios fluminenses: Itaboraí, São Gonçalo, Niterói,

68 DIAS, SOUZA, MAIA e BERZINS: 2013.

Maricá, Tanguá, Magé, Guapimirim, Rio Bonito, Silva Jardim, Casimiro de Abreu e Cachoeiras de Macacu. Em 2009, o município de Saquarema passou a integrar o consórcio, seguido, em 2010, por Teresópolis, em 2011, por Araruama e em 2012, por Nova Friburgo. Diferentemente dos convênios, os consórcios são acordos celebrados entre pessoas públicas do mesmo nível de governo. Dos consórcios celebrados entre pessoas públicas, os mais comuns são aqueles pactuados entre municípios. O Conleste é um consórcio intermunicipal, dotado de personalidade jurídica de direito privado, cujos lucros eventuais não são repartidos entre os associados, mas reaplicados integralmente nas atividades-fim, e sujeita-se às normas civis aplicáveis a toda e qualquer associação civil, mas a peculiaridade de ser constituído por pessoas públicas, faz com que as normas de direito público aplicáveis aos municípios consorciados (como realização de concurso público e licitação) sejam igualmente exigidas do consórcio, entidade civil (Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam. Unidade de Políticas Públicas – UPP, 2001). (GASPAR, 2012, p. 4)

A chamada área de influência do empreendimento engloba duas grandes zonas. Uma chamada de Região de Influência Direta (RID) que congrega os seguintes municípios: Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Rio Bonito, São Gonçalo e Tanguá. E a chamada Região de Influência Ampliada (RIA) que congrega os municípios de: Casimiro de Abreu, Duque de Caxias, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Rio de Janeiro, Saquarema, Silva Jardim, Teresópolis, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti, Araruama, Arraial do Cabo, Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia.

O mapa abaixo nos demonstra a relação entre a constituição de uma região – Leste Fluminense – e a constituição de um complexo industrial como o Comperj.



Área de Influência do Comperj. FONTE: Ricardo Marinho. 2012.

O Conleste servirá de administrador dos interesses da indústria petroquímica na região, orquestrando a disputa pelos investimentos que ocorrerão e suas consequências. Para além dos interesses de refino do petróleo pesado da Bacia de Campos, há imenso interesse das empresas chamadas de “terceira geração”, que irão transformar os produtos petroquímicos de segunda geração em bens de consumo, tais como componentes para as indústrias automobilística, de eletrodomésticos, materiais cirúrgicos, embalagens, tintas, ceras, etc. Gerando uma multiplicidade de empresas de pequeno e médio porte. Em estudo elaborado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) são apresentados dois cenários possíveis para a atração das empresas de “terceira geração”. Num primeiro cenário, denominado “conservador”, estima-se que 362 empresas se instalem na área de influência do empreendimento, gerando cerca de 15 mil novos postos de trabalho direto nestas indústrias. Já no cenário “otimista”, estima-se que 724 novas indústrias do setor de material plástico se instalem no estado, gerando diretamente 31 mil novos postos de trabalho. Isto significa cerca de 13 bilhões de reais em valor adicionado pelas novas indústrias na região. O que nos leva a crer que serão disputados palmo a

palmo pelas prefeituras e micro empresários locais .

Os interesses envolvidos são enormes. Apenas a realização da terraplanagem custou cerca de 820 milhões de reais, e a obra foi realizada pela histórica parceira da

Petrobrás, a Odebrecht⁷⁰ . O faturamento estimado inicialmente é de 5,8 bilhões de dólares/ano, divididos em 62% de petroquímicos básicos e 38% de petroquímicos associados, ou seja, cerca de dois quintos do faturamento serão dos empreendimentos voltados para as empresas de terceira geração^{71 72} . Ainda sobre os investimentos na região:

Anualmente, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) elabora uma pesquisa junto aos investidores públicos e privados sobre as intenções de investimentos no estado. A última edição da pesquisa, publicada em 2010 e referente aos projetos anunciados até o mês de julho de 2009, compila valor de investimentos da ordem de R\$ 126 bilhões em mais de 100 projetos. O estudo da Firjan identifica 4 “eixos de desenvolvimento” no estado: eixo Sepetiba (portos, rodovias e indústrias), eixo Norte (Bacia de Campos e Complexo Logístico do Açú), eixo Sul (Usina Nuclear Angra 3). O eixo leste está apoiado na construção do Comperj. O desenvolvimento que pode ser induzido na região, de acordo com esta pesquisa, não se limita a indústria de fabricação de materiais de plástico. Há perspectiva de um amplo espectro de investimentos no setor de serviços de apoio, além de oportunidades no setor terciário e na construção civil. Cabe destacar, também, a construção do Arco Metropolitano, rodovia que ligará o Comperj ao Porto de Itaguaí (GASPAR, 2012)

69 Relatório de Impacto Econômicos – Comperj. Estudo Firjan. 2008.

70 “Comperj finaliza a maior terraplanagem da história”. Revista Manutenção e Tecnologia. 13/06/2011. In: http://www.revistamt.com.br/index.php?option=com_content&task=viewMateria&id=668

71 É importante notar o nível de faturamento das empresas de terceira geração (38% de 5,8 bilhões de dólares/ano, portanto um pouco mais que 2 bilhões dólares/ano), uma vez que uma das principais empresas que atuam neste setor é a chamada Braskem, de propriedade da Odebrecht. É no mínimo curioso o quanto que a Odebrecht está interessada na realização desse empreendimento uma vez que: 1) ela é uma das principais empresas responsáveis pela construção do Complexo Petroquímico; 2) que a empresa Braskem, de sua propriedade, é uma das principais interessadas nas atividades de terceira geração do mesmo complexo; e, 3), tanto a Petrobrás detém uma participação acionária da Braskem, quanto a Odebrecht e própria Braskem detém grande participação acionária na Petrobrás.

72 Também em agosto de 2013, foi realizada a licitação para a construção da Unidade de Recuperação de Enxofre (URE), empreendimento que custará cerca de 560 milhões de reais e será realizado pelo consórcio das empresas Queiroz Galvão Óleo e Gás (QGOG), IESA, Tecna e Galvão. Esta licitação, é importante lembrar, foi realizada pela segunda vez, uma vez que a empresa que anteriormente havia sido contratada para realizar o empreendimento (naquele momento avaliado em cerca de 530 milhões de reais) era a DELTA construções, propriedade de Carlos Cachoeira. Porém, após os escândalos de corrupção, a Petrobrás rescindiu do contrato. <http://www.petronecias.com.br/archives/34476>

É da necessidade de controlar e garantir os investimentos que foram e serão realizados, que surge a necessidade de um consórcio entre as prefeituras afetadas direta e indiretamente. Mas as estratégias empresariais de controle não serão apenas estas.

Uma das formas de empresas ampliarem a captação de recursos são as garantias que elas “recebem” de agências fiscalizadoras internacionais, como o caso da ISO. Um dos critérios exigidos para a obtenção do ISO 14000 – uma norma internacional sobre Gestão Ambiental (SGA) – **é a constituição de fóruns e comitês populares, assegurando, senão a qualidade ambiental da produção, ao menos o controle da empresa sobre os trabalhadores da região.** Este ISO, uma vez conquistado, amplia os focos de investimento nos mercados de capitais em que a empresa negocia seus papéis. Foi focado nisso que a Petrobrás construiu o Fórum Comperj.

O Fórum Comperj é presidido pelo governador e dele participam, como parceiros institucionais, todas as secretarias do Estado, todas as prefeituras dos municípios integrantes do Conleste, a Assembléia Legislativa, o Ministério das Cidades, o BNDES, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras S.A. (GASPAR, 2012, p. 6)

Formalmente construído para discutir e propor sugestões para os problemas sócioambientais que o complexo petroquímico acarreta, o fórum é presidido pelo governador do Estado e sua finalidade parece ser outra. Em entrevista sobre os Fóruns e sua importância no processo um representante do SindPetro deixa bastante claras as razões da criação de tal empreendimento ⁷³ :

“EM: a Petrobras precisava dar uma resposta à ISO 14000 , que dizia que para ter negociado na bolsa de valores de Nova York ações, você tem que fazer esta pesquisa e garantir a participação popular, a aprovação, na verdade, aprovação popular neste projeto.

“N: Esses conselhos comunitários surgiram então com o apoio da Petrobras?”

“EM: Sim, com o apoio da Petrobras. Inclusive com dinheiro.”

“N: Com dinheiro da Petrobras?”

“EM: Através de ONGs de meio ambiente. Então, ela aproveitou isso

73 Entrevista com Edson Munhoz, Coordenador da Secretaria Jurídica do Sindipetro – RJ, Secretário de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT-RJ) e Coordenador Geral do Concrecomperj. Entrevista realizada no âmbito do projeto Observatório do Pré-sal/Ibase, em abril de 2011 por Natalia Gaspar.

também porque não havia nesses locais a Agenda 21 na maioria deles, com exceção de 2 ou 3 municípios. Ela criou a Agenda 21 para facilitar a aprovação de um PLDS [Plano Local de Desenvolvimento Sustentável] que facilitasse o interesse da Petrobras. A Petrobras uniu a necessidade que ela tinha de fazer com que houvesse, por parte da comunidade, o controle social. Ela era obrigada a ter esse controle social. Que pra ela, na verdade, o que interessava, era a participação desse pessoal para referendar. Onde, nos momentos em que realmente houve participação popular, e que se bateu de frente com a Petrobras, ela mostrou a verdadeira face dela, que era de usar como massa de manobra, usar pra assinar embaixo o projeto dela, as comunidades”. (2011 apud GASPAR, 2012, p. 15)

Obviamente que mesmo nos lugares em que a Petrobrás era contrariada, seus interesses continuavam garantidos. Isto porque os centros de decisão não estavam aí. Além disso, os interesses distintos das organizações que compunham o Fórum eram por si só eficientes em forjar um norte moderado e mesmo dependente do desenvolvimento das obras. Organizações como ONGs, associação de moradores, rotary clubes, maçonaria, centro espírita, etc.⁷⁴ compunham este espaço ao lado de organizações partidárias de esquerda, sindicatos e movimentos sociais combativos. Mesmo as articulações que poderiam ser feitas a partir dos Fóruns estavam comprometidas, pois seriam diretamente fiscalizadas pela empresa.

Os mecanismos de “participação popular” se transformam, no mercado de ações, em segurança para investimentos futuros. Quanto maior o controle e aceitação dos projetos de investimentos pelos trabalhadores locais, maior a segurança de que eles serão realizados, valorizando os possíveis lucros futuros do empreendimento.

Muitas organizações passaram a se reunir neste fórum para poder barganhar uma maior participação na distribuição das riquezas aplicadas. Patronais de pequenos comerciantes, profissionais liberais e associações de moradores passaram a compor estes espaços aceitando-o como legítimo fórum popular, que, por sua vez reforçava a credibilidade da Petrobrás como empresa segura social e ambientalmente.

3.2.As lutas operárias.

74 Idem.

O conjunto de lutas operárias realizadas ao longo da construção do pólo petroquímico acompanhou as flutuações inerentes à construção de um mega empreendimento. Uma quantidade exorbitante de empresas⁷⁵ se articularam desde a concepção do projeto até a realização das obras gerando inúmeros conflitos entre as empresas com relação à prazos, custos, financiamento e conflitos com os trabalhadores. O movimento geral das lutas dos operários se entrelaça com o movimento geral de acumulação e centralização de capitais. O momento em que os capitais se desenvolvem produtivamente é o momento em que se acentuam as greves com ganhos reais de salário. No caso da construção civil, por terem os mais baixos salários dentre o operariado, aumentam mais rapidamente que outras frações. O número greves na construção aumenta vertiginosamente e se espalha por todos os estados nacionais⁷⁶. O aumento real dos salários (acima da inflação) acompanhou o movimento de forte acumulação de capitais⁷⁷, chegando ao ápice no ano de 2010 de aumento real de salários no conjunto das indústrias no Brasil⁷⁸. O setor da construção civil especificamente alcança em 2012 a marca de 100% das unidades conseguirem aumento real de salários⁷⁹. Esse período ascendente de acumulação dos capitais produtivos – muitos que possuem como principal mercado os investimentos do Estado – seria seguido por um período recessivo de diminuição drástica dos investimentos estatais. O cenário recessivo, com grande número de demissões, apresenta um cenário distinto para as greves e ações sindicais. A recontração de trabalhadores demitidos, o pagamento de direitos, etc., são inseridos na tradicional pauta salarial. O momento da viragem econômico-política, de uma tonalidade ascendente de acumulação dos capitais produtivos para uma descendente, é o momento em que se aguçam as lutas operárias no Comperj. Momento em que mesmo as

75 Em 2011 já eram mais de 24 empresas contratadas para a construção e participação no complexo. Vide: “Comperj – Cronograma, Contratos e Empresas” in: *Techonews*, junho de 2011. In: <http://www.technonews.com.br/2011/newpetroleoegas.php?corpo=conteudopetroleoegas.php&tabela=tabram03&pg=2&cod=45>

76 “Trabalhadores da Construção pedem reajuste de até 20%”. In: *Valor Econômico*. 25/3/2011.

77 “O melhor desempenho do setor, nos últimos 24 anos, foi alcançado em 2010, quando registrou taxa de crescimento de 11,6%. Este resultado decorreu de uma combinação de fatores: aumento do crédito, queda das taxas de juros, programas de investimentos públicos em infraestrutura, redução de impostos, aumento da renda dos ocupados e da massa de salários”. *Estudo Setorial Construção Civil DIEESE de 2012*. In: <https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2012/estPesq65setorialConstrucaoCivil2012.pdf>

78 Balanço dos reajustes salariais: 2015. Balanço DIEESE. In:

<http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2015/estPesq75balancoReajustes2014.pdf>. O maior reajuste registrado neste ano foi de quase 11% acima da inflação, sendo a média de 1,66% de aumento acima da inflação.

Este também foi o ano que a construção civil mais cresceu, alcançando 11% de aumento em todos os investimentos.

79 Idem. <http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2015/estPesq75balancoReajustes2014.pdf>

organizações tradicionais, como o sindicato, foram profundamente questionadas e uma organização autônoma dos trabalhadores (o Movimento Acorda Peão) se transforma na principal referência dos trabalhadores ao longo das greves de 2014. Este ano coincide com o mais baixo índice de aumento salarial e menor PIB desde a crise de 2008/09⁸⁰. Neste mesmo ano, os conflitos pela direção da luta dos trabalhadores chegou ao extremo de dois operários serem baleados por seguranças que, suspeita-se, tenham sido contratados pelo próprio sindicato. A situação é levada ao paroxismo no ano de 2015 em que, devido as fortes implicações da investigação aberta contra a Petrobrás em 2014, chamada operação Lava-Jato, e à queda brusca do valor do petróleo internacionalmente (saindo de mais de 100 US\$ o barril em 2013 para pouco mais de 50 US\$ em 2014/15), a Petrobrás anuncia que não fará mais investimentos no Comperj. Milhares de trabalhadores estão sendo demitidos e lutam para que seus direitos trabalhistas sejam garantidos. Para entendermos melhor este processo, apresentaremos as causas e as consequências da Operação Lava-Jato.

3.2.1. Causas e Consequências da Operação Lava-Jato para as Obras da Petrobrás.

⁸¹
“Quando ficar pronta, esta obra vai mudar a história do Rio de Janeiro e da Região”
Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobrás, sobre o Comperj

“Não temos uma data explicitada, mas entendemos que naquela refinaria [do Comperj] estamos com 86% do cronograma físico concluído e não teria cabimento deixar um ativo como aquele se depreciar. Vamos fazer um esforço para concluir”
Aldemir Bendine, atual presidente da Petrobras.

Diferentemente de outras indústrias no Brasil, a petroquímica teve um movimento ascendente regular ao longo das últimas décadas⁸² e, como dissemos mais acima, a Petrobrás chegou a ser a terceira maior empresa do setor e a quarta maior empresa

80 Idem. In: <http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2015/estPesq75balancoReajustes2014.pdf>

81 “Primeiras estacas dão início à obra do Comperj”. *Valor Econômico*. 27/08/2010.

82 *Petróleo e Gás*. In: Perspectivas de Investimento em 2013. BNDES. Presente em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv_perspectivas/02_Perspectivas_do_Investimento_2010_13_PETROLEO_E_GAS.pdf

mundial⁸³ em 2010. Isto gerou o interesse de muitos outros capitais, diretamente, buscando obter ações e lucros; e indiretamente, como fornecedores de produtos e serviços para a empresa. Estes dois modos de manifestação dos interesses de outros capitais sobre os lucros gerados a partir da Petrobrás são decisivos para entendermos a trama recente que levou à total paralização do Comperj.

Deflagrada em março de 2014 a chamada Operação Lava-Jato – a operação têm⁸⁴ como primeiro foco as atividades de um posto de gasolina e por isso leva este nome – tinha, inicialmente, a finalidade de investigar um esquema de lavagem de dinheiro. A doação de um carro no valor de 250 mil reais de Alberto Youssef, um dos principais suspeitos, para o então diretor Paulo Roberto Costa, fez com que o escopo da investigação se ampliasse para a relação entre o doleiro e algumas empresas fornecedoras da Petrobras.

Em uma busca e apreensão na casa de Roberto Costa a polícia federal prende-o com a acusação de tentar destruir documentos. Entre idas e vindas da prisão, em agosto de 2014, Costa concorda em realizar uma delação premiada – depoimento visando a diminuição da pena – na qual apresenta um esquema de propina envolvendo as empreiteiras e a Petrobrás; e favorecimentos partidários envolvendo o PT, PMDB, PP⁸⁵. A partir de então a operação Lava-Jato se desdobra em outros foros e passa a investigar também as empreiteiras⁸⁶. Em dezembro do mesmo ano o Juiz cotado para o caso aceita as denúncias contras as empreiteiras envolvidas na Operação. Dois executivos e o vice-presidente da Engevix se tornam réus:

Ao instaurar mais uma ação penal do caso Lava-Jato, Sergio Moro [o Juiz,] disse que "a presente ação penal tem por objeto uma fração desses crimes, especialmente aqueles praticados por empregados e dirigentes da empreiteira Engevix Engenharia S/A". Relata a denúncia que a Engevix teria logrado sair-se vencedora, individualmente ou em consórcio com outras empreiteiras, em obras

83 “Com capitalização, Petrobrás passa a ser a 4a maior empresa do mundo”.

84 “Entenda a Operação Lava-Jato”. In: *Folha de São Paulo*. 10/11/2014. Presente em:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml>.

85 A dimensão do esquema de propinas, obviamente, é muito maior envolvendo quase todos os partidos políticos brasileiros.

86 “Para ele, cabe ao Supremo investigar apenas deputados federais e senadores citados pelo delator Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras. Já novos inquéritos sobre pessoas e empresas sem prerrogativa de foro ficariam sob o cuidado do juiz Sérgio Moro, que conduz as ações criminais decorrentes da Lava-Jato na 13a Vara Federal de Curitiba.” In: “Janot defende desmembramento da Lava-Jato”. In: *Valor Econômico*. 04/11/2014.

contratadas pela Petrobras referentes à Refinaria Getúlio Vargas (REPAR), à Refinaria Abreu e Lima (RNEST), Refinaria Landulpho Alves - RLAM, Refinaria Presidente Bernardes - RPBC, Refinaria Paulínea - REPLAN, Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, e Refinaria Gabriel Passos –
87
REGAF".

Desde março de 2014⁸⁸, quando Youssef afirmou ter recebido 12 milhões da Camargo Correa, inúmeras construtoras passaram a ser foco da investigação. Em cinco de abril do mesmo ano, um laudo da Polícia Federal apresentou nove fornecedores da Petrobras que depositaram mais de 30 milhões de reais em uma empresa-fantasma de propriedade de Youssef, dentre elas o consórcio Engevix e EIT, Jaraguá Equipamentos, Galvão Engenharia e a OAS⁸⁹. No mesmo mês a Odebrecht se junta ao leque de empresas que teriam desembolsado para Alberto Youssef⁹⁰. Em 11 de abril a Operação Lava Jato se desdobra, literalmente, para dentro da Petrobras⁹¹. Em pouco tempo o foco da investigação dos contratos entre empreiteiras e a empresa estatal se voltou para as duas refinarias que estão sendo construídas: a Rnest (Refinaria do Nordeste, ou Abreu e Lima) e o Comperj. Em outubro dois executivos de uma empresa participante do Comperj, a Toyo-Setal, que estavam presos, realizaram um acordo de delação que culminou na prisão de outro ex-diretor da Petrobras, Renato Duque e nove empresas tiveram suas sedes vasculhadas e executivos presos: Camargo e Corrêa, OAS, Odebrecht, UTC, Queiroz Galvão, Engevix, Mendes Júnior, Galvão Engenharia e Iesa. Era a sétima fase da Operação Lava Jato⁹² :

Foram presos, entre outros, o presidente da OAS, José Aldemário Pinheiro Filho; o diretor-superintendente para a área de petróleo e gás da empreiteira, Agenor Medeiros; o presidente da UTC/Constran, Ricardo Pessoa; e o vice da Engevix,

87 “Juiz aceita denúncia contra nove acusados na Operação Lava Jato”. In: *Valor Econômico*. 12/12/2014.

88 “Entenda a Operação Lava-Jato”. In: *Folha de São Paulo*. 10/11/2014. Presente em:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml>.

89 “Empresas ligadas à Petrobras faziam repasses a políticos, indica documento”. *Folha de São Paulo*. 06/04/2014.

Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1439729-empresas-ligadas-a-petrobras-faziam-repasses-a-politicos-indica-documento.shtml>

90 “Empreiteiras repassaram R\$ 31 mi a firmas de doleiro”. *Folha de São Paulo*. 18/04/2014. Presente em:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1442380-empreiteiras-repassaram-r-31-mi-a-firmas-de-doleiro.shtml>

91 “PF faz buscas na sede da Petrobras em operação contra lavagem de dinheiro”. *Folha de São Paulo*. 11/04/14.

92 Curiosamente o nome posto pela PF nesta sétima fase, em que as empresas foram investigadas, é o *juízo final*.

Gerson Almada... O vice-presidente da Mendes Junior, Sérgio Cunha Mendes, não foi preso, como informado anteriormente pela PF. A polícia ainda não o encontrou e negocia sua entrega com os advogados do executivo. O presidente da Engevix, Cristiano Kok, foi conduzido coercitivamente para depor na PF em São Paulo. Ele, no entanto, preferiu ficar em silêncio e foi liberado. A Justiça também decretou a prisão de um integrante do conselho de administração da Camargo Corrêa, João Auler, e do vice-presidente da empreiteira, Eduardo Leite... O empresário Newton Prado Júnior, diretor técnico da empresa Engevix, foi preso no aeroporto do Recife quando embarcava para São Paulo... O Ministério Público Federal havia pedido a prisão de Márcio Faria, presidente da Odebrecht Engenharia Industrial, e de Rogério Araújo, diretor da empresa. O pedido, porém,
93
foi negado pelo juiz federal Sergio Moro.

Ainda neste mesmo depoimento, o executivo Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, da Toyo, afirmou que havia um cartel de empreiteiras atuando para fraudar licitações em contratos com a Petrobras. Este cartel era apelidado de “clube” pelos participantes. Ainda segundo o delator, o “coordenador” do clube era o empresário da UTC, Ricarco Ribeiro Pessoa e participavam do seletor grupo as empresas Odebrecht, UTC, Camargo Corrêa, Techint, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Promon/MPE e Toyo⁹⁴. Este clube, como seria revelado posteriormente em uma busca realizada na Engevix⁹⁵, participou ativamente nas decisões do Comperj:

A Polícia Federal (PF) encontrou na sede da Engevix, em Barueri, entre planilhas e anotações do chamado "clube de empreiteiras", tabelas do "Bingo Fluminense", em que 16 empresas fariam entre si itens contratuais para obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), segundo os investigadores. As
96
empresas são investigadas pela operação Lava-Jato .

Segundo o relato, o “clube” organizava a sistemática que seria adotada pelas

93 “Ex-diretor da Petrobras e cúpula de empreiteiras são presos na Lava Jato”. *Folha de São Paulo*. 14/11/2014. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548106-empresas-suspeitas-na-lava-jato-tem-contratos-de-r-59-bi-com-petrobras.shtml>

94 “Empreiteiras montaram 'clube da proprina', diz executivo”. *Folha de São Paulo*. 14/11/2014. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548466-empreiteiras-montaram-clube-com-coordenador-e-reunioes-diz-executivo.shtml>

95 “Busca na Engevix fornece indícios do 'clube de empreiteiras' do Comperj”. *Valor Econômico*. 10/12/2014.

96 Idem.

empreiteiras para lotear obras públicas. As tabelas apreendidas na Engevix

mostram um torneio com pontuação, divisão de equipes, prêmios e datas.. Nas planilhas, as obras ou contratos aparecem registrados como “prêmio” e as construtoras são as “equipes”... Em outra tabela intitulada “Mapão”, as empresas registram a divisão das obras em até 14 unidades da Petrobras... São contratos [além do Comperj,] da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), da Refinaria Getúlio

97

Vargas, no Paraná (Repar) e da Replan .

Boa parte das mesmas empresas que compõe o clube das empreiteiras, desde de 2012 alcançaram outro seleto grupo: o das empresas bilionárias. Em um período de apenas cinco anos, entre 2006 e 2010, o grupo de construtoras com faturamento superior à 1 bilhão de reais aumentou de 5 para 11 empresas. Até 2006 apenas a Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Delta Construções tinham tal faturamento. Juntaram-se a elas a OAS, Galvão Engenharia, Construcap, Mendes Júnior, ARG, Egesa e UTC. Demonstrando que a parceria e o sequestro das decisões sobre

98

obras públicas é um ótimo negócio . Ainda segundo o executivo da Toyo, o cartel fora construído para enfrentar a crise dos anos 90, quando muitas empresas estavam sendo compradas “algumas companhias discutiam situações em que poderiam ser mais competitivas e decidiram cooperar entre si como forma de se proteger” . O clube se consolida com a retomada dos investimentos em infra-estrutura nos anos 2000.

99

Em abril de 2015, o presidente da Camargo Corrêa diz, também em delação premiada, que a Odebrecht liderava o cartel. Dalton Avancini afirmou que a Odebrecht controlava a divisão das obras do Comperj. Disse também que a construtora impunha e

100

recebia os maiores volumes de contrato , imputando a ela a maior responsabilidade na partilha do complexo. Desde o início das obras, o Tribunal de Contas da União já havia denunciado os preços exorbitantes dos contratos, especialmente a terraplanagem de

101

quase um bilhão de reais . Porém esta escalada econômica das empreiteiras seria duramente prejudicada com a Operação da polícia federal.

97 Idem.

98 “Empreiteiras emergentes entram no clube do bilhão”. *Valor Econômico*. 11/01/2012.

99 “Mendonça: Clube das empreiteiras tinha regras de campeonato de futebol”. *Valor Econômico*. 23/04/2015.

100 “Presidente da Camargo Corrêa diz que Odebrecht 'capitaneava' o cartel”. *Valor Econômico*. 18/04/2015.

101 “Primeiras estacas dão início à obra do Comperj”. *Valor Econômico*. 27/08/2010.

Justamente por impedir a continuidade dos negócios, a investigação tornou a situação financeira das empresas fornecedoras da Petrobras mais difícil. A situação destas agravou-se quando a Petrobras anunciou que iria afastar temporariamente de suas licitações as empresas dos 23 grupos citados na Operação Lava Jato¹⁰². Porém, uma vez que estas empresas são os principais (quase únicos) fornecedores de serviços em engenharia e construção para a Petrobras, em um mercado extremamente centralizado por essas mesmas companhias, romper com estas empresas significava romper com todos os tradicionais fornecedores da Petrobras que atuam em quase todas as obras que estão sendo realizadas. Ou seja, todo andamento das obras, como o caso das refinarias, estaria comprometido a partir deste afastamento. Novos processos de licitação, com suas infinitas minúcias, condições, etc., teriam de ser aberto para continuar as obras, afora a dificuldade de empresas diferentes concluírem empreendimentos que foram planejados e começados por outras empresas. Em suma, o Comperj, que já havia sido protelado por mais de cinco anos, novamente veria afastar a data de sua conclusão:

Desde 2013, diversas empresas em dificuldades financeiras, entre elas companhias envolvidas na Lava-Jato, enfrentaram problemas com a Petrobras e acabaram por ter seus contratos rescindidos. Agora, a estatal terá de reliciar uma série de serviços, incluindo obras na refinaria de Pernambuco e a construção de módulos das plataformas do pré-sal. Segundo o executivo de uma empreiteira, só o contrato para o pacote de obras de interligação das unidades de produção do Comperj é estimado em R\$ 700 milhões. O bloqueio anunciado pela Petrobras gera dúvidas no mercado sobre quais empresas vão executar os serviços

pendentes.¹⁰³

As dúvidas dentre os investidores cresceram ao extremo de levar a empresa a realizar um balanço da sua situação financeira no qual os desvios de contratos, propinas e ineficiências seriam descontados dos valores realmente investidos¹⁰⁴, porém a empresa

102 Dentre elas a Alusa/Alumni, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Carioca Engenharia, Construcap, Egesa, Engevix, Fidens, Galvão Engenharia, GDK, Iesa, Jaraguá Equipamentos, Mendes Júnior, MPE, OAS, Odebrecht, Promon, Queiroz Galvão, Setal, Skanska, Techint, Tomé Engenharia e UTC. Ver: “Petrobrás Suspende negócios com 23 fornecedoras citadas na Lava Jato”. *Folha de São Paulo*. 30/12/2014. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1568689-petrobras-suspende-negocios-com-23-fornecedoras-citadas-na-lava-jato.shtml>

103 “Suspensão de empreiteiras traz incertezas a obras da Petrobras”. *Valor Econômico*. 02/01/2015.

104 “Petrobras terá que fazer reavaliação de ativos do balanço”. In: *Valor Econômico*. 17/11/14.

de auditoria que assinaria o balanço se recusou¹⁰⁵, ampliando a fuga de investidores e gerando uma série de processos contra a empresa no Brasil e nos EUA – uma vez que suas ações também são vendidas nesse país¹⁰⁶. Em janeiro de 2015 a empresa apresenta um balanço não auditado em que 88,6 bilhões de reais (naquele momento cerca de 15% de todo o patrimônio) foram investidos em obras que estavam abaixo deste valor, abrindo campo para uma imensa especulação de quanto efetivamente valiam os investimentos e quanto, desses bilhões, havia sido desviado¹⁰⁷. A situação ficou especialmente obscura no caso do Comperj em que o valor contábil do ativo chegou a zero¹⁰⁸. Denúncias da Agência Internacional de Energia (AIE) afirmam que Refinaria Abreu Lima, ou Refinaria do Nordeste, chegará a custar 3 vezes mais que a média mundial. Inicialmente cotada em 2,5 bilhões de dólares¹⁰⁹, o custo de quase 20 bilhões de dólares em que se encontra agora é equivalente a “duas ou três vezes mais que o custo de capacidade de refino semelhante que está sendo construído no resto do mundo”¹¹⁰. A animosidade dentre os investidores, claramente, se acirrou e, após a estatal rever “o aumento da curva de produção” dos próximos anos¹¹¹, a então presidente pede demissão.

Somado a isso, desde fins de 2014 o preço internacional do barril de petróleo vinha sofrendo forte baixa, saindo de quase 115 dólares em junho de 2014, para menos de 47 em dezembro do mesmo ano. O aumento da produção estadunidense de energia, baseado no xisto, uma demanda menor que a esperada na Europa e na Ásia e a recusa

105 Empresa de auditoria PricewaterhouseCoopers (PwC). Vide: “Entenda o que está em jogo na publicação do balanço da Petrobras”, in: *BBC Brasil*. 20/04/15. Presente em:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/04/150413_petrobras_balanco_entenda_ru

106 “EUA podem incluir papéis de Petrobras no Brasil em ação”. *Valor Econômico*. 28/04/2015.

107 “Valor contábil do Comperj e Rnest surpreende membros do conselho”. In: *Valor Econômico*. 29/01/2015.

108 O paradoxo do Comperj estar com ativos analisados em separado iguais à zero se explica com o fato de que, mesmo antes das instalações estarem prontas, algumas máquinas foram compradas gerando um prejuízo de mais de um billhão para evitar a deterioração de aparelhos. Ver: “Auditoria aponta prejuízo de R\$ 1 bi à Petrobras”. *Folha de São Paulo*. 05/01/2015. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570463-auditoria-aponta-prejuizo-de-r-1-bi-a-estatal.shtml>

109 “Fornecedores da Petrobras pagaram R\$ 35 milhões a doleiro”. In: *Folha de São Paulo*. 05/04/2014. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1436241-fornecedores-da-petrobras-pagaram-r-35-milhoes-a-doleiro.shtml>

110 “Refinaria Abreu e Lima custará até 3 vezes mais que no resto do mundo”. In: *Valor Econômico*. 17/06/2014.

111 É neste momento que a empresa apresenta uma queda de quase 40% em seu lucro. Ver: “Lucro da Petrobras cai 38% no 3º tri; balanço não traz perdas com desvios”. *Folha de São Paulo*. 28/01/2015. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/01/1581560-apos-dois-adiamentos-petrobras-divulga-balanco-sem-baixas-por-corrupcao.shtml>

dos países da Opep em reduzir a produção¹¹² geraram uma forte crise de superprodução, desvalorizando a unidade do barril. A queda abrupta gerou um forte impacto internacional. Países como a Venezuela, Irã e Rússia que dependem em muito das exportações viram suas receitas despencarem. A Arábia Saudita, por outro lado, resolveu enfrentar a concorrência do xisto e manteve altos índices de produção o que reforçou a queda de preço¹¹³. A maioria dos projetos de ampliação da produção pela Petrobras tinham como mínimo valor para rentabilidade o barril em 45 dólares¹¹⁴. Isto, por si, serviria para abalar os investimentos no Comperj. Não bastasse, o aumento do dólar frente ao real fez com se ampliassem as dívidas da empresa. O conjunto dos impactos sofridos levou a empresa a cancelar, provisoriamente, os investimentos nas obras de ampliação da produção e refino.

A promessa do pré-sal não fará mais da Petrobras a principal locomotiva do crescimento econômico do país nos próximos anos. No novo Plano de Negócios de 2015 a 2019,[...] a estatal vai pisar no freio na tentativa de reduzir o seu nível de endividamento. Os investimentos vão oscilar de US\$ 129 bilhões (R\$ 387 bilhões) a US\$ 141 bilhões (R\$ 423 bilhões) no período, conforme dados da própria companhia. Esse será o menor nível de investimentos desde a crise global de 2008 e representará uma queda de até 41% em relação ao Plano anterior, de 2014 a 2018, de US\$ 220,6 bilhões (R\$ 661,8 bilhões)¹¹⁵.

O corte nos investimentos era necessário para a empresa poder pagar suas dívidas ampliadas. Até 2019 a companhia terá que arcar com 643 bilhões de reais com dívidas e compromissos. Este cenário fez a empresa despencar do 30º para o 416º lugar no ranking das melhores empresas de capital aberto no mundo¹¹⁶. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a cadeia produtiva de bens de capital já sofre com a paralisação dos projetos. Somente com as construtoras vinculadas à Petrobras, os produtores de máquinas e Equipamentos têm mais de 400 milhões de reais para receber.

112 “Preço do petróleo acumula perdas de 60% desde junho de 2014”. *GI*. 16/01/2015. Presente em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/entenda-queda-do-preco-do-petroleo-e-seus-efeitos.html>

113 “Quem ganha e quem perde com a queda do preço do petróleo?”. *BBC News*. 17/10/2014. Presente em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/10/141014_petroleo_perde_ganha_pai

114 “Estatal atrasa plano de negócios e revê crescimento da produção”. *Valor Econômico*. 30/01/2015.

115 “Investimentos da Petrobras devem cair até 41%”. *Valor Econômico*. 09/05/2015.

116 *Idem*.

“O volume de pedidos novos está quase zerado. Hoje, as companhias estão vivendo de reposição e manutenção de peças. Esse freio da Petrobras será muito ruim para a indústria nacional e para a economia como um todo, pois a Petrobras responde por metade dos bens de capital (máquinas) comprados no país. Como serão feitas encomendas se as refinarias estão paradas?”, questiona Velloso [presidente da Abimaq].¹¹⁷

À crise econômica da Petrobras, somou-se a das empreiteiras. A OAS, por exemplo, viu-se com uma dívida de 8 bilhões de reais e, por isso, passou a desmembrar seus ativos. Impossibilitada de obter crédito, a empresa entrou com pedido de recuperação judicial. Desde novembro, quando foi lançada a sétima fase da operação Lava Jato que diversas companhias da construção pesada passaram a ter dificuldade em acessar crédito no mercado¹¹⁸. “Um dos ativos que foram lançados ao mercado era a participação de 24,4% da OAS na holding Invepar, que opera diversas concessões de infraestrutura, entre elas o Aeroporto Internacional de Guarulhos”¹¹⁹. É interessante notar, ainda no caso da OAS, que a maior parte da dívida da empresa, mais de 2/3 de 8 bilhões, são com investidores estrangeiros.

O conjunto do empresariado afetado por esse congelamento dos investimentos logo se fez ouvir. O governador do estado do Ceará afirmou que o cancelamento da construção da refinaria Premium II, também conhecida como Refinaria do Pecém, representa uma “quebra unilateral” de compromisso da Petrobras com o Estado e um desrespeito ao povo cearense¹²⁰. Ao povo cearense e, especialmente, aos empresários locais que esperavam se beneficiar do complexo portuário do Pecém. Seus homólogos no Rio de Janeiro também se pronunciaram. No primeiro trimestre de 2015, a FIRJAN elabora um levantamento apresentando um catastrófico cenário dos investimentos a partir da instauração da operação Lava Jato. Neste, indica que 144 empreendimentos no país estão ameaçados de paralisação. Os investimentos previstos nestes projetos são de, pelo menos, 423 bilhões de reais.

117 Idem.

118 “Com proteção judicial, OAS vai acelerar venda de ativos”. *Valor Econômico*. 01/04/2015.

119 Idem.

120 “Governador do Ceará ataca Petrobras pelo cancelamento de refinaria”. *Valor Econômico*. 30/01/2015.

“Por um lado, o país possui a oportunidade de por fim a um dos maiores esquemas de corrupção e punir seus culpados, e assim reforçar a crença da sociedade brasileira nos princípios da ética e de justiça. De outro, os efeitos das investigações sobre as empresas envolvidas podem vir a paralisar os investimentos em curso no país”, avaliou a Firjan, no levantamento, divulgado

121

nesta sexta-feira.

É sempre cômica a preocupação ética de industriais. Mais do que a ética, o bolso estava em questão. Dos 144 empreendimentos apontados estão incluídas duas plantas de fertilizantes, 31 contratações de embarcações feitas a 18 estaleiros e 109 obras de infra-estrutura em geral. Dentre essas últimas destacam-se a hidrelétrica de Belo Monte, orçada em 28,9 bilhões de reais; a refinaria do Nordeste, com o valor de 37 bilhões de reais; e o Comperj, por 27,8 bilhões de reais. Segundo a entidade “as investigações da Lava-Jato resultaram na suspensão formal de contratação de 25 empresas no Brasil, das quais 13 construtoras envolvidas nas mais importantes obras de infraestrutura do país”¹²². O drama alcança seu apogeu quando a Petrobras, para ajudar seus fornecedores, deixa de contratá-los:

“O risco de que novas empresas passem a constar na relação de investigados vem provocando a interrupção de pagamentos por parte da Petrobras a outras empresas que não estão citadas nas investigações, atingindo indiretamente a cadeia de fornecedores de petróleo e gás, notadamente os estaleiros”, completou a Firjan. “Diante de cifras tão impressionantes e do impacto que possuem em setores estratégicos para o país, faz-se necessário, sem prejuízo das investigações e das punições que dela vierem a decorrer, que os investimentos no

123

Brasil não sejam interrompidos”, concluiu a entidade.

O medo do empresariado local vira pânico com a notícia de que a Braskem desiste de participar do Comperj. Após a indefinição de quanto seria o preço da matéria-prima e diante do cenário econômico político da Petrobras, a Braskem desistiu da participação no Complexo¹²⁴ que hoje vive uma lenta paralisação. Antes de adentrarmos nas implicações

121 “Firjan vê investimentos de R\$ 424 bi ameaçados em função da Lava Jato”. *Valor Econômico*. 27/03/2015.

122 Idem.

123 Idem.

124 “Braskem desiste de participar do Comperj”. *Valor Econômico*. 13/02/2015.

deste processo para a luta dos trabalhadores, faremos mais dois apontamentos. A depressão no valor da Petrobras foi muito bem recebida por muitos investidores que passaram a centralizar maior quantidade de ativos da empresa e as perspectivas de exploração de petróleo do pré-sal passam a ser visadas por outras empresas gigantes internacionais¹²⁵. O gigantesco mercado das empresas de engenharia formado pelas demandas crescentes de obras de infraestrutura também passa a ser visado por outras empresas gigantes internacionais, especialmente norte-americanas, que são cotadas, inclusive, como possíveis parceiros nas relitações da Petrobras.

"A Petrobras buscará fornecedores de bens e serviços de forma a garantir procedimentos competitivos, visando contratar as melhores condições para a companhia. Isso poderá, eventualmente, envolver empresas estrangeiras. Quanto ao conteúdo local, caso se constate algum obstáculo ao cumprimento das metas, a Petrobras buscará alternativas para a solução da questão", informou [a empresa]¹²⁶, em nota.

O momento de crise econômico-política do setor abre espaço para que uma concentração de empresas ocorra. Os interesses de grandes capitais no futuro da indústria petroquímica brasileira se apresenta em tempos de centralização.

3.2.3. As lutas dos operários da construção civil.

A situação no canteiro da obra, como se pode imaginar, é desastrosa. Muitos trabalhadores foram demitidos com os desdobramentos deste último ciclo. Somente a empresa Alumini, (antiga Alusa – empresa contratada para realizar a primeira unidade de refino do Comperj) anunciou a demissão de mais de dois mil e quinhentos trabalhadores. Os trabalhadores desta empresa estavam desde dezembro sem receber salários. Um soldador contratado pela empresa relata que recebeu, “de imediato, apenas 860 reais, referente ao Fundo de Garantia. É uma situação muito triste, pois tenho três filhos para sustentar e estou com sete meses de aluguel atrasado”¹²⁷. O soldador ainda afirmou que

125 “Os 30% do pré-sal estão ameaçados”. *Valor Econômico*. 02/02/2015.

126 “Bloqueio pode impactar projetos de Rnest e Comperj”. *Valor Econômico*. 02/01/2015.

127 “Alumini oficializa demissão de 2,5 mil do Comperj”. *Valor Econômico*. 23/03/2015.

sofre diariamente ameaças de despejo.

Segundo informativos do Sintramom, representante sindical dos trabalhadores do Comperj, no Boletim da Montagem Industrial, de fevereiro de 2015, a situação grave dos trabalhadores da Alumini só poderia ser resolvida com a Petrobras. Este também foi o entendimento do Ministério Público do trabalho que mandou bloquear 13,2 milhões de reais da Petrobras “para pagamento de salários atrasados e verbas rescisórias aos quase três mil trabalhadores da Alumini”¹²⁸. Em uma audiência na Vara do Trabalho, no Rio de Janeiro, no dia 05 de fevereiro, a Petrobras, a Alumini, o Sinticom e o Sintramom realizaram mais uma das intermináveis reuniões sem sucesso. Muitos trabalhadores ficaram mais de cinco meses sem receber seus salários e muito menos os seus direitos. Somente no dia 23 de março que os trabalhadores puderam ter acesso a uma parte de seu FGTS. O restante das verbas referentes à rescisão do contrato, como aviso prévio, 40% do FGTS, férias e 13º, será pago em seis parcelas iguais, a partir do dia 1º de agosto. “Pagar só em agosto? Isso não existe. As necessidades e contas dos trabalhadores são momentâneas. Infelizmente esse é o Brasil que não protege a classe trabalhadora”, afirmou ao Valor Alexandre Lopes, de 40 anos, trabalhador da Alumini¹²⁹. As lutas contra a Alumini no ano de 2014/15 foi intensa. Desde dezembro que muitos trabalhadores reclamavam que não haviam recebido seus salários. Outros que haviam sido demitidos não recebiam seus direitos. A empresa teve suas contas bloqueadas devido uma ação do Ministério Público com relação à conflitos trabalhistas na refinaria Abreu e Lima. Isto, segundo a empresa, impediu-a de pagar os salários, as férias e os direitos de funcionários demitidos no Comperj. No dia 08 de janeiro os mais de 2,5 mil trabalhadores da Alumini realizaram um ato impedindo a entrada no Comperj e instauraram um piquete que durou mais de uma semana. O protesto era contra o corte no fornecimento do transporte para o complexo, o atraso no pagamento dos salários, vale alimentação, plano de saúde e benefícios. Os demitidos também reivindicavam a última parcela do acordo feito com o MPT. No dia 14, os trabalhadores da Alumini realizaram uma marcha até o Ministério Público do Trabalho e lá ocorreria uma reunião de negociação entre Alumini, a Petrobrás e o Sintramom. Nesta marcha um operário chegou a ser atropelado e, mesmo assim, o representante da Alumini sequer compareceu,

128 Idem

129 “Alumini oficializa demissão de 2,5 mil do Comperj” *Valor Econômico*. 23/03/2015.

frustrando as perspectivas bastante moderadas do sindicato de realizar um acordo .

Na quinta feira da mesma semana, dia 15 de janeiro, os trabalhadores voltaram a travar a entrada do complexo e dessa vez foram duramente reprimidos pela polícia. O sindicato, em seu espirito legalista, tentou por intermédio da justiça uma nova conciliação e, no dia 19 de janeiro, um juiz do Trabalho da Vara de Itaboraí aceitou tentar uma nova mediação entre Petrobras e empresas, condenando, porém, o uso de piquetes. A retirada dos piquetes significou um claro retrocesso na greve que, na prática, deixou de existir .

No dia 04 de fevereiro, o Sindipetro, Sindicato dos Trabalhadores da Petrobras, ajudou a organizar uma manifestação dos trabalhadores da Alumini, em frente a Petrobras. Ato que foi motivo de ira por parte do Sintramon, isto devido, como veremos a seguir, alguns dos diretores do Sindipetro foram um dos principais auxiliares do movimento autônomo de trabalhadores Acorda Peão . E para não perder a direção das lutas dos trabalhadores o Sintramon organizou uma assembléia para o dia 10 de fevereiro e, neste dia, realizou um ato com cerca de 300 trabalhadores ocupando a ponte Rio-Niterói até a entrada da Petrobrás .

3.2.3.4. As Lutas pela direção das greves.

Desde que as obras começaram em Itaboraí os trabalhadores da construção civil têm realizado lutas por melhores condições de trabalho, alimentação, transporte, aumento e equiparação salarial, além de um maior planejamento para de folgas para que os

130 “MPT entra com ação para solucionar atraso de salários no Comperj”. *GI*. 14/01/2015. Presente em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/01/mpt-entra-com-acao-para-solucionar-atraso-de-salarios-no-comperj.html>

131 “Trabalhadores do Comperj realizam manifestação em frente à sede da Petrobras”. *Csp-conlutas*. 22/01/2015. Presente em: <http://cspconlutas.org.br/2015/01/trabalhadores-do-comperj-realizam-manifestacao-em-frente-a-sede-da-petrobras/>

132 Ao ponto do Sintramon escrever assim em seu boletim de 05 de fevereiro: “As ações de alguns diretores do Sindipetro de incentivo aos companheiros da Alumini Engenharia, na realização do ato público em frente ao prédio da Petrobras [...] nada acrescentaram ao movimento para pagamento dos débitos trabalhistas da empresa com os trabalhadores. Sem ter conhecimento das manobras políticas preparadas por partidos, e levados pelo desespero, os trabalhadores aceitaram participar da manifestação. Esses grupelhos propuseram a distribuição de cestas básicas, providência que tomamos há mais uma semana”, chegando mesmo a ameaçar os trabalhadores que participaram do ato dizendo que isto poderia “manchar a reputação dos companheiros que se deixam manipular por esses oportunistas”

133 “Protesto interdita pista da Ponte Rio-Niterói por duas horas”. *GI*. 10/02/2015. Presente em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/transito/noticia/2015/02/protesto-interdita-pista-sentido-rio-da-ponte-rio-nietroi.html>

trabalhadores que são de outras cidades possam ver suas famílias. No dia 07 de novembro de 2011 os trabalhadores da construção deflagraram a primeira das muitas greves contra as precárias condições de trabalho no canteiro. Cerca de nove mil operários cruzaram os braços paralisando a integralmente a obra¹³⁴. Eles reivindicavam, inicialmente, a equiparação salarial com os trabalhadores que exercem as mesmas funções em outras unidades da Petrobras na região¹³⁵. Isso significava um reajuste entre 5% e 20%, de acordo com a função exercida. Outro problema levantado pelos trabalhadores foram os alojamentos inapropriados¹³⁶ a gratuidade do plano de saúde para a família – eram descontados 25% do valor de cada consulta médica realizada –, vale transporte e não punição aos grevistas¹³⁷. A greve alcançou alguns de seus objetivos. Um destes¹³⁸ foi o acordo de manutenção dos empregos, que seria quebrado duas semanas depois da volta ao trabalho. Este foi um dos episódios mais absurdos do conflito entre capital e trabalho nesta greve. No dia 01 de dezembro de 2011, as empresas se utilizaram da Polícia Militar para retirar à força, de dentro do ônibus no canteiro da Petrobras, mais de 30 operários que recém descobriam que haviam sido demitidos.

O motivo? Os trabalhadores surpreendidos pelos policiais haviam participado do Comando de uma recente greve que chegou a paralisar cerca de 10 mil operários do Comperj, vinculados ao Sindicato da Construção Civil de Itaboraí. [...] os trabalhadores retirados à força dos ônibus acabavam de ser demitidos de suas respectivas empresas. O traço em comum entre eles é terem atuado fortemente na greve. O ato arbitrário provocou revolta e, imediatamente, iniciou-se uma grande

134 Há um registro visual dessa primeira greve em: <http://www.youtube.com/watch?v=seaV6zALsaY> e http://www.youtube.com/watch?v=SQ9VjkO_B4k.

135 “Trabalhadores param obras de complexo da Petrobras pelo 3º dia”. *Folha de São Paulo*. 09/11/2011.

136 Segundo um trabalhador que não quis se identificar em uma entrevista para o jornal da CSP-Conlutas, as firmas deveriam dar alojamento para os trabalhadores que vieram de fora, porém, elas não fazem isso. Obrigando-os a pagar aluguel. Por isso “chegam a morar vinte em uma kitinete. Tem gente dormindo no quintal. E os imóveis em Itaboraí, com essa procura, aumentou demais”. Vide: “Comperj em greve: 'já que o sindicato não para, nós paramos’”. *CSP-Conlutas*. 30/04/2012. Presente em: <http://cspconlutas.org.br/2012/04/comperj-em-greve-ja-que-o-sindicato-nao-para-nos-paramos/>

137 “Operários do Comperj decidem entrar em greve por tempo indeterminado”. *O Globo*. 08/11/2011. Presente em: <http://oglobo.globo.com/economia/operarios-do-comperj-decidem-entrar-em-greve-por-tempo-indeterminado-3101489>

138 Essa greve conquistou, dentre outras coisas, que a equiparação salarial seria rediscutida em fevereiro de 2012, com um abono salarial de 160 reais até lá; o pagamento do transporte para os trabalhadores que moram longe do Comperj; cinco dias de folga entre o natal e o reveillon, que seriam compensados por três sábados e os sete dias de paralisação seriam cobertos por outros quatro sábados, além da suspensão da cobrança do pagamento da taxa de 25% no convênio médico e do acordo de não demissão dos trabalhadores em greve. Vide: “Justiça ordena que líderes de greve do Comperj sejam readmitidos”. *Petro Notícias*. 20/12/2011. Presente em: <http://www.petronoticias.com.br/archives/4177>

mobilização, culminando com uma passeata de protesto, no centro de Itaboraí. A estimativa é de que duas mil pessoas participaram da manifestação que parou a cidade.¹³⁹

Os trabalhadores afirmaram a parlamentares que estavam chegando de ônibus ao Comperj, quando foram abordados por policiais armados. Eles foram “escortados” até o setor de recursos humanos do consórcio TE-AG onde foram informados da demissão¹⁴⁰. Os trabalhadores responderam no mesmo dia paralisando a obra, realizando uma assembléia para deliberar sobre a possibilidade de uma nova greve e uma marcha até o centro de Itaboraí. O modo pelo qual as demissões ocorreram gerou uma forte comoção nos mais de quinze mil trabalhadores aumentando a disposição de luta deles contra as empresas. Porém a assembléia, conduzida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Gonçalo e Região, o Sinticon, não deliberou por greve imediata. Ao invés disso a proposta sindical foi a realização de uma paralisação total das obras no dia 06 de dezembro¹⁴¹. A paralisação ocorreu e, no dia 08, diante da recusa das empresas em reverter as demissões, os trabalhadores deflagram nova greve¹⁴². A greve já durava mais de duas semanas quando a justiça do trabalho emitiu a primeira ordem para que os 37 trabalhadores fossem readmitidos pelas empresas. Dois dias depois os trabalhadores seriam readmitidos e os mais de 10 mil trabalhadores voltariam ao trabalho. Porém, se os dias paralisados nessa segunda greve fossem descontados os operários cruzariam novamente os braços em fevereiro.¹⁴³

Com a volta aos trabalhos em janeiro, os trabalhadores descobriram que os dias paralisados seriam efetivamente descontados e as empresas ameaçavam não pagar o vale-alimentação. Em fevereiro começaram as negociações de reajuste salarial e as

139 “Policiais invadem Comperj e agridem trabalhadores”. *Agência Petroleira de Notícias*. 01/12/2011. Presente em: <http://www.apn.org.br/w3/index.php/movimentos-sociais/71-lutas-sociais/3611-policiais-invadem-comperj-e-agridem-trabalhadores>

140 “Greve no Comperj: operários ameaçam parar obras na segunda-feira”. *Jornal do Brasil*. 01/12/2011. Presente em: <http://www.jb.com.br/informe-jb/noticias/2011/12/01/greve-no-comperj-operarios-ameacam-parar-obras-na-segunda-feira/>

141 “Operários do Comperj aprovam nova greve em repúdio às demissões arbitrárias”. *Assessoria FNP*. 11/12/2011. Presente em: <http://fnpetroleiros.org.br/?p=1192>

142 Há registros visuais dessa greve em: https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=-8k1UA2vkJQ

143 “Com reintegração dos demitidos, acaba a greve no Comperj”. *Agência Petroleira de Notícias*. 22/12/2011. Presente em: <http://www.apn.org.br/w3/index.php/movimentos-sociais/71-lutas-sociais/3735-com-reintegra-dos-demitidos-acaba-a-greve-no-comperj>

empresas sinalizaram que não manteriam os abonos de 160 reais e nem rediscutiriam a equiparação.

No início de fevereiro, diante das ameaças e dos retrocessos na discussão sobre o abono, os trabalhadores deflagram nova greve exigindo a incorporação aos salários do abono de 160 reais; o aumento de 18% nos salários; maior remuneração de algumas funções; duas horas extras pelo tempo gasto no percurso trabalho-casa (horas in itinere); PLR integral, sem o critério de ser limitado ao salário do encarregado (algo em torno de 3.200 reais); folga de campo a cada 60 dias com passagens de ida e volta com o seguinte critério: 5 dias para aqueles com moradia distante em mais de 1000 quilômetros e 3 dias para trabalhadores com moradia entre 250 e 1000 quilômetros de distância, independentemente dele estar ou não no alojamento da empresa.¹⁴⁴

Após quinze dias de luta, a justiça acata o pedido da organização sindical patronal, SINDEMON-RJ, de interdito proibitório impedindo manifestações em frente ao Comperj, com penalidades diretas para o sindicato caso ocorram piquetes. Neste cenário o Sinticon passa a defender, para a comissão de fábrica, contra a greve e paralisação, apesar desta ser a principal perspectiva crescente entre os trabalhadores do canteiro. Havia um crônico problema de sintonia e influência entre sindicato e os trabalhadores do Comperj. Isto devido a, pelo menos, dois problemas fundamentais. Por um lado, os dirigentes sindicais foram empossados enquanto as obras do Comperj ainda estavam na fase de terraplanagem e nenhum trabalhador do complexo compôs nenhuma das chapas. E, o outro problema, é que com a vinda dos trabalhadores para a construção do complexo, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Gonçalo e Região viu dobrar a base que ele representava. Tanto a ausência de diretores sindicais trabalhando e que conhecessem, cotidianamente, os trabalhadores das obras; quanto a necessidade de representar os interesses dos trabalhadores da construção civil da região *mais* os inúmeros problemas do Comperj, impediam que uma profícua relação entre sindicato e os operários do Comperj. Neste momento, fiscais de contrato que trabalhavam para o setor de recursos humanos das empresas passaram a atuar no canteiro afirmando que pelo menos 300 trabalhadores seriam, em breve, demitidos¹⁴⁵. O clima de medo que se instaurou levou os trabalhadores, *apesar do posicionamento do sindicato*, a defender a

144 “Greve no Comperj”. *Agência Petroleira de Notícias*. 15/02/2012. Presente em:

<http://www.apn.org.br/w3/index.php/movimentos-sociais/71-lutas-sociais/4111-greve-no-comperj>

145 Fala na tribuna da Deputada Estadual pelo Rio de Janeiro Janira Rocha, Psol. Presente em:

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=YwAsiW4AAKw

greve. Essa duraria mais de 40 dias e os conflitos entre o sindicato e os trabalhadores se ampliariam ao ponto do sindicato acusar que os trabalhadores que estavam tensionando para as greves eram implantados pelas empresas para desviar os conflitos delas para a Petrobras¹⁴⁶. Outros trabalhadores, alguns ligados à comissão de fábrica, passaram a denunciar a ação do sindicato junto à categoria:

[...] em novembro essa nossa paralisação foi considerada ilegal. Fizemos outra em janeiro, que também foi considerada ilegal. Em fevereiro, antes do carnaval, havia uma assembléia marcada, mas o sindicato não quis realizá-la. O sindicato lá é um sindicato que joga contra nós. É um sindicato da CUT, dirigido por seu Manuel Vaz, conhecido como “Manuelzim”, que não está do nosso lado, mas do lado da Petrobras.¹⁴⁷

Segundo o mesmo trabalhador, que preferiu não se identificar, a greve de fevereiro foi realizada integralmente por fora do sindicato:

Aí então os funcionários de uma firma lá dentro, chamada Alusa, fez um manifesto e uma paralisação e com isso foi atingido outros canteiros para parar também. Já que o sindicato não pára, nós paramos. Aí parou o canteiro do consórcio da SPE. Com isso foi aumentando o movimento, até chegar à TE-AG. Lá teve umas pessoas que aderiram ao movimento, e outras não, houve até uma pancadaria que morreram dois. A Petrobras abafou e o sindicato nem toca nesse assunto. Não chegou na mídia. Ninguém viu a Globo ou a Record falando. Mas morreram dois trabalhadores em fevereiro.

Segundo um jornal local de Itaboraí, alguns funcionários da Alusa decidiram realizar uma paralização às 10 horas da manhã no dia 11 de fevereiro “quando iniciou uma confusão porque os grevistas obrigavam [...] a participação de outros operários”, confirmando o depoimento do trabalhador acima. “O movimento terminou nessa sexta-feira com três operários feridos”¹⁴⁸, dois trabalhadores e um segurança das empresas. O presidente do Sinticon na época (e ainda hoje) era Manuel Vaz, um representante da CUT

146 Idem.

147 Vide: “Comperj em greve: ‘já que o sindicato não para, nós paramos’”. *CSP-Conlutas*. 30/04/2012. Presente em: <http://cspconlutas.org.br/2012/04/comperj-em-greve-ja-que-o-sindicato-nao-para-nos-paramos/>

148 “Greve no Comperj deixa três feridos”. *Notícias Aqui*. 11/02/2012. Presente em: <http://www.jornalenter.com.br/marica/item/626-itabora%C3%AD-greve-no-comperj-deixa-tr%C3%AAs-feridos>

na região. Esteve presente desde as primeiras negociações entre o governo executivo, na época o Lula, os diretores da Petrobras e os representantes das empresas. Em suas falas políticas, quase sempre reproduzidas nos jornais e boletins do sindicato, é muito recorrente a referência ao teor nacionalista da Petrobras, justificando o desenvolvimento da empresa como um benefício para os trabalhadores. Aos limites impostos pela distância entre a direção eleita do sindicato e a base dos trabalhadores do Comperj, somavam-se as simpatias da direção sindical aos programas de desenvolvimento nacional e a estatura de “grande mediador do progresso” que alcançava o sindicato, dirigido por ele, com o Comperj. A articulação entre sindicato e trabalhadores piorou depois que alguns trabalhadores da comissão de fábrica foram demitidos e o sindicato não organizou lutas para reverter a situação. A tensão dentre os trabalhadores nas jornadas de fevereiro de 2012 era tamanha que no mesmo dia em que ocorreu o conflito que deixou dois trabalhadores mortos, os operários realizaram uma marcha em que apedrejaram as instalações da Techint e depredaram um ônibus de transporte da empresa.¹⁴⁹ Apesar da resistência do sindicato, a greve adentrou o mês de março. A queda de braço pela representação e direção do movimento de luta dos operários obrigava o sindicato a ceder devido à enorme pressão que os trabalhadores realizavam contra as possíveis demissões e pelos reajustes salariais e de benefícios, especialmente a equiparação salarial por função. Vale lembrar que 2011 e 2012 foram os anos de maior crescimento econômico e industrial após a ditadura empresarial-militar e que em Jirau havia recém acontecido uma rebelião dos operários, em que queimaram as instalações das empresas e alguns ônibus. A falta de transporte para o trabalho era também um forte motivo para a revolta dos operários do Comperj. No início de março o sindicato patronal, SINDEMON-RJ, ofereceu como proposta de conciliação o pagamento do PLR, o mesmo PLR que os trabalhadores não receberam em fevereiro como havia sido combinado no acordo anterior. Ou seja, as empresas ofereceram, como negociação, cumprir aquilo que elas havia combinado e não haviam cumprido anteriormente.

Apesar de absurda, a proposta patronal foi defendida pelo Sinticon em uma assembléia de trabalhadores realizada no dia 29 de fevereiro e recebeu como resposta da categoria um enfático “não”. Com a recusa, a patronal entrou na justiça para qualificar a greve como abusiva e, portanto, ilegal. A partir desse momento, os empresários se

149 “Greve no Comperj Radicaliza e trabalhadores temem o aumento da violência”. *Petro Notícias*. 13/02/2012. Presente em: <http://www.petronoticias.com.br/archives/5669>

negaram a continuar com as negociações. As empresas estavam em condição bastante confortável para assumir tal postura, uma vez que elas continuavam a receber normalmente os pagamentos da Petrobras. Por sua vez a estatal se recusava a intermediar o conflito. O diretor que naquele momento respondia pelo empreendimento era Paulo Roberto Costa – o mesmo que seria preso dois anos depois por desvio de verba e favorecimento de contrato com as empreiteiras – e este parecia não se importar muito, nem mesmo com o enorme prejuízo que as obras estavam sofrendo com a paralisação dos trabalhos. Essa confortável situação dos empresários permitiu-os administrar o conflito com mais tempo.

A leitura política econômica que o sindicato retirava dessa situação não era que as lutas deveriam se radicalizar para pressionar a Petrobras e, com isso, comprometer todo o esquema, mas, ao contrário, de que a greve e os trabalhadores revoltados estavam colaborando com as empresas, usurpando a estatal. A “defesa” da Petrobras e o medo de ter que arcar com a multa caso a greve fosse considerada abusiva, passaram a ser mais demasiado importante para o sindicato e este começa a construir saída da greve entre os trabalhadores. No dia 08 de março, o Sinticon consegue a aprovação da assembléia pelo fim da greve.

“Foi uma assembleia acirrada. Muitos trabalhadores estão sem pagamento. A primeira parcela da PLR, paga semestralmente, deveria ter caído em fevereiro. Esperamos que as empreiteiras cumpram o acordado, paguem suas dívidas e retomem as negociações”, declara Marcos Hartung, secretário de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e

151

Madeira (Conticom).

O argumento utilizado pelo sindicato era que as empresas só voltariam para as negociações com o fim da greve. E que uma reunião com o então diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, havia sido agendada para “debater as condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores que atuam nas empreiteiras contratadas pela

150 “Operários da Comperj (RJ) em greve farão manifestação nesta sexta-feira (02/03)”. *São Gonçalo Online*. 01/03/2012. Presente em: <http://cspconlutas.org.br/2012/03/opararios-da-comperj-rj-em-greve-farao-manifestacao-nesta-sexta-feira-203/>

151 “Operários do Comperj suspendem greve”. *CUT-RJ*. 09/03/2012. Presente em: <http://cutrj.org.br/noticias/operarios-do-comperj-suspendem-greve-e49b/>

companhia”¹⁵² .

Após uma série de reuniões entre Sinticon e Paulo Roberto Costa como representante da Petrobras, intermediadas pelo Sindpetro e CSP-Conlutas, que somente apostergaram o problema, os trabalhadores passam a criar conflitos nos canteiros novamente exigindo aumento real de salários, melhores condições de trabalho, o não desconto dos dias parados e a equiparação salarial. Há um registro visual da

assembléia¹⁵³ realizada dia 03 de abril de 2012 em que o sindicato quase não consegue conduzi-la, tamanho era o descrédito da disposição de luta do sindicato dentre os operários. A patronal, porém, não atendeu nenhuma das reivindicações dos trabalhadores. O SINDEMON-RJ manteve a proposta inicial de 8,5% ante aos 18% pedido pelos trabalhadores. Mesmo após o sindicato dos trabalhadores rebaixar a proposta para 12%, os empresários se mantiveram impassíveis. Após uma assembléia realizada no dia 08 de abril, os trabalhadores decidem deflagar nova greve contra o posicionamento intransigente da patronal e na segunda-feira, dia 09 de abril, realizam a paralisação das obras no canteiro. A adesão quase integral dos trabalhadores à greve propiciou que inúmeros atos políticos massivos fossem realizados. Logo no dia 10 de abril, cerca de 10 mil trabalhadores da obra – que naquele momento contava com 15 mil

trabalhadores ao todo – realizaram uma uma marcha de protesto na região¹⁵⁴ . A condição das empresas – com os pagamentos sendo realizados –, porém, blindava-as contra as paralisações. A estratégia, que já estava sendo esboçada na greve anterior, era envolver a Petrobras como intermediária para a resolução do problema. No dia 25 de abril os operários realizam um ato em frente a sede da Petrobras exigindo da empresa um posicionamento sobre os problemas que os trabalhadores enfrentavam. Em seguida, se dirigiram em ato até a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro “para pressionar deputas estaduais por apoio e para que interfiram na negociação”¹⁵⁵ . Esta nova greve duraria cerca de um mês devido ao posicionamentos dos diretores da Petrobras de não intervirem no processo e apresentarem os trabalhadores como os responsáveis pelo atraso nos investimentos. Em uma assembléia realizada no dia 07 de maio, quase trinta dias de

152 “Greve suspensa no Comperj”. *Agência Petroleira de Notícias*. 16/03/2012. Presente em:

<http://www.apn.org.br/w3/index.php/movimentos-sociais/71-lutas-sociais/4206-greve-suspensa-no-comperj>

153 Conferir: https://www.youtube.com/watch?v=FsnY4_hmZcQ&feature=player_embedded

154 “Protesto nas ruas de Itaboraí marca início de mais uma greve no Comperj”. *Petro Notícias*. 10/04/2012.

Presente em: <http://www.petronoticias.com.br/archives/7453>

155 “Trabalhadores do Comperj fazem manifestação no Centro do Rio”. *Jornal do Brasil*. 25/04/2012. Presente

em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/04/25/trabalhadores-do-comperj-fazem-manifestacao-no-centro-do-rio/>

greve, o sindicato defende uma proposta – retirada a duras penas da patronal – de um reajuste de 10,5%. A absoluta maioria – senão todos os trabalhadores da assembléia – rechaçam veementemente a proposta e comemoram entre si a continuidade da greve jogando pertences para o alto¹⁵⁶. A mesma proposta viria a ser debatida dois dias depois em uma nova assembléia, acrescida de alguns outros pontos que a Patronal cedeu¹⁵⁷. Neste dia, o sindicato prepara-se melhor e consegue uma difícil aprovação de saída da greve. O principal novo ponto conquistado para os trabalhadores do complexo foi o reconhecimento, por parte das empresas, da comissão de representação dos trabalhadores do canteiro como legítimo interlocutor. Ampliando o fosso que se separava a direção sindical dos trabalhadores em Itaboraí.¹⁵⁸

Em julho de 2012 novos conflitos levariam os trabalhadores a ameaçar nova greve. Agora especificamente com os motoristas contratados pelas empresas. Os motoristas da empresa VELOZ, prestadora de serviços para as empresas construtoras e para a Petrobras se organizaram para reivindicar o mesmo piso salarial recebido pelos trabalhadores que cumprem função análoga no município vizinho de Macaé/RJ. Eles realizaram uma assembléia no dia 13 de julho em que ameaçavam entrar em greve a partir de agosto, caso a patronal não aceitasse o reajuste.

Como num filme de terror, policiais contratados pela VELOZ ameaçam de morte motoristas trabalhadores da empresa. Ainda desfilam armados dentro e fora da área do Comperj. Um trabalhador chegou a urinar nas calças com medo da abordagem desses homens armados, que o ameaçavam. Tudo isso acontece com conhecimento da direção da Petrobrás, já que a Segurança Patrimonial sabe da presença desses “seguranças” dentro da área do Comperj.¹⁵⁹

A empresa não respondeu à reivindicação dos trabalhadores. Pelo contrário, ameaçou de demitir aqueles que fossem para a assembléia que seria realizada no dia 31

156 “A Greve no Comperj Continua!!!!”. Registro visual presente em: https://www.youtube.com/watch?feature=player_detailpage&v=M7tQaX4cGbQ

157 Algumas funções tiveram reajuste diferenciado entre 14% e 17%. O vale alimentação passou de 220 para 300 reais. Vide: “Operários do Comperj retornam ao trabalho”. *Sindipetro-RJ*. 11/05/2012. Presente em: <http://www.apn.org.br/w3/index.php/trabalho/4430-operos-do-comperj-retornam-ao-trabalho>

158 Idem. Há um tragicômico registro visual dos diretores sindicais defendendo a “greve vitoriosa” dos trabalhadores do Comperj e mostra o modo como foi realizado a votação. Presente em: https://www.youtube.com/watch?feature=player_detailpage&v=whqyHCmsxaw

159 “Empresa patrocina o terror contra os motoristas no Comperj”. *Sindipetro-RJ*. 25/07/2012. Presente em: <http://www.comperjnews.com.br/posts/empresa-veloz-patrocina-o-terror-contra-os-motoristas-no-comperj>

de julho. No dia 30, porém, o advogado da empresa Veloz reuniu os motoristas e informou que o piso de Macaé seria aplicado a partir de 1º de agosto. “Mas não apresentou nenhum documento que oficializasse a proposta”¹⁶⁰.

Os trabalhadores do canteiro voltariam a se organizar para uma nova campanha de aumento salarial no início de 2013. Na primeira semana fevereiro, o sindicato organizou algumas assembléias em que os trabalhadores estabeleceram o pedido de 12% de aumento. A terceira assembléia, ocorrida no dia 06 de fevereiro, o sindicato apresenta a contra-proposta da patronal para os trabalhadores: 7,5% de aumento sem o pagamento de horas a mais pelo trajeto casa-trabalho. Segundo relatos dessa última assembléia, a única palavra de ordem que se escutava, desde seu início, era “greve”¹⁶¹, o que de fato ocorreu, e as obras ficaram novamente paralisadas por tempo indeterminado. Após 12 dias a patronal oferece 10% para a categoria e o sindicato organiza uma assembléia para discutir a proposta e defende a saída da greve¹⁶². Os trabalhadores aceitam a proposta e no dia seguinte foram surpreendidos pela patronal que recusou o acordo, afirmando que não aceitaria uma parte do mesmo. Neste mesmo dia, pela manhã, uma parte significativa das empresas foram novamente paralisadas e, pela tarde, a greve estava instaurada novamente. Agora, porém, os trabalhadores se organizaram à revelia do sindicato que, diante da greve instaurada, veio a reboque. Após três dias de paralisações constantes e da rebeldia dos trabalhadores, a patronal volta atrás e aceita integralmente o acordo.¹⁶³

Os trabalhadores enfrentariam em meados de 2013 um outro grande problema que viria a se acentuar com os desdobramentos da obra. A empresa Multitek rescindiu todos os seus contratos com a Petrobras no dia 08 de agosto de 2013 e, no dia 09, demitiu 1,7 mil trabalhadores em todo País. Quatrocentos e trinta trabalhadores foram demitidos somente no Comperj. Além de demiti-los, a empresa não pagou as verbas rescisórias desligados. No dia 29 de agosto os trabalhadores de todos os consórcios atuantes cruzam os braços e realizam uma paralisação de dois dias como forma de pressão para que a empresa pague os trabalhadores. A Multitek, apesar de ter recebido todos os

160 “Sem avanços na negociação, motoristas do Comperj entram em greve a partir de terça”. *Sindipetro-RJ*. 01/08/2012. Presente em: <http://www.apn.org.br/w3/index.php/trabalho/4789-sem-avan-na-negocia-motoristas-do-comperj-entram-em-greve-a-partir-de-ter>

161 “Operários da construção civil do Comperj entram em greve por tempo indeterminado”. *PSTU*. 07/02/2013. Presente em: <http://rio.pstu.org.br/?p=274>

162 “Greve no Comperj Continua!”. *PSTU-RJ*. 22/02/2013. Presente em: <http://rio.pstu.org.br/?p=273>

163 “Operários do Comperj dobram patrões, superam sindicato e consolidam as vitórias da greve”. *PSTU-RJ*. 02/03/2013. Presente em: <http://rio.pstu.org.br/?p=272>

pagamentos para a obra, alegava que as rescisões estariam sob responsabilidade da Petrobras¹⁶⁴. A situação somente se “regularizou” com uma mediação realizada pelo Ministério Público do Trabalho entre a Petrobras e a Multitek, para o pagamento dos trabalhadores demitidos. O acordo estabelecido era que a Petrobras iria pagar as verbas rescisórias aos trabalhadores.¹⁶⁵

O ano de 2013 foi particularmente acometido por manifestações políticas populares em todos os cantos do País. As lutas contra o aumento do preço dos transportes incendiou todas as capitais brasileiras, que, naquele momento, viraram palco de batalhas entre polícia e manifestantes. O Rio de Janeiro e as cidades em seu entorno foram tomadas por milhões de manifestantes contra o aumento da tarifa e erguendo inúmeras outras reivindicações. Os conflitos deixaram os governos acuados e isto estimulou ainda mais as manifestações de rua como um mecanismo político efetivo. Os trabalhadores envolvidos no Comperj também retiraram as suas lições das manifestações de junho de 2013. Muitos coletivos de trabalhadores se formaram ao longo desse processo, inclusive entre os trabalhadores do complexo, que passaram a se organizar por fora do sindicato, uma vez que os inúmeros problemas que assolavam os consórcios sequer eram efetivamente pautados pelo Sinticon.

Ontem, um operário afirmou ao Broadcast que a situação não é nova. No ano passado, ele afirmou que outras paralisações reivindicavam questões semelhantes, também sem o apoio do sindicato. “Tem consórcio em que falta água, então chega no fim do dia e não tem o que beber, ou como tomar banho”, disse, preferindo não se identificar por medo de represálias por parte dos empreiteiros ou até de demissão. Ainda segundo o operário, a comida servida aos trabalhadores não tem qualidade e, por vezes, chega estragada. Quem se recusa

166

a comer corre o risco de ser ameaçado, acrescentou.

Outro aspecto importante para a luta dos trabalhadores foi o aumento vertiginoso de novas contratações devido o início de novas etapas produtivas no complexo.

164 “Funcionários de consórcios do Comperj entram em greve”. *O Estado de São Paulo*. 29/08/2013. Presente em: <http://www.opovo.com.br/app/economia/ae/2013/08/29/noticiaseconomiaae.3120038/funcionarios-de-consorcios-do-comperj-entram-em-greve.shtml>

165 “MPT faz mediação de conflito no Comperj”. *Assessoria de Imprensa do MPT-RJ*. 05/09/2013. Presente em: <http://www.aepet.org.br/site/noticias/pagina/10483/MPT-faz-mediao-de-conflito-no-Comperj>

166 “Funcionários do Comperj são baleados em protesto em Itaboraí(RJ)”. *CSP-Conlutas-RJ*. 06/02/2014. Presente em: <http://cspconlutas.org.br/2014/02/funcionarios-do-comperj-sao-baleados-em-protesto-em-itaborai/>

Aumentando em quase 10 mil novos trabalhadores no canteiro. A precariedade dos contratos e o não pagamento de direitos e salários se intensificou ao longo deste período. Em dezembro de 2013 algumas dezenas de trabalhadores do canteiro não receberam seus salários e, em janeiro de 2014, esse número salta para 1,5 mil trabalhadores. Os trabalhadores, diante da inépcia do sindicato, realizaram, na primeira semana de fevereiro, piquetes em frente ao canteiro.

"Descontam no nosso contracheque de R\$ 30 a R\$ 60 por mês. E mesmo assim falta água, usamos banheiro químico, a comida é ruim, omitem acidentes de trabalho, sabotam a negociação de dissídio salarial. O sindicato trabalha para o patrão", disse Samuel Souza, um dos líderes do movimento. [...] Os trabalhadores, [...], reclamam de luxo no sindicato, como o uso da caminhonete Amarok, da Volkswagen, que, no confronto, acabou incendiada. Na quinta-feira [dia 06 de fevereiro], durante os protestos, dois motoqueiros atiraram nos operários Felipe Feitosa, de 21 anos, que levou três tiros, e Françuíelio Rodrigues, de 20 anos, que levou dois. Ambos foram internados no Hospital Municipal

167

Desembargador Leal Junior.

Alguns trabalhadores acusaram o próprio sindicato de haver contratado os seguranças para amedrontar e impedir a ação autônoma dos trabalhadores. O sindicato, por sua vez, passou a acusar os manifestantes de trabalharem para partidos com o único objetivo de desestabilizar a atual direção do Sinticon, descreditando, dessa forma, todas as legítimas demandas dos trabalhadores. O movimento se estruturou ao ponto dos trabalhadores estabelecerem, independentemente da ação sindical, toda uma pauta de reivindicações e um reajuste salarial de 12% e 450 reais de vale alimentação¹⁶⁸. Mais de 70% dos quase 28 mil trabalhadores do complexo aderem ao movimento.

No dia 05 de fevereiro de 2014, os operários realizaram uma primeira paralisação como forma de reivindicar os seus interesses. Já neste primeiro dia os trabalhadores chegaram um carro do Sindicato¹⁶⁹. No dia 06, realizaram nova paralisação na via de acesso à área do complexo petroquímico. Foi ao longo deste protesto que dois

167 "Comperj já custa o dobro e acumula problemas". *O Estado de São Paulo*. 10/02/2014. Presente em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/509562/comperj-ja-custa-o-dobro-e-acumula-problemas?referencia=rss>

168 "Obras do Comperj enfrentam conflitos com greve de operários". *Agência Brasil*. 06/03/2014. Presente em: <http://www.setorialnews.com.br/materia.asp?y=201436152622>

169 <http://www.cidadedeitaborai.com.br/comperj-itaborai/370-comperj-trabalhadores-se-unem.html>; <http://www.petronoticias.com.br/archives/46172>

trabalhadores foram alvejados. Um no abdômen, na coxa direita e na mão direita, outro na mão e tornozelo direito. Segundo os operários, os disparos foram realizados por milicianos contratados pelo Sindicato da Construção Civil para acabar com o movimento. Na versão dos trabalhadores os empresários deram dinheiro para o sindicato fechar acordo coletivo sem greve. Este, por sua vez, contratou milicianos para intimidar os trabalhadores. Outro trabalhador já havia relatado que fora ameaçado de morte no dia anterior por um policial contratado pelo sindicato. Neste mesmo dia os trabalhadores realizaram um protesto às margens da Rodovia RJ-116, que liga Itaboraí-Nova Friburgo-Macuco, chegaram a interromper o trânsito por alguns minutos.¹⁷⁰

No dia 20 de fevereiro, o sindicato leva aos trabalhadores paralisados a contra proposta da patronal (de 7% de reajuste) e acusa o movimento de irregularidades na deflagração das paralisações. No dia 27 de fevereiro a greve é declarada ilegal pela desembargadora do TRT/RJ, que exige a suspensão imediata da greve, caso contrário, o sindicato deveria pagar multa diária de 10 mil reais.¹⁷¹

Diante das pressões exercidas contra o movimento autônomo dos trabalhadores pelo Sinticon, Sindemon e Justiça, os trabalhadores começaram a radicalizar seus atos. No dia 06 de março eles incendiam um ônibus dentro do canteiro.¹⁷² Com a medida judicial o sindicato ficava formalmente impedido de ir ao canteiro, o que, de certo modo, contribuiu para que os trabalhadores se organizassem melhor entre si. No dia 12 de março, realizaram nova assembleia porém sem novas propostas da patronal. Os operários reafirmaram a necessidade de permanecer em greve e, neste mesmo dia, realizam uma marcha paralisando as vias de acesso ao empreendimento. A polícia impede a livre manifestação dos trabalhadores e um verdadeiro palco de guerra se instaura nas adjacências do Comperj. Neste confronto, ao invés de simplesmente dispersar, os trabalhadores revidam os policiais e chegam a cercar

o choque.¹⁷³ Uma nova assembleia estava marcada para a semana seguinte, no dia 17. Devido a escalada de lutas que os trabalhadores realizaram, a patronal e o sindicato tentam desmobilizar os trabalhadores. O Sinticon leva para os operários uma suposta

170 <http://oglobo.globo.com/rio/dois-operarios-do-comperj-sao-baleados-durante-manifestacao-nesta-quinta-feira-11519928>; <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/funcionario-do-comperj-e-baleado-durante-manifestacao-em-itaborai.html>

171 Vide: <http://www.trt1.jus.br/documents/10157/742b1bcb-0896-4ba8-8eaf-5efb7c96bb90>

172 “Obras do Comperj enfrentam conflitos com greve operários”. *Agência Brasil*. 06/03/2014. Presente em: <http://www.setorialnews.com.br/materia.asp?y=201436152622>

173 “Trabalhadores do Comperj decidem manter a greve”. *O Dia*. 12/03/2014. Presente em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-03-12/trabalhadores-do-comperj-decidem-manter-a-greve.html>

proposta patronal de reajustar em 9% os salários e um aumento para 410 reais no vale alimentação e sem cobrar os dias parados. O consenso em torno da proposta, segundo relatos, se realizou por meio do cansaço. Os trabalhadores, porém, aceitaram essa proposta após mais de 30 dias de greves e manifestações. No dia 18, corre a informação entre os trabalhadores que o sindicato havia forjado essa proposta e a patronal confirma, no final do dia, que “não havia de fato feito a proposta assinada e que não iria honrá-la no prazo”¹⁷⁴. Na quarta-feira, dia 19, os trabalhadores literalmente ocupam os canteiros de obra – paralisando-a integralmente – como pressão que a situação se normalize.

Ninguém passou para a área de trabalho. Na CPPR (consórcio das empresas que tocam as obras do Comperj) e na Alusa Engenharia, o levante foi mais forte. Vários carros das empresas foram incendiados, um ônibus queimado foi usado como barricada. Na CPPR os operários começaram a se armar com os materiais da obra pra enfrentar o Choque que estava chegando e diziam: “lá fora!”. Na Alusa [...] se entrincheiraram até às 22h. Um dos parceiros da obra contou que até os geradores foram desligados. Nesta quinta-feira, 20, pela manhã, a QGGI (Consórcio que reúne Queiroz Galvão, Galvão, ENG e IEZA) radicalizou. O portão de acesso à obra foi fechado por um carro da empresa, que foi todo quebrado. Em vários pontos do Comperj o que se via era fumaça e muita polícia. Nesse momento, a Alusa foi cercada pela Tropa de Choque e pelo caveirão, que também

175
entrou.

Neste dia os diretores do sindicato estiveram foragidos por algum tempo com medo das represálias de ambas partes. As trabalhadoras da cozinha, ao longo desse processo, também começaram a se organizar. Suas condições de trabalho eram uma das piores de todos os trabalhos existentes no Comperj.

[...] além dos baixos salários, os funcionários reclamam de valores referentes ao auxílio alimentação e plano de saúde fornecidos pela empresa. “Nós recebemos R\$ 88 de vale alimentação e não dá para comprar nada. Além disso, não temos material decente para trabalhar. Trabalhamos sábado e domingo de graça, pois eles dizem que têm banco de horas, mas a folga nunca chega. Também temos que pagar R\$ 30 todas as vezes que fazemos consulta no plano de saúde”,

174 “Operários da Comperj retomam greve e enfrentam repressão da PM”. *PSTU-RJ*. 20/03/2014. Presente em: <http://www.pstu.org.br/node/20486>

175 Idem.

declarou Luciana. A copeira Elildem Borges, 47, contou que tem de sobreviver e sustentar dois filhos com um salário de R\$ 630 líquido. “Eu sou viúva e tenho de sustentar toda a minha família. Além disso, ainda fazemos dupla função, pois quase sempre tenho que trabalhar como ajudante de cozinha também. Eles ainda ameaçaram demitir todo mundo por justa causa caso a gente fizesse a greve”,
176
contou.

A falência da empresa Fidens veio engrossar o caldo com a ameaça de demissão de 900 trabalhadores.¹⁷⁷ A perspectiva de novas demissões se agravava com a entrada em cena da operação Lava Jato. Muitas empresas vinculadas a Petrobras pressentiram os problemas que viriam. Com as demissões no horizonte, os trabalhadores rebelados em mais de 50 dias acabam retornando ao trabalho, aceitando a cobrança dos dias parados¹⁷⁸. No dia 04 de abril o Sinticon já havia negociado a demissão dos 900 trabalhadores e informou que “todos os trabalhadores demitidos pela empresa [...] receberão as indenizações a que têm direito, começando pelos que ganham menores salários”¹⁷⁹. No dia 07 de abril outra empresa declara dificuldades financeiras após ser impedida de novas licitações com a Petrobras e mais 100 empregos são cortados.

Após a intensa mobilização, o clima na volta ao trabalho era de “repressão total”.

Nesse dia 1º de abril, os operários realizaram paralisações internas nos canteiros de obra. Pelo menos 90% dos trabalhadores aderiram à paralisação. As trabalhadoras da cozinha enfrentam uma enorme perseguição. Desde que começaram a se mobilizar, os patrões não se cansam de ameaçá-las de demissão. Para garantir o funcionamento da cozinha, os ônibus que transportam as trabalhadoras estão sendo escoltados por seguranças privados dentro e fora dos veículos.

No dia 06 de maio os trabalhadores viriam a paralisar novamente as obras, agora

176 “Funcionários da cozinha do Comperj ficam parados”. *O São Gonçal*. 01/04/2014. Presente em: [http://www.comperjnews.com.br/posts/funcionarios-da-cozinha-do-comperj-ficam-parados-2014`](http://www.comperjnews.com.br/posts/funcionarios-da-cozinha-do-comperj-ficam-parados-2014)

177 “Fidens desiste de obras no Comperj, deixa rastro de dívidas e ameaça 900 empregos”. *Petro Notícias*. 27/03/2014. Presente em: <http://www.petronoticias.com.br/archives/48788>

178 A patronal reuniu-se com a comissão dos trabalhadores e firmou um acordo com a categoria de volta ao trabalho. Vide: <http://www.pstu.org.br/node/20520>

179 “Comperj: trabalhadores demitidos receberão indenizações, diz sindicato”. *Jornal do Brasil*. 03/04/2014. Presente em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/04/03/comperj-trabalhadores-demitidos-receberao-indenizacoes-diz-sindicato/>

contra as demissões de 2.500 operários e a falta de pagamentos de direitos dos trabalhadores desligados. O movimento foi organizado pelos próprios trabalhadores, apesar do conhecimento do sindicato.¹⁸⁰ As empresas vinculadas ao consórcio Jaraguá e Jetan também passavam por dificuldades devido ao desligamento forçado com a Petrobras e declararam sair do empreendimento cortando mais 2.500 novos empregos.

Em julho novas paralisações ocorreriam para que as empresas pagassem os direitos dos trabalhadores demitidos. Dessa vez de um modo mais dramático. Os trabalhadores que haviam sido demitidos se organizaram para barrar a entrada no canteiro, uma vez que o sindicato nada fazia de pressão para que as empresas pagassem os direitos.¹⁸¹

Neste momento o preço mundial do barril do petróleo já estava despencando, obrigando a Petrobras a reduzir os investimentos. Quanto, em outubro de 2014, o TCU afirmou que tentaria impedir os pagamentos da Petrobrás às empresas citadas, o clima de possível desemprego aumentou.¹⁸² Curiosamente é neste momento de falência do empreendimento que o FI-FGTS (Fundo de Investimento do FGTS) desembolsa 2,5 bilhões de reais, configurando um novo roubo dos trabalhadores.¹⁸³

Em dezembro a situação era de descalabro total. A petrobras anuncia que irá adiar o início do complexo petroquímico Comperj por, pelo menos, mais dois anos. Isso implicaria em mais de 10 mil novas demissões.¹⁸⁴ O Sinticon aproveita o momento de inúmeros ataques aos trabalhadores para eleger uma nova direção diretamente indicada por ele em um outro sindicato adrede. O Sindicato dos Trabalhadores Empregados em Empresas de Montagem e Manutenção da Cidade de Itaboraí, Sintramon. Este sindicato, a partir do dia 30 de outubro de 2014, passou a representar oficial e especificamente os trabalhadores do Comperj. Em um trama, o Sinticon tenta se livrar das multas e manter a

180 “Comperj para novamente contra demissão de 2.500 operários e falta de pagamento de direitos”. *CSP-Conlutas*. 06/05/2014. Presente em: <http://cspconlutas.org.br/2014/05/comperj-para-novamente-contra-demissao-de-2-500-operarios-e-falta-de-pagamento-de-direitos-trabalhistas/>

181 “Manifestação de trabalhadores paralisa obra do Comperj, diz sindicato”. *Folha de São Paulo*. 02/07/2014. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/07/1479851-manifestacao-de-trabalhadores-paralisa-obra-do-comperj-diz-sindicato.shtml>

182 “TCU pode suspender pagamentos de obras do Comperj”. *Alô Brasília*. 15/10/2014. Presente em: <http://www.alo.com.br/noticias/ultimas/mais-brasil/283574-tcu-pode-suspender-pagamentos-de-obras-do-comperj>

183 “Comperj pode ter R\$ 2,5 bilhões do FI-FGTS”. *Folha Vitória*. 30/10/2014. Presente em: <http://www.folhavoria.com.br/economia/noticia/2014/10/comperj-pode-ter-r-2-5-bilhoes-do-fi-fgts.html>

184 “Petrobras atrasará projetos e pode demitir até 10 mil trabalhadores, diz fonte”. *Bloomberg*. 30/12/2014. Presente em: <http://www.infomoney.com.br/bloomberg/mercados/noticia/3780260/petrobras-atrasara-projetos-pode-demitir-ate-mil-trabalhadores-diz-fonte>

direção da luta política dos trabalhadores do complexo.

...

Em janeiro de 2015 além da Alumini, o Consórcio CPPR (UTC, Odebrecht e Mendes Júnior) iniciou a demobilização de sua mão de obra e mais de 1,6 mil trabalhadores são dispensados. Segundo o Siticon, antigo representante sindical dos trabalhadores do Comperj, em janeiro de 2015 cerca de 10 mil trabalhadores ainda estavam vinculados à obra ¹⁸⁵ e em março eram apenas 4,5 mil. Segundo boletins do Sindicato dos Trabalhadores Empregados nas Empresas de Montagem e Manutenção Industrial da Cidade de Itaboraí, o Sintramon, que hoje é a entidade sindical que responde pelos trabalhadores do Comperj, no mês de outubro de 2014, uma queda abrupta nas contratações e uma forte ampliação das demissões passou a incomodar sono dos trabalhadores. As empresas estariam segurando as novas contratações devido às implicações das operações de investigação da polícia federal.

4. Conclusão: uma antevisão de futuro? Ou sequer isso. O caso de Camaçari.

A experiência de desenvolvimento regional propiciado pelo crescimento da indústria petrolífera e petroquímica foi vivido pelos trabalhadores da cidade de Camaçari/BA em meados de 70/80. Comparemos um pouco os processos. Assim como Itaboraí, Camaçari era uma cidade pequena próxima a um grande centro urbano, Salvador. Inúmeros benefícios pareciam vir da construção do Pólo Petroquímico de Camaçari, principalmente com relação às ofertas de trabalho.

Um dos principais impactos do Pólo foi sobre o mercado de trabalho da RMS. Estima-se que a força de trabalho empregada durante o período de construção das plantas industriais tenha sido de 25 mil ¹⁸⁶ empregos em 1977, sendo a construção civil a atividade de maior absorção da força de trabalho. (PEREIRA, 1986, p.03)

185 “Paralisações marcam conclusão de refinarias”. *Valor Econômico*. 16/01/2015.

186 Para comparar o Comperj, possui em média 30 mil trabalhadores na construção.

A cidade de Camaçari se transformou em um grande canteiro de obras, conglomerando grande quantidade de trabalhadores semi-qualificados com baixa remuneração. Vislumbrados com a expectativa de obter emprego e melhorar suas condições de vida muitos migravam das cidades do interior da Bahia e de outros estados nordestinos. “O traço que marca este primeiro momento é o uso predatório da força de trabalho” (PEREIRA: 1986). As alterações na região foram acompanhadas da integração e articulação desigualmente combinada dos interesses empresariais.

Com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari o espaço urbano da RMS sofre alterações importantes. As cidades de Camaçari e Dias D’Ávila são as que sofrem de imediato com a implantação do Pólo na sua região. Pode-se afirmar que a cidade de Camaçari foi completamente reconstruída com o Pólo, tornando-se a cidade da mão de obra desqualificada e estruturada em torno das atividades ligadas a prestação de serviços e de atividades de comércio para reprodução desta força de trabalho desqualificada residente em Camaçari. (PEREIRA, 1986, p. 43)

Os trabalhadores que construíram o Pólo Petroquímico de Camaçari fizeram do seu local de trabalho, moradia. Porém não foi o que ocorreu com os trabalhadores petroleiros. Um estudo realizado em 1986 sobre o local de moradia dos operários do Pólo apresenta Salvador como a principal cidade. Quem estrutura o mercado popular que se instala na cidade de Camaçari são os trabalhadores de menor remuneração da construção civil.

Observa-se que o tratamento urbanístico dado às estas localidades foi totalmente diferente do que fora planejado. Devido a precariedade do urbano nestas localidades, 85% da mão de obra empregada no Pólo em 1980 não residiam em Camaçari, mas em Salvador, sendo que residiam em Camaçari apenas a população com baixa renda, contrariando mais uma vez o Plano Diretor do COPEC que previa a fixação da força de trabalho na cidade de Camaçari. Em pesquisa realizada em 1986 em decorrência da revisão do Plano Diretor do COPEC constatou-se que Salvador continuava sendo o lugar de moradia escolhido por 71% dos trabalhadores. (OLIVEIRA, 2003, p. 43)

Portanto, um dos aspectos esperados pelos trabalhadores de forte desenvolvimento regional, que traria melhores condições de trabalho e vida, se mostrou

bastante diverso. Os trabalhos na construção da refinaria, apesar de contínuos, diminuíram ao longo do tempo e muitos trabalhadores ficaram desempregados, outros foram para o setor de serviços de baixa remuneração. O efeito renda que supostamente surgiria na região, desenvolvendo o mercado local, ocorreu nos limites da renda dos construtores, muitos desempregados. As políticas públicas realizadas foram, como de costume, miseráveis, afastando os trabalhadores com maior remuneração da região que, em sua maioria, migrou para Salvador, devido à proximidade, desencadeando uma série de outros processos.

Diferentemente de Camaçari, os impactos do Pólo Petroquímico sobre o urbano de Salvador possibilitaram a formação de uma classe média com padrão de consumo e de vida diferenciado, promovendo o surgimento de novos hábitos de consumo e novos investimentos como por exemplo na expansão imobiliária nos bairros de Brotas, Cabula, Paralela e Pituba, e na orla marítima de Salvador, Lauro de Freitas e Camaçari. Para os trabalhadores petroquímicos mais qualificados e com elevado nível de renda, Salvador não é simplesmente uma cidade dormitório, mas aonde eles constroem o seu mundo social e Camaçari é apenas o local de trabalho. (OLIVEIRA, 2003, p. 44-5)

Toda uma região de Salvador passou por um incrível processo de valorização imobiliária. Uma série de serviços se instalou a partir da formação dessa classe média (muitos deles engenheiros da Petrobras) com “padrão de consumo diferenciado”. Muitos condomínios se formaram entre o caminho do Pólo e a cidade de Salvador, expandindo ainda mais a valorização imobiliária e ampliando assim o espaço para acomodar um empresariado rentista. O modo pelo qual se integram e se articulam os interesses dos empresários na região é desigual e combinado. O modo pelo qual os “efeitos positivos” da instalação do Pólo se mostraram foi distinto do esperado. Inicialmente apresentados como solução para os problemas vinculados à pobreza e à miséria dos trabalhadores de uma região, os “efeitos positivos” efetivamente acompanharam a parcela melhor remunerada da classe, restando uma cidade empobrecida ao redor do Pólo.

Mais de 30 anos após o “eldorado” de Camaçari, o “eldorado” de Itaboraí ruiu antes de ser terminado.

...

É importante apontar que todo o empreendimento do Comperj está previsto na política econômica do governo Petista, no que ficou convencionado de Programa de

Aceleração do Crescimento. Segundo este programa, o Estado seria um agente da promoção de novos espaços de acumulação, focando suas ações na dissolução de supostos “gargalos” do desenvolvimento econômico. Segundo consta na revista Nota Técnica do DIEESE de janeiro de 2007, o PAC seria “um conjunto de medidas que visam enfrentar os pontos identificados como de estrangulamento do crescimento: insuficiência da infra-estrutura – principalmente de energia e de transportes – e baixo nível de crédito e de recursos para o financiamento dos investimentos, além de aspectos regulatórios, fiscais e tributários”.

O modo pelo qual o governo articulou, via BNDES, os interesses desses grandes capitais, se expressa em quase todas as ações que o Estado realiza nacional e internacionalmente. A camisa de força do desenvolvimento econômico para a realização de quaisquer interesses dos trabalhadores é o principal argumento do Partido dos Trabalhadores para a realização de tais empreendimentos. E a dificuldade das organizações dos próprios trabalhadores em reconquistar sua independência ideológica também advém dessa “ideologia” única do progresso e desenvolvimento e de suas profundas sequelas no movimento sindical.

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, A. A petrobrás no equador. In: *Empresas transnacionais brasileiras na américa latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, pp. 27-43.
- BARAN, P. E SWEEZY, P. *El Capital Monopolista*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972
- BENTIVI, Daiane Rose Cunha. *Da Lavoura ao Concreto: Os impacto sociais causados pela construção da refinaria Premium I em Bacabeira/MA*. Mestrado apresentado na PUC/SP. PUC: São Paulo, 2012.
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX. Tradução Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- CAMPOS, P. H. P. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. In: *Empresas transnacionais brasileiras na américa latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, pp. 103-115.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- DIAS, SOUZA, MAIA, BERZINS. *Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)*:

- Impactos socioambientais, violação de direitos e conflitos na Baía de Guanabara*. In: Revista Ética e Filosofia Política, N. 16, V. I, junho de 2013. Pp. 151-175.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *O papel da violência na história*. Presente em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1888/03/papel.htm>
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. *As Três Economias Políticas do Welfare State*. In: *Revista Lua Nova* Nº 24. São Paulo: 1991, pp. 92-116.
- FERRAZ, ALÉM, MADEIRA. “A contribuição dos bancos de desenvolvimento para o financiamento de longo prazo”. Em: *Revista do BNDES*. Nº 40, dezembro de 2013.
- FIRJAN. *COMPERJ Potencial de Desenvolvimento Produtivo*. In: *Estudos para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro*. Sistema FIRJAN. Nº 1, maio de 2008.
- FONTES, V. O imperialismo brasileiro. In: *Empresas transnacionais brasileiras na América latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, pp. 220-44.
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- _____. O fator político na formação nacional. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 40. São Paulo: Edusp, p.7-11, 2000.
- FURTADO, Jorge. *Estudo da Competitividade das Cadeias Integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio. Cadeia: Petroquímica. Nota técnica Final*. Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (UNICAMP-IE-NEIT) Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC) Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Unicamp: Campinas, 2003
- GASPAR, N. *Como nasce uma região: a construção do Leste Fluminense a partir da implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj*. Dissertação do Ibase, Rio de Janeiro, 2012.
- GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- HARVEY, D. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

- _____. *A era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras: 2008.
- _____. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.
- IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. *A Era do Capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- IANNI, O. *Estado e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- KLEIN, Maria Claudia Aravecchia. *A História do Pólo Petroquímico do Grande ABC e da Apolo*. Grupo Editorial: São Paulo, 2011.
- MALERBA, J. Yasuní cinco anos depois: contribuições e desafios para o controle social e normativo sobre as empresas transnacionais brasileiras. In: *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, pp. 57-75.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. *O Manifesto do Partido Comunista*. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1953, v.1
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 5ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, Coleção os Pensadores, 1991.
- _____. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Expressão Popular, 2009
- _____. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2002.
- _____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. *Manuscritos econômicos e outros textos escolhidos*. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 2 v.
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOYSÉS, Yana dos Santos. *A Escolha da Instalação do Comperj no Município de Itaboraí-RJ e Suas Contradições no Território*. Artigo publicado no XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Belo Horizonte: 2011.
- MONIZ BANDEIRA, L. *Fórmula para o Caos: a derrubada de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____. *Formação do Império Americano. Da guerra contra a Espanha à guerra contra o Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

- NASCIMENTO, R. C. P. “Análise Geoambiental integrada no município de Itaboraí (RJ) como subsídio ao planejamento ambiental e territorial: a intervenção do Comperj”. Em: *Revista Geonorte – Edição especial*, Vol. 3, Nº 4, 2012.
- NOVOA, L. F. O Brasil e seu “desbordamento”: o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: *Empresas transnacionais brasileiras na américa latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, pp. 197-205.
- O'CONNOR, James. EUA: A Crise Fiscal do Estado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Luis Paulo Jesus de. *Seguro no emprego? Quem está?. A “desestabilização dos estáveis” do Pólo Petroquímico de Camaçari*. Monografia apresentada na UFBA: Bahia, 2003.
- PEREIRA, R. A. *Análise dos Principais Processos Críticos para Produção de Insúmos Petroquímicos e sua Evolução Tecnológica*. Dissertação de mestrado no Programa EQ-ANP Processamento, Gestão e Meio Ambiente da Indústria do Petróleo e Gás Natural da UFRJ, 2010.
- PRADO, Mariana G. *O município como ator de política pública: o consórcio como alternativa para lidar com os impactos causados pelo Comperj*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.
- PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PZREWORSKI, Adam. *A Social-Democracia como Fenômeno Histórico*. In: *Revista Lua Nova* Nº 15. São Paulo: 1988, pp. 41-81.
- WEFFORT, Francisco. *PT um projeto para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- TIBIRIÇA, M. A. *Campanha do Petróleo é Nosso. Entrevista*. Mimeografado em PDF, 1988.
- TORRES, E. M. M. “A Evolução da indústria Petroquímica Brasileira”. Em: *Revista Química Nova*. Nº 20 – edição especial: Porto Alegre, 1997.

Periódicos

–“Com BNDES e negócios com políticos, Odebrecht ergue 'império' em Angola”, BBC Brasil, in: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/09/120917_odebrecht_angola_abre_jf_ac.shtml.

–“Comperj para novamente contra demissão de 2.500 operários e falta de pagamento de direitos”. *CSP-Conlutas*. 06/05/2014. Presente em: <http://cspconlutas.org.br/2014/05/comperj-para-novamente-contra-demissao-de-2-500-operarios-e-falta-de-pagamento-de-direitos-trabalhistas/>

- “Manifestação de trabalhadores paralisa obra do Comperj, diz sindicato”. *Folha de São Paulo*. 02/07/2014. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/07/1479851-manifestacao-de-trabalhadores-paralisa-obra-do-comperj-diz-sindicato.shtml>
- “TCU pode suspender pagamentos de obras do Comperj”. *Alô Brasília*. 15/10/2014. Presente em: <http://www.alo.com.br/noticias/ultimas/mais-brasil/283574-tcu-pode-suspender-pagamentos-de-obras-do-comperj>
- “Comperj pode ter R\$ 2,5 bilhões do FI-FGTS”. *Folha Vitória*. 30/10/2014. Presente em: <http://www.folhavitória.com.br/economia/noticia/2014/10/comperj-pode-ter-r-2-5-bilhoes-do-fi-fgts.html>
- “Petrobras atrasará projetos e pode demitir até 10 mil trabalhadores, diz fonte”. *Bloomberg*. 30/12/2014. Presente em: <http://www.infomoney.com.br/bloomberg/mercados/noticia/3780260/petrobras-atrasara-projetos-pode-demitir-ate-mil-trabalhadores-diz-fonte>
- “Funcionários da cozinha do Comperj ficam parados”. *O São Gonçal*. 01/04/2014. Presente em: <http://www.comperjnews.com.br/posts/funcionarios-da-cozinha-do-comperj-ficam-parados-2014> ,
- “Fidens desiste de obras no Comperj, deixa rastro de dívidas e ameaça 900 empregos”. *Petro Notícias*. 27/03/2014. Presente em: <http://www.petronoticias.com.br/archives/48788>
- “Comperj: trabalhadores demitidos receberão indenizações, diz sindicato”. *Jornal do Brasil*. 03/04/2014. Presente em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/04/03/comperj-trabalhadores-demitidos-receberao-indenizacoes-diz-sindicato/>
- “Trabalhadores do Comperj decidem manter a greve”. *O Dia*. 12/03/2014. Presente em: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-03-12/trabalhadores-do-comperj-decidem-manter-a-greve.html>
- “Operários da Comperj retomam greve e enfrentam repressão da PM”. *PSTU-RJ*. 20/03/2014. Presente em: <http://www.pstu.org.br/node/20486>
- “Obras do Comperj enfrentam conflitos com greve operários”. *Agência Brasil*. 06/03/2014. Presente em: <http://www.setorialnews.com.br/materia.asp?y=201436152622>
- “Obras do Comperj enfrentam conflitos com greve de operários”. *Agência Brasil*. 06/03/2014. Presente em: <http://www.setorialnews.com.br/materia.asp?y=201436152622>
- “Comperj já custa o dobro e acumula problemas”. *O Estado de São Paulo*. 10/02/2014. Presente em: <http://www.dgabc.com.br/Noticia/509562/comperj-ja-custa-o-dobro-e-acumula-problemas?referencia=rss>
- “Funcionários do Comperj são baleados em protesto em Itaboraí(RJ)”. *CSP-Conlutas-RJ*. 06/02/2014. Presente em: <http://cspconlutas.org.br/2014/02/funcionarios-do-comperj-sao-baleados->

em-protesto-em-itaborai/

- “MPT faz mediação de conflito no Comperj”. *Assessoria de Imprensa do MPT-RJ*. 05/09/2013. Presente em: <http://www.aepet.org.br/site/noticias/pagina/10483/MPT-faz-mediao-de-conflito-no-Comperj>
- “Operários do Comperj dobram patrões, superam sindicato e consolidam as vitórias da greve”. *PSTU-RJ*. 02/03/2013. Presente em: <http://rio.pstu.org.br/?p=272>
- “Greve no Comperj Continua!”. *PSTU-RJ*. 22/02/2013. Presente em: <http://rio.pstu.org.br/?p=273>
- “Operários da construção civil do Comperj entram em greve por tempo indeterminado”. *PSTU*. 07/02/2013. Presente em: <http://rio.pstu.org.br/?p=274>
- “Sem avanços na negociação, motoristas do Comperj entram em greve a partir de terça”. *Sindipetro-RJ*. 01/08/2012. Presente em: <http://www.apn.org.br/w3/index.php/trabalho/4789-sem-avan-na-negocia-motoristas-do-comperj-entram-em-greve-a-partir-de-ter>
- “Empresa patrocina o terror contra os motoristas no Comperj”. *Sindipetro-RJ*. 25/07/2012. Presente em: <http://www.comperjnews.com.br/posts/empresa-veloz-patrocina-o-terror-contra-os-motoristas-no-comperj>
- “Operários do Comperj retornam ao trabalho”. *Sindipetro-RJ*. 11/05/2012. Presente em: <http://www.apn.org.br/w3/index.php/trabalho/4430-operos-do-comperj-retornam-ao-trabalho>
- “Trabalhadores do Comperj fazem manifestação no Centro do Rio”. *Jornal do Brasil*. 25/04/2012. Presente em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/04/25/trabalhadores-do-comperj-fazem-manifestacao-no-centro-do-rio/>
- “Protesto nas ruas de Itaboraí marca início de mais uma greve no Comperj”. *Petro Notícias*. 10/04/2012. Presente em: <http://www.petronoticias.com.br/archives/7453>
- “Greve suspensa no Comperj”. *Agência Petroleira de Notícias*. 16/03/2012. Presente em: <http://www.apn.org.br/w3/index.php/movimentos-sociais/71-lutas-sociais/4206-greve-suspensa-no-comperj>
- “Operários do Comperj suspendem greve”. *CUT-RJ*. 09/03/2012. Presente em: <http://cutrj.org.br/noticias/operarios-do-comperj-suspendem-greve-e49b/>
- “Operários da Comperj (RJ) em greve farão manifestação nesta sexta-feira (02/03)”. *São Gonçalo Online*. 01/03/2012. Presente em: <http://cspconlutas.org.br/2012/03/operarios-da-comperj-rj-em-greve-farao-manifestacao-nesta-sexta-feira-203/>
- “Greve no Comperj Radicaliza e trabalhadores temem o aumento da violência”. *Petro Notícias*. 13/02/2012. Presente em: <http://www.petronoticias.com.br/archives/5669>
- “Greve no Comperj deixa três feridos”. *Notícias Aqui*. 11/02/2012. Presente em: <http://www.jornalenter.com.br/marica/item/626-itabora%C3%AD-greve-no-comperj-deixa-três-feridos>
- “Greve no Comperj”. *Agência Petroleira de Notícias*. 15/02/2012. Presente em:

- <http://www.apn.org.br/w3/index.php/movimentos-sociais/71-lutas-sociais/4111-greve-no-comperj>
- “Com reintegração dos demitidos, acaba a greve no Comperj”. *Agência Petroleira de Notícias*. 22/12/2011. Presente em: <http://www.apn.org.br/w3/index.php/movimentos-sociais/71-lutas-sociais/3735-com-reintegra-dos-demitidos-acaba-a-greve-no-comperj>
- “Operários do Comperj aprovam nova greve em repúdio às demissões arbitrárias”. *Assessoria FNP*. 11/12/2011. Presente em: <http://fnpetroleiros.org.br/?p=1192>
- “Greve no Comperj: operários ameaçam parar obras na segunda-feira”. *Jornal do Brasil*. 01/12/2011. Presente em: <http://www.jb.com.br/informe-jb/noticias/2011/12/01/greve-no-comperj-operarios-ameacam-parar-obras-na-segunda-feira/>
- “Policiais invadem Comperj e agridem trabalhadores”. *Agência Petroleira de Notícias*. 01/12/2011. Presente em: <http://www.apn.org.br/w3/index.php/movimentos-sociais/71-lutas-sociais/3611-policiais-invadem-comperj-e-agridem-trabalhadores>
- “Justiça ordena que líderes de greve do Comperj sejam readmitidos”. *Petro Notícias*. 20/12/2011. Presente em: <http://www.petronoticias.com.br/archives/4177>
- “Operários do Comperj decidem entrar em greve por tempo indeterminado”. *O Globo*. 08/11/2011. Presente em: <http://oglobo.globo.com/economia/operarios-do-comperj-decidem-entrar-em-greve-por-tempo-indeterminado-3101489>
- “Comperj em greve: 'já que o sindicato não para, nós paramos'”. *CSP-Conlutas*. 30/04/2012. Presente em: <http://cspconlutas.org.br/2012/04/comperj-em-greve-ja-que-o-sindicato-nao-para-nos-paramos/>
- “Trabalhadores param obras de complexo da Petrobras pelo 3º dia”. *Folha de São Paulo*. 09/11/2011.
- “Protesto interdita pista da Ponte Rio-Niterói por duas horas”. *G1*. 10/02/2015. Presente em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/transito/noticia/2015/02/protesto-interdita-pista-sentido-rio-da-ponte-rio-nietroi.html>
- “MPT entra com ação para solucionar atraso de salários no Comperj”. *G1*. 14/01/2015. Presente em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/01/mpt-entra-com-acao-para-solucionar-atraso-de-salarios-no-comperj.html>
- “Trabalhadores do Comperj realizam manifestação em frente à sede da Petrobras”. *Csp-conlutas*. 22/01/2015. Presente em: <http://cspconlutas.org.br/2015/01/trabalhadores-do-comperj-realizam-manifestacao-em-frente-a-sede-da-petrobras/>
- “Alumini oficializa demissão de 2,5 mil do Comperj”. *Valor Econômico*. 23/03/2015.
- “Bloqueio pode impactar projetos de Rnest e Comperj”. *Valor Econômico*. 02/01/2015.
- “Os 30% do pré-sal estão ameaçados”. *Valor Econômico*. 02/02/2015.
- “Braskem desiste de participar do Comperj”. *Valor Econômico*. 13/02/2015.

- “Firjan vê investimentos de R\$ 424 bi ameaçados em função da Lava Jato”. *Valor Econômico*. 27/03/2015.
- “Governador do Ceará ataca Petrobras pelo cancelamento de refinaria”. *Valor Econômico*. 30/01/2015.
- “Com proteção judicial, OAS vai acelerar venda de ativos”. *Valor Econômico*. 01/04/2015.
- “Investimentos da Petrobras devem cair até 41%”. *Valor Econômico*. 09/05/2015.
- “Estatual atrasa plano de negócios e revê crescimento da produção”. *Valor Econômico*. 30/01/2015.
- “Quem ganha e quem perde com a queda do preço do petróleo?”. *BBC News*. 17/10/2014. Presente em:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/10/141014_petroleo_perde_ganha_pai
- “Preço do petróleo acumula perdas de 60% desde junho de 2014”. *G1*. 16/01/2015. Presente em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/entenda-queda-do-preco-do-petroleo-e-seus-efeitos.html>
- “Lucro da Petrobras cai 38% no 3º tri; balanço não traz perdas com desvios”. *Folha de São Paulo*. 28/01/2015. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/01/1581560-apos-dois-adiamentos-petrobras-divulga-balanco-sem-baixas-por-corrupcao.shtml>
- “Refinaria Abreu e Lima custará até 3 vezes mais que no resto do mundo”. In: *Valor Econômico*. 17/06/2014.
- “Fornecedores da Petrobras pagaram R\$ 35 milhões a doleiro”. In: *Folha de São Paulo*. 05/04/2014. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1436241-fornecedores-da-petrobras-pagaram-r-35-milhoes-a-doleiro.shtml>
- “Auditoria aponta prejuízo de R\$ 1 bi à Petrobras”. *Folha de São Paulo*. 05/01/2015. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570463-auditoria-aponta-prejuizo-de-r-1-bi-a-estatal.shtml>
- “Valor contábil do Comperjn e Rnest surpreende membros do conselho”. In: *Valor Econômico*. 29/01/2015.
- “EUA podem incluir papéis de Petrobras no Brasil em ação”. *Valor Econômico*. 28/04/2015.
- Empresa de auditoria PricewaterhouseCoopers (PwC). Vide: “Entenda o que está em jogo na publicação do balanço da Petrobras”, in: *BBC Brasil*. 20/04/15. Presente em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/04/150413_petrobras_balanco_entenda_ru
- “Petrobras terá que fazer reavaliação de ativos do balanço”. In: *Valor Econômico*. 17/11/14.

- “Suspensão de empreiteiras traz incertezas a obras da Petrobras”. *Valor Econômico*. 02/01/2015.
- “Petrobrás Suspende negócios com 23 fornecedoras citadas na Lava Jato”. *Folha de São Paulo*. 30/12/2014. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1568689-petrobras-suspende-negocios-com-23-fornecedoras-citadas-na-lava-jato.shtml>
- “Primeiras estacas dão início à obra do Comperj”. *Valor Econômico*. 27/08/2010.
- “Presidente da Camargo Corrêa diz que Odebrecht 'capitaneava' o cartel”. *Valor Econômico*. 18/04/2015.
- “Mendonça: Clube das empreiteiras tinha regras de campeonato de futebol”. *Valor Econômico*. 23/04/2015.
- “Empreiteiras emergentes entram no clube do bilhão”. *Valor Econômico*. 11/01/2012.
- “Busca na Engevix fornece indícios do 'clube de empreiteiras' do Comperj”. *Valor Econômico*. 10/12/2014.
- “Empreiteiras montaram 'clube da proprina', diz executivo”. *Folha de São Paulo*. 14/11/2014. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548466-empreiteiras-montaram-clube-com-coordenador-e-reunioes-diz-executivo.shtml>
- “Ex-diretor da Petrobras e cúpula de empreiteiras são presos na Lava Jato”. *Folha de São Paulo*. 14/11/2014. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548106-empresas-suspeitas-na-lava-jato-tem-contratos-de-r-59-bi-com-petrobras.shtml>
- “PF faz buscas na sede da Petrobras em operação contra lavagem de dinheiro”. *Folha de São Paulo*. 11/04/14.
- “Empreiteiras repassaram R\$ 31 mi a firmas de doleiro”. *Folha de São Paulo*. 18/04/2014. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1442380-empreiteiras-repassaram-r-31-mi-a-firmas-de-doleiro.shtml>
- “Empresas ligadas à Petrobras faziam repasses a políticos, indica documento”. *Folha de São Paulo*. 06/04/2014. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1439729-empresas-ligadas-a-petrobras-faziam-repasses-a-politicos-indica-documento.shtml>
- “Entenda a Operação Lava-Jato”. In: *Folha de São Paulo*. 10/11/2014. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml>.
- “Juiz aceita denúncia contra nove acusados na Operação Lava Jato”. In: *Valor Econômico*. 12/12/2014.
- “Entenda a Operação Lava-Jato”. In: *Folha de São Paulo*. 10/11/2014. Presente em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml>.
- “Trabalhadores da Construção pedem reajuste de até 20%”. In: *Valor Econômico*.

25/3/2011.

– “Primeiras estacas dão início à obra do Comperj”. *Valor Econômico*. 27/08/2010.

– “Comperj – Cronograma, Contratos e Empresas” in: *Techonews*, junho de 2011. In: <http://www.technonews.com.br/2011/newpetroleoegas.php?corpo=conteudopetroleoegas.php&tabela=tabram03&pg=2&cod=45>

– “Comperj finaliza a maior terraplanagem da história”. *Revista Manutenção e Tecnologia*. 13/06/2011. In:

http://www.revistamt.com.br/index.php?option=com_contenido&task=viewMateria&id=668

– “Manifesto de Repúdio pelo Assassinato dos Pescadores da AHOMAR”. *Justiça*

Global Brasil. 29/06/2012. In: <http://global.org.br/programas/manifesto-de-repudio-pelo-assassinato-dos-pescadores-da-ahomar/>

– “Suspeitas de corrupção vão além de Costa e Youssef”. *Valor Econômico* de 24/10/2014. In: <http://www.valor.com.br/empresas/3747134/suspeitas-de-corrupcao-vao-alem-de-costa-e-youssef>

– “Petrobrás apura e confirma a atuação de lobista”. *Valor Econômico*. De 31/07/2014. In: <http://www.valor.com.br/empresas/3633134/petrobras-apura-e-confirma-atuacao-de-lobista>

– “Supervisão da Odebrecht custou à Petrobrás US\$ 58 milhões”. *Valor Econômico*. De: 16/04/2014. In: <http://www.valor.com.br/politica/3518924/supervisao-da-odebrecht-custou-petrobras-us-58-milhoes>

– “Gastos com refinaria ultrapassam US\$ 1,5 bilhão”. *Valor Econômico*, 04/04/2014. In: <http://www.valor.com.br/politica/3505780/gastos-com-refinaria-ultrapassam-us-15-bilhao>

– “Atas mostram problemas antes da compra de Pasadena”. *Valor Econômico*, 04/04/2014. In: <http://www.valor.com.br/politica/3505778/atas-mostram-problemas-antes-da-compra-de-pasadena>

– “Sem alarde, grupo Ultra muda de comando em 2013”. *Valor Econômico* de 27/12/2012. In: <http://www.valor.com.br/empresas/2951536/sem-alarde-grupo-ultra-muda-de-comando-em-2013#ixzz3IcfOPi2D>

– “O Estrategista Paulo Cunha Dá As Cartas”. *O Valor Econômico*. 21/08/12. In:

http://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2012/iedi_na_imprensa_20120821_o_estrategista_paulo_cunha_da_as_cartas.html

– “Único comandante vivo da ALN diz que virou 'excelente guerrilheiro' aos 22 anos”. *Revista DCM*. 23/04/2014. In: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/unico-comandante-vivo-da-aln-diz-que-virou-excelente-guerrilheiro-aos-22-anos/>

– “A face civil da ditadura militar” de 23/10/2009. *Revista Duetto*. In: http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/a_face_civil_da_ditadura_militar_imprimir.html

– http://brasileconomico.ig.com.br/noticias/refinarias-premium-devem-ser-licitadas-no-inicio-de-2014_136174.html

– “Retrato sobre a ditadura vence festival 'É Tudo Verdade'”. *UOL Cinema*. Redação. 04/04/2009. In: <http://cinema.uol.com.br/ultnot/2009/04/04/ult4332u1055.jhtm>

– “O mecenas dos porões”. *Revista Istoé*. Nº 2056, 08/04/09. In:

http://www.istoe.com.br/reportagens/11011_O+MECENAS+DOS+POROES

- “Botijão de Gás”. In: Almanaque do IPEM-SP. Presente em:
<http://ipemsp.wordpress.com/botijao-de-gas/>
- “Ultrapar: Perfil e História”, In
<http://www.ultra.com.br/show.aspx?idCanal=EICAYAnog/450OziHZ9TYQ==>
- “Com BNDES e negócios com políticos, Odebrecht ergue 'império' em Angola”, BBC Brasil, in: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/09/120917_odebrecht_angola_abre_jf_ac.shtml.
- “Obra da Odebrecht foi superfaturada, diz jornal argentino”
<http://www.oilwatchsudamerica.org/petroleo-en-sudamerica/argentina/897-argentina-obra-da-odebrecht-foi-superfaturada-diz-jornal-argentino.html>;
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0309200704.htm>;
- “Há 25 anos a Odebrecht ajuda a levar o Brasil para o exterior”. In: *Odebrecht Informa* Nº 114 maio/junho de 2004, p. 35.
- “Obra da Odebrecht foi superfaturada, diz jornal argentino”
<http://www.oilwatchsudamerica.org/petroleo-en-sudamerica/argentina/897-argentina-obra-da-odebrecht-foi-superfaturada-diz-jornal-argentino.html>;
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0309200704.htm>;
- “Pescadores pedem socorro”. *Notícias do Comperj*. Itaboraí, 12 de agosto de 2012.
- “Operários em greve do Comperj fazem manifestação no centro do Rio”. Em
<http://www.pstu.org.br/movimento_materia.asp?id=14122&ida=0>. Acesso em 10 de agosto de 2012.
- “Três operários são feridos em conflito no Comperj”. *A Tribuna*. Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2012.
- Cancellia, E. “COMPERJ: A TRAGÉDIA ANUNCIADA”. Em
<<http://www.cutrij.org.br/artigos.php?id=298>>. Acesso em 10 de agosto de 2012.
- “Governo enviará Força Nacional a MS para impedir conflitos por terras 12/2013”
<http://vinicius94.jusbrasil.com.br/noticias/112168455/governo-enviara-forca-nacional-a-ms-para-impedir-conflitos-por-terras?ref=home>;
- “Secretária nacional de Segurança pede que Força Nacional se torne permanente – 01/2014” <http://aderaldomeideiros.jusbrasil.com.br/noticias/112228699/secretaria-nacional-de-seguranca-pede-que-forca-nacional-se-torne-permanente?ref=home>;
- “Presos do Maranhão denunciam maus-tratos pela Força Nacional – 01/2014”
<http://amagis.jusbrasil.com.br/noticias/112322046/presos-do-maranhao-denunciam-maus-tratos-pela-forca-nacional?ref=home>;
- “Força Nacional de Segurança ficará por mais 180 dias em Belo Monte 07/2013”

<http://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/100602177/forca-nacional-de-seguranca-ficara-por-mais-180-dias-em-belo-monte>; “Força Nacional de Segurança Pública no Rio de Janeiro 07/2012” <http://mj.jusbrasil.com.br/noticias/3030747/forca-nacional-de-seguranca-publica-no-rio-de->;

– “Com greve da PM, Exército e Força Nacional farão segurança em Pernambuco. 05/2014”

–“Odebrecht Strikes Back Against Florida's New Anti-Cuba Law”. ENRSoutheast Magazine. 06/13/2012. In:

<http://southeast.construction.com/southeast construction news/2012/0613-odebrecht-strikes-back-against-floridas-new-anti-cuba-law.asp>

–“Organização Odebrecht: História”, presente em: <http://www.odebrecht.com/pt-br/organizacao-odebrecht/historia>

– <http://folha-online.jusbrasil.com.br/noticias/119390230/com-greve-da-pm-exercito-e-forca-nacional-farao-seguranca-em-pernambuco> -;

– “Solicitada, Força Nacional reforçará segurança em cinco estados 07/2013”

<http://mj.jusbrasil.com.br/noticias/100571450/solicitada-forca-nacional-reforcara-seguranca-em-cinco-estados> -

–“Sete brasileiras aparecem em lista da 'Fortune' das 500 maiores empresas”, notícia do UOL, são paulo, em 07/07/2014. Presente em:

<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/07/07/sete-brasileiras-aparecem-em-lista-da-fortune-das-500-maiores-empresas.htm>

–“História”. BNDES. O Banco nacional do desenvolvimento. In:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/historia.html

–“Lula lança pedra fundamental do complexo petroquímico”. Em 14/06/2006.

<http://www.tnpetroleo.com.br/noticia/14615/lula-lanca-pedra-fundamental-do-complexo-petroquimico/>

Revistas

–“Uma parceria que se fortalece”. In: *Odebrecht Informa online*. Nº 113: maio/junho de 2004. Conferir: <http://www.odebrechtonline.com.br/materias/00001-00100/68/>

–“Fontes de recursos e atuação do BNDES sob uma perspectiva histórica”. In: *Revista do BNDES*: Rio de Janeiro, V. 12, Nº 23, pp. 53-72. Junho de 2005.

–“Há 25 anos a Odebrecht ajuda a levar o Brasil para o exterior”. In: Odebrecht Informa Nº 114 maio/junho de 2004, p. 35.

–*Revista Nota Técnica No 41. São Paulo: DIEESE, janeiro de 2007. Disponível no site: <http://sis.dieese.org.br/>*